

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/12/2021 a 31/12/2021

**Indexação:** "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/118

---

149.2021	Sessão Comissão Geral	01/12/2021-11:28
Publ.: DCD - 02/12/2021 -	ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### *Sumário*

Debate das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 14, de 2021; 22, de 2011, e do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022. (matérias de sumo interesse dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias).

---

**O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO)** - Sr. Presidente, eu agradeço a Deus por este momento de convergência da democracia. Faço um destaque especial a um amigo, o nosso grande Deputado Hildo Rocha, pela luta histórica neste quesito dos agentes de saúde, e me comprometo, Deputado Hildo, a estar com V.Exa. em todos os momentos, no sentido de ajudar este time vencedor do Brasil que cuida da vida das pessoas de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Gostaria de destacar três coisas de forma resumida. A primeira é a importância dos agentes de saúde no contexto preventivo. Eu me lembro de uma frase de meus pais: "*Mais vale um grama de preventivo do que uma tonelada de curativo*". E é nesse viés que os senhores prestam um grande serviço para a Nação brasileira, sobretudo para os menos favorecidos.

A segunda coisa é o estilo determinado, o estilo corajoso, o estilo que os senhores revelaram, sobretudo nesta pandemia, de ousadia, ao lidar com pessoas doentes, muitas vezes correndo risco para a própria vida, mas, de maneira corajosa, defendendo a vida de brasileiros. Nesse quesito, parabeno os senhores.

A terceira coisa é a atuação dos senhores, muitas vezes, até deixando de lado alguns momentos em família para proteger a sociedade.

Nesse diapasão, quero dizer para todo o Brasil e para o meu Tocantins que eu estarei do lado dos senhores para derrubar o Veto nº 44, de 2021. (*Palmas.*)

A segunda coisa que eu quero dizer para os senhores é que a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2021, terá o meu apoio. Podem olhar na lista de votos nominais que o voto do Deputado Eli Borges vai ser dos senhores, porque os senhores merecem teto e piso salarial. Contem comigo!

Este jaleco que vocês usam é extremamente importante e representa a vida de milhões de brasileiros. No meu Estado, eu já me comprometi a colocar emendas parlamentares para melhorar a rotina dos agentes de saúde do Tocantins. Conclamo todos os Deputados de outros Estados a fazerem de igual modo, porque os senhores merecem mais dignidade e mais respeito pelo grande e corajoso trabalho que fazem no torrão brasileiro.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos!

---

Documento 2/118

---

149.2021	Sessão Comissão Geral	01/12/2021-11:32
Publ.: DCD - 02/12/2021 -	SIDNEY LEITE-PSD -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### ***Sumário***

Debate das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 14, de 2021; 22, de 2011, e do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022. (matérias de sumo interesse dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias).

---

**O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu entendo que a pior coisa para um trabalhador é a insegurança jurídica.

Eu tive a oportunidade de ser Prefeito na década de 90 e no início da década de 2000. Fui Presidente da Associação Amazonense dos Municípios e convivi com a dura realidade da insegurança dos agentes comunitários de saúde e, fora isso, a incerteza da política salarial.

Como já foi dito aqui reiteradas vezes, o agente comunitário de saúde presta um serviço primordial para o Sistema Único de Saúde, mas na Amazônia é diferente, porque não é por estradas, é por rios, com canoas, que os agentes comunitários de saúde, bem como os agentes

de combate a endemias, chegam para assistir à população.

Sr. Presidente, quero reafirmar o meu compromisso tanto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2021, quanto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021.

Faz-se necessário que cheguemos a um bom entendimento, porque essa categoria não faz pedido nenhum além de justiça para com o trabalho que eles desenvolvem como qualquer outro cidadão ou cidadã, seja no sistema de saúde, seja em qualquer outra área.

Esta Casa e o Senado já votaram inúmeros projetos de lei que atendem inúmeras categorias. Eu entendo que, com a votação e a derrubada do veto na próxima sessão do Congresso Nacional, na terça-feira, nós faremos justiça.

Podem contar comigo! Conversarei pessoalmente com os meus colegas de partido e com outros colegas Parlamentares, no sentido de fazermos justiça. Só quem conhece o Sistema Único de Saúde sabe a importância dos agentes comunitários de saúde, bem como dos agentes de combate a endemias.

Inclusive, eu queria destacar os agentes indígenas de saúde, que também prestam grandes serviços a este País, espalhados nas áreas isoladas de inúmeras regiões Brasil afora.

Sr. Presidente, é importante a unidade, é importante o convencimento, mas é importante também que o Governo compreenda que essa é uma questão necessária e justa. Nós vimos o que a pandemia nos mostrou: quando a saúde funciona, há bom resultado. Mas a pandemia também nos mostrou o caos que a população enfrenta quando a saúde não funciona.

É importante, não só durante a pandemia, para quem luta por um sistema de saúde digno que atenda a grande maioria do povo brasileiro, que nós façamos esse reconhecimento, primeiro, da segurança jurídica dos trabalhadores e, segundo, de uma política salarial justa, que possa vir ao encontro das suas necessidades.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



02/12/2021 -

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Aplausos aos servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e ao sindicato da categoria, pelo encaminhamento ao Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, de relatório sobre o desmatamento no Brasil. Defesa da exigência de passaporte de vacinação para acesso ao território nacional. Negligência do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus.

---

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Quero, Presidente, parabenizar os trabalhadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e o sindicato dos trabalhadores, por duas razões.

A primeira é que o INPE novamente apresenta o relatório de desmatamento e o entrega ao Governo. É importante dizer que todo o trabalho feito no relatório não é para A nem para B. Este trabalho é para a sociedade, é para o Governo brasileiro ter dados científicos para, assim, tomar suas ações políticas. O Governo, entretanto, faz o inverso: mesmo tendo um órgão como o INPE, Deputado Nilto Tatto, um órgão antigo, tradicional, competente, reconhecido, com qualidade, o Governo desconsidera o trabalho que o INPE realiza, trabalho que neste momento revela, novamente, o crescimento do desmatamento no nosso País.

Quero parabenizar a direção do sindicato por ter desmentido o Ministro. O Ministro disse que estava em férias e que não teria tido tempo para ter acesso ao relatório e, por isso, não o divulgou antes da COP. Isso é mentira, porque o relatório foi apresentado no dia 27 de outubro, e o Ministro só entrou em férias no dia 8 de novembro.

Portanto, eu gostaria de parabenizar os trabalhadores por tudo o que fizeram e o que fazem, bem como o sindicato, por ter desmentido o Ministro.

É importante dizer isso, porque a sociedade precisa saber a verdade sobre os dados, sobre os números, para cobrar do Governo Federal, que joga contra a Pátria, que joga contra o meio ambiente, que joga contra a vida.

Mudando de assunto, Presidente, eu gostaria de dar outro exemplo. Diversos países têm exigido o passaporte de vacinação, para permitir o acesso ao território somente a quem estiver vacinado. O Brasil ainda

está na contramão disso. A pandemia não está controlada, há risco de novas variantes como a Ômicron, que assusta o mundo. Mesmo assim, o Brasil não exige o passaporte!

É importante que quem estiver vacinado tenha acesso ao nosso território; quem não estiver faça o teste, submeta-se ao teste. Se estiver O.k., está liberado, desde que tome a vacina. Mas nós não podemos correr o risco de contágio aqui ainda maior, por causa de pessoas que negam a ciência, que não tomam a vacina e ainda querem adentrar nosso território. O Governo contraria até a recomendação da ANVISA, que fala sobre a importância de seguirmos essas recomendações.

Eu já apresentei um projeto no início do ano para que nós tenhamos o passaporte de vacinação exigido no Brasil para, desta forma, garantirmos a segurança do nosso povo. Se depender do Governo Bolsonaro, o contágio ainda continuará, e muito mais pessoas morrerão. Se nós temos um índice altíssimo de mortes no País, é porque esse Governo flertou com o negacionismo, jogou contra a ciência e contra a prevenção, jogou contra a vida. É por isso que o Brasil tem mais de 600 mil mortes.

---

Documento 4/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/12/2021-14:48
Publ.: DCD 02/12/2021 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, a respeito da concessão, pela União, de auxílio financeiro emergencial às Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos aqui fazendo uma força hercúlea para colocar em votação o Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro emergencial pela União às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos.

É importantíssima, Sr. Presidente, a aprovação desse projeto. As Santas Casas e hospitais filantrópicos estão pedindo socorro ao Brasil,

ao Governo, a esta Casa, ao Congresso Nacional! Eu vejo que, atualmente, a rede de filantropia é a maior rede de assistência à saúde do meu Estado. No Rio Grande do Sul, há 289 instituições filantrópicas, presente em 271 Municípios gaúchos. A rede filantrópica conta com 25 mil leitos hospitalares, aproximadamente, e cerca de 17 mil deles são destinados ao Sistema Único de Saúde.

No Brasil, há quase 1.800 hospitais filantrópicos e Santas Casas, com cerca de 175 mil leitos, o que representa quase 44% do total de leitos hospitalares do Brasil. Vejam a grandeza e a importância dessa estrutura! São 131 mil leitos só do SUS, algo impressionante, o que representa quase 40% do total de leitos do SUS no Brasil. São 480 mil empregos diretos e 140 mil médicos autônomos. Então, é uma coisa impressionante, Presidente, e nós temos que reconhecer isso.

Com a aprovação do projeto, nós vamos destinar um montante de 2 bilhões de reais, por meio de fundos de saúde estaduais, distritais ou municipais, às santas casas e hospitais filantrópicos que estejam contratualizados. No Rio Grande do Sul, serão beneficiadas instituições nos Municípios de Santa Rosa, Ijuí, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Santo Augusto, Três Passos, Cruz Alta, São Gabriel, etc. E quantos hospitais do Rio Grande do Sul precisam disso, Presidente. Essas instituições realizam mais de 50% dos atendimentos de média e alta complexidade e 70% de alta complexidade do SUS.

Com a pandemia, esses hospitais foram violentamente afetados. Eles têm dificuldades e precisam agora, Presidente, é de um socorro. Os hospitais estão pedindo socorro. Eles nos socorreram na pandemia. Eu fiquei no Hospital Vila Nova e, depois, no Hospital Moinhos de Vento de Porto Alegre. Fiquei 12 dias na UTI. Só eu sei pelo que eu passei. Os hospitais precisam de estrutura, de equipamentos. Para isso, precisam de recursos. Nós temos que fazer a nossa parte. Se nós queremos que os hospitais nos ajudem, vamos equipá-los. Para que nós possamos ser ajudados, temos que ajudá-los nesta hora.

Aprovação do PL 1.417, já!

---

Documento 5/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/12/2021-15:48
Publ.: 02/12/2021 -	DCD DELEGADO MARCELO FREITAS-PSL -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*

Disseminação mundial da cepa Ômicron, nova variante da Covid-19. Aprovação, pela Casa, de medidas legislativas destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Poema *Conversando com Deus*, de Leandro Gomes de Barros. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no País.

---

**O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS** (PSL - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passamos por uma pandemia que parece não ter fim. Recentemente fomos surpreendidos com mais uma variante do novo coronavírus, a Ômicron, que tem gerado preocupações em todo o planeta.

Esta pandemia, de fato, deixou um rastro extremamente assustador. Para se ter uma dimensão da gravidade do problema, temos hoje ao redor do mundo mais de 5 milhões e 200 mil pessoas mortas em virtude desta pandemia. Em nosso País, podemos assegurar mais de 615 mil vidas perdidas por conta de uma pandemia que a todos tem assustado.

Esta Câmara dos Deputados tem buscado cumprir o seu papel, na medida em que tem aprovado iniciativas legislativas para enfrentar essa questão da melhor maneira possível. Os resultados, contudo, ainda não têm sido satisfatórios. De fato, observamos que, de norte a sul do País, não obstante haja, pela vacinação, um controle da pandemia, muitas são as vítimas, o que tende a se maximizar se, de fato, a Ômicron for aquilo que o mundo inteiro tem apregoadado.

Sr. Presidente, em 1918, especificamente em 4 de março, um poeta paraibano chamado Leandro Gomes de Barros escreveu um poema chamado *Conversando com Deus*, que muito reflete a realidade pela qual passamos. Eu gostaria de deixá-lo para reflexão desta Casa do Povo, a fim de que possamos, de fato, lutar por dias melhores para as pessoas.

Leandro Gomes de Barros dizia o seguinte:

*Se eu conversasse com Deus*

*Iria lhe perguntar:*

*Por que é que sofremos tanto*

*Quando viemos pra cá?*

*Que dívida é essa*

*Que o homem tem que morrer pra pagar?*

*Perguntaria também*

*Como é que ele é feito*

*Que não dorme, que não come*

*E assim vive satisfeito.*

*Por que foi que ele não fez*

*A gente do mesmo jeito?*

*Por que existem uns felizes*

*E outros que sofrem tanto?*

*Nascemos do mesmo jeito,*

*Vivemos no mesmo canto.*

E conclui Leandro Gomes de Barros: "*Quem foi temperar o choro e acabou salgando o pranto?*"

Sr. Presidente, eu peço que conste o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, em homenagem àqueles que ainda padecem com o gosto salgado do pranto em virtude de perdas decorrentes desta pandemia - mais de 615 mil vítimas -, que ainda assusta milhões de pessoas ao redor do planeta e que carece de atenção especial desta Casa do Povo.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 6/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/12/2021-16:04
Publ.: DCD 02/12/2021 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Natureza discriminatória e desumana da iniciativa dos governos europeus de fechamento das fronteiras com os países africanos, em face da epidemia de coronavírus. Artigo *Duas pandemias?*, de Mía Couto e José Eduardo Agualusa.



**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, o que me traz à tribuna hoje é o tema da pandemia. Eu quero fazer aqui a leitura de alguns trechos de um artigo escrito pelo moçambicano Mia Couto e por José Eduardo Agualusa, cujo título é "*Duas pandemias?*".

*No dia em que a Europa interditou os voos de e para Maputo, Moçambique, tinha registrado apenas 5 casos de infecção, zero internamento e zero mortes por COVID-19. (...) Em vez de se oferecer para trabalhar juntos com os países africanos, os Governos europeus viraram as costas e fecharam-se sobre seus próprios assuntos.*

Ergueram muros para tentar isolar aquilo que parecem ser duas pandemias. Mas nós veremos isso mais adiante.

*Uma vez mais, o egoísmo prevaleceu. A falta de solidariedade já estava presente (e aceite com naturalidade) na chocante desigualdade na distribuição das vacinas. Enquanto, a Europa discute a quarta e quinta dose, a grande maioria dos africanos não se beneficiou de uma simples dose. Países africanos, como o Botswana, que pagaram pelas vacinas verificaram, com espanto, que essas vacinas foram desviadas para as nações mais ricas. (...) O continente europeu, que se proclama o berço da ciência, esqueceu-se dos mais básicos princípios científicos.*

Sem ter uma prova cabal de que a origem da variante foi na Europa, os Governos europeus mostraram a sua insensibilidade com os países africanos e mostraram total falta de solidariedade. Apesar disso tudo, o que nós vemos é a tentativa de uma narrativa que não vai levar a sucesso no combate à pandemia.

Volto à pergunta inicial dos autores: há duas pandemias? Eles concluem: "*Pode haver dois sentimentos de justiça. Mas não há duas pandemias*". Há, sim, apenas uma pandemia gravíssima em todo o mundo.

Sr. Presidente, para encerrar, leio mais este trecho:

*Os países africanos foram mais uma vez discriminados. As implicações económicas e sociais destas recentes medidas são fáceis de imaginar. Mas a África Austral está longe, demasiado longe. Já não se trata apenas de falta de solidariedade. Trata-se de agir contra a ciência e contra a humanidade.*

É lamentável esta postura discriminatória contra a África.

Muito obrigado.

---

Documento 7/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/12/2021-16:20
Publ.: DCD 02/12/2021 -	LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### *Sumário*

Empenho do Ministério da Cidadania na recuperação de recursos do auxílio emergencial recebidos por falsos beneficiários. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 4.144, de 2020, de autoria do orador, sobre a devolução em dobro do valor do auxílio emergencial recebido indevidamente. Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle do pagamento de benefícios sociais.

---

**O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR.** Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Estou acompanhando um esforço do Ministério da Cidadania, que está se movimentando para tentar recuperar os auxílios emergenciais recebidos indevidamente durante o período da pandemia. No mínimo, essas pessoas foram desonestas, porque solicitaram o auxílio sabendo que não tinham direito ao recurso, porque nós aprovamos aqui na Câmara em 2020 o Auxílio Emergencial e aprovamos também as regras, quem poderia ou não receber. Segundo o Ministério, nesse terceiro lote de mensagens via SMS, foram encaminhadas mensagens para 625 mil pessoas. E segundo o Ministério também, nos dois primeiros lotes de mensagens, foram recuperados 66 milhões de reais, entre os dias 18 de agosto e 18 de novembro.

Motivado por essa ilegalidade, eu apresentei um projeto de lei ainda em 2020, o Projeto de Lei nº 4.144, que já foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família e agora aguarda parecer na Comissão de Finanças e Tributação. O que prevê a minha proposta? Prevê a devolução em dobro do valor que essas pessoas que receberam indevidamente. Eu acho que essas pessoas, no mínimo, praticaram uma contravenção, e uma punição justa seria fazê-las devolver em dobro, para ajudar a custear o Programa Nacional de Vacinação ou o novo Auxílio Brasil.

Para se ter uma ideia, segundo o Tribunal de Contas da União, 7 milhões de pessoas solicitaram o auxílio emergencial e o receberam

indevidamente, totalizando 43 bilhões de reais. Isso é mais do que o dobro gasto no Programa Nacional de Imunizações, ou a metade do que vai ser preciso para bancar o Auxílio Brasil no próximo ano. Vejam, portanto, o prejuízo.

Isso revela também a falta de organização e controle na liberação do auxílio emergencial. Dentre os burladores do auxílio estão 700 mil servidores civis e militares, 600 mil pessoas com vínculo formal de emprego, mais de 200 mil pessoas com renda acima do limite, mais de 60 mil falecidos, 40 mil brasileiros com moradia no exterior e - pasmem, senhores - mais de 40 mil detentos. Olhem aonde chegamos!

Eu acho que temos que aperfeiçoar os mecanismos de controle na liberação desse e também de outros programas, porque, se aconteceu com o auxílio emergencial, pode estar acontecendo também com outros programas, causando grande prejuízo para os cofres públicos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

---

Documento 8/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/12/2021-16:32
Publ.: DCD 02/12/2021 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Perda da qualidade de vida do povo brasileiro no Governo Jair Bolsonaro. Elevação dos índices inflacionários e de desemprego, bem como dos preços de combustíveis, do gás de cozinha e de alimentos no País. Perda do poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros. Classificação do Brasil em 2º lugar no ranking fúnebre da Covid-19 no contexto mundial. Desestruturação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do arcabouço de proteção socioambiental brasileiro.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conversava há pouco com o Deputado Pedro Uczai, meu colega de bancada, e com ele trocava ideia sobre esta fala que quero fazer na tribuna da nossa Câmara Federal.

Estamos chegando ao mês de dezembro, final de ano, e a pergunta que todos os brasileiros usualmente se fazem ao final de um ano, Deputado Pedro Uczai, é como está a vida de cada um deles, das suas famílias e do nosso País.

A pergunta que eu faço desta tribuna ao senhor e à senhora que acompanham mais esta sessão da Câmara Federal é como está a sua vida e o que significou para sua vida, a da sua família e do nosso País esses 3 anos de Governo Bolsonaro.

E eu respondo: na minha avaliação - esse é o meu posicionamento -, o Brasil piora a cada ano. O desemprego cresce. A precarização do mundo do trabalho é cada vez maior. A renda das pessoas é cada vez menor.

A inflação retomou com enorme intensidade. Basta olhar o preço dos combustíveis, a política de preços da PETROBRAS de combustíveis no País é um verdadeiro escândalo. Como tem dito o Presidente Lula, essa é uma política de preços que serve a um grupo muito pequeno de acionistas que querem lucros cada vez maiores, à custa do empobrecimento do povo brasileiro, que é o maior acionista da PETROBRAS: gasolina a 7 reais; gás a mais de 100 reais; o *diesel* no preço que está; os alimentos, a inflação de alimentos da cesta básica chega a mais de 20% em 1 ano. O poder de compra das pessoas é cada vez menor.

A crise sanitária chegou ao País a um nível que fez do Brasil o segundo país com maior número de mortos no mundo e um dos países que mais impacto negativo deixa à pandemia de COVID.

E Bolsonaro também liquida as políticas de proteção ambiental e social do País. A pergunta com a qual eu encerro esta fala é a seguinte: Bolsonaro resolveu algum dos seus problemas? Eu respondo: nenhum. Para a ampla maioria do povo brasileiro, Bolsonaro, além de não resolver nenhum dos problemas que as pessoas tinham há 3 anos, ele só trouxe novos problemas, mais crise, mais empobrecimento e mais dificuldades. O Governo Bolsonaro entrará para a história como um dos piores, senão o pior Governo do Brasil.

---

Documento 9/118

---

150.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -01/12/2021-  
CD 19:00

Publ.: DCD - 02/12/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 5.149, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à prorrogação da isenção do IPI incidente na aquisição de veículos utilizados no transporte autônomo de passageiros e por portadores de deficiência. Votação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, relativo aos direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "sim" a este projeto, que é de grande importância para o Brasil, porque prestigia os taxistas, ao ampliar a isenção do IPI para essa classe tão sofrida, o que é fundamental, além de viabilizar a isenção do IPI para os deficientes auditivos no nosso País. Há 10 milhões de deficientes auditivos no Brasil. Portanto, este projeto para concessão desse benefício já vem tarde.

Mais do que isso, parableno o acordo que foi feito para votarmos também, no dia de amanhã, o projeto que beneficia os trabalhadores de aplicativos no Brasil. Esse projeto estabelece regras e dá segurança jurídica aos trabalhadores de aplicativos, que sustentam as suas famílias de forma digna, para que eles possam trabalhar com segurança em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, hoje e amanhã vamos votar dois projetos de fundamental importância, um para os taxistas e outro para os trabalhadores de aplicativos.

---

Documento 10/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/12/2021-
	CD	19:16
Publ.: DCD - 02/12/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### **Sumário**

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---



**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, encabeça este projeto o Deputado Ivan Valente. Trata-se de um projeto simples. Ele garante direitos básicos aos entregadores de aplicativos durante a pandemia. Esta é a essência do projeto: direitos básicos aos entregadores de aplicativos durante a vigência do estado de emergência decretado pelo Governo Federal.

Eu faço, Sr. Presidente, uma homenagem aos proponentes dos 11 projetos de lei apensados a este, encabeçado pelo Deputado Ivan Valente. Eu os prestigiei contemplando todos eles: o Deputado Eduardo Bismarck, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Paulo Pimenta, o Deputado Júlio Delgado, o Deputado Denis Bezerra, o Deputado Mauro Nazif, o Deputado José Airton Félix Cirilo, o Deputado Bira do Pindaré, o Deputado Deuzinho Filho e o Deputado Luizão Goulart.

Faço também uma homenagem, na elaboração do meu relatório, pela contribuição decisiva, à Deputada Talíria Petrone, à Deputada Sâmia Bomfim e ao Deputado Hildo Rocha. Agora, ao longo evidentemente da tramitação, foram feitos muitos estudos e muitas reuniões, e eu faço questão de registrar o meu agradecimento ao Ministério do Trabalho e Previdência, ao Ministério da Economia, à Casa Civil e a outros entes do Governo.

Agradeço também as contribuições técnico-doutrinárias oferecidas pelas entidades dos entregadores de aplicativos, bem como pelas empresas Nubank, Uber, iFood, 99, Mercado Livre, Americanas, Rappi, Loggi, OLX e outras tantas empresas representadas pela AMOBITEC - Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia e pela Associação Brasileira Online To Offline - ABO2O, que é uma fórmula química, mas que expressa, na realidade, biológica e quimicamente, a vontade de aperfeiçoar a legislação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Consultoria Legislativa desta Casa, na pessoa do consultor Eliezer Noleto, e à assessora técnica do meu partido, a combativa e competente Alessandra Gadelha, pelo empenho e pelo assessoramento a mim prestado em todo esse processo, bem como ao Marivaldo Pereira, estudioso assessor técnico legislativo do Deputado Ivan Valente.

Dito isso, passo à leitura do parecer de plenário pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Seguridade Social e Família; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, e aos demais projetos de lei apensados.

Vamos à leitura rápida do parecer, porque ele não é longo e se atém à

essência dos projetos, sobretudo do Projeto de Lei nº 1.665, encabeçado pelo Deputado Ivan Valente.

O objetivo espelhado no meu relatório é garantir os direitos básicos aos entregadores de aplicativos, sem onerar sobremaneira as empresas - sem onerá-las -, limitando o esquadro temporal à pandemia, porque é esse o propósito do projeto de lei encabeçado pelo Deputado Ivan Valente.

## "II - Voto do Relator

Diante da gravidade da situação de pandemia causada pela disseminação do coronavírus em território nacional, várias medidas têm sido tomadas para minorar os prejuízos sofridos pela classe trabalhadora.

Todavia, os entregadores que prestam serviço por intermédio de empresas de aplicativos, uma das classes mais atingidas pelos efeitos nefastos da pandemia, não têm recebido a atenção necessária. E aqui há o agravante de que esses trabalhadores fazem parte do grupo cujo trabalho é tido como essencial, uma vez que, em decorrência da necessidade de a população permanecer o máximo possível em isolamento, a demanda pela entrega de produtos aumentou exponencialmente, elevando, conseqüentemente, o risco do trabalho.

Não podemos ficar inertes em relação ao momento atual desses profissionais, que se veem em uma condição extremamente vulnerável no presente contexto de pandemia.

Diante da essencialidade do trabalho desenvolvido pelos entregadores, há que se lhes assegurar condições mínimas de trabalho que preservem a sua saúde na prestação do serviço. Por conseguinte, entendemos que os projetos de lei que ora relatamos são um passo importante nessa direção.

Contudo não podemos deixar de observar que muitas das medidas inseridas nas proposições já vêm sendo implementadas em vários Estados e Municípios da Federação, o que apenas corrobora o acerto das ações sugeridas.

Por outro lado, alguns dispositivos nelas incluídos não se mostram adequados à natureza dos serviços prestados pelas empresas de aplicativos de entregas, impondo restrições que podem caracterizar intervenções indevidas na ordem econômica.

Por esse motivo, estamos apresentando um substitutivo que, esperamos, possa contemplar todas as partes envolvidas nesse processo. Buscamos contemplar o essencial nas propostas apensadas,

que deve ser o estabelecimento de garantias mínimas de proteção aos entregadores que prestam serviços por intermédio de empresas de aplicativos durante o período da pandemia.

É importante ressaltar que o intuito dos presentes projetos é o de atender a uma situação emergencial vivida pelos entregadores por intermédio de empresas de aplicativos em face dos desdobramentos decorrentes da pandemia do coronavírus. Em consequência, as normas que vierem a ser aprovadas nesta oportunidade deverão se restringir ao período de vigência da emergência de saúde pública de importância nacional.

A discussão acerca do estabelecimento de direitos de caráter permanente para esses trabalhadores se dará em momento distinto, haja vista o grande número de proposições sobre o tema em tramitação na Casa.

Registre-se, ainda, que, após conversas com setores das partes envolvidas pelo projeto" - foram várias reuniões com as entidades representativas dos entregadores de aplicativos, com as entidades representativas das empresas que exercem esse trabalho, com as entidades representativas dos consumidores e dos usuários e com o Deputado Gervásio -, "com o Deputado Ivan Valente, autor da proposição principal, bem como com outros Parlamentares desta Casa, incluímos no substitutivo algumas sugestões que nos foram encaminhadas, o que contribuiu para o seu aprimoramento.

Nos termos do Regimento Interno, o exame da constitucionalidade prevê a verificação de legitimidade das iniciativas legislativas, da competência para legislar e da adequação das espécies normativas à matéria regulada.

Assim, cabe registrar que não identificamos vícios quanto à adequação da espécie normativa, vez que se trata de matéria a ser regulada por lei ordinária, acrescentando-se o fato de que o tema em análise integra o rol de competências constitucionais da União.

As proposições estão de acordo com os princípios e normas que fundamentam o ordenamento jurídico pátrio e os dispositivos nela disciplinados são oportunos, necessários, razoáveis e observam uma coerência lógica com o direito positivo. Assim, não há óbices à aprovação da matéria aqui relatada quanto à constitucionalidade, boa técnica legislativa e juridicidade.

#### II.1 - Conclusão do voto.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, somos pela aprovação do

Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, e dos seus apensados, na forma do substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

No âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, e dos seus apensados, na forma do substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

No âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, e dos seus apensados, na forma do substitutivo em anexo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, dos projetos a ele apensados e do substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público."

Finalizo, Sr. Presidente, destacando que, ao observar os inscritos na lista de discussão da matéria, para chegarmos à dimensão da sua importância, eu vejo, inclusive, Deputados do PSL e do PT favoráveis ao mérito.

Este é o relatório e a sua conclusão, Sr. Presidente.

---

Documento 11/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-01/12/2021- 19:28
Publ.: DCD - 02/12/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer às emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, passo a ler o parecer às emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020.

"Voto do Relator.

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 10 emendas de

Plenário.

A Emenda nº 1, da Deputada Erika Kokay, trata da concessão de auxílio financeiro e material aos entregadores e, também, aos motoristas de empresas de aplicativo.

A Emenda nº 2, do Deputado Alessandro Molon, prevê que as empresas de aplicativo devem promover campanhas de conscientização para coibir atos de discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, prevendo a exclusão do usuário ou do empregador que praticá-los.

A Emenda nº 3, do Deputado Eli Corrêa Filho, permite a concessão de alimentação por intermédio do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

A Emenda nº 4, do Deputado Paulo Pereira da Silva, exclui o prazo de comunicação prévia dos atos de bloqueio, suspensão ou exclusão do entregador nos casos de ameaça à segurança e integridade da plataforma, dos restaurantes e consumidores, bem como fraude documental ou operacional.

A Emenda nº 5, do Deputado Alessandro Molon, inclui no PL um parágrafo dispondo que caberá aos aplicativos de entrega realizar a distribuição de máscaras e álcool em gel ou outro material higienizante aos entregadores, para proteção durante as entregas.

As Emendas nº 6, do Deputado Alessandro Molon, e nº 7, do Deputado Rubens Bueno, são idênticas à Emenda nº 4."

Em seguida, vêm a Emenda nº 8, do Deputado Kim Kataguiri; a Emenda nº 9, do Deputado Gervásio Maia; a Emenda nº 10, do Deputado Bohn Gass; a Emenda nº 11, do Deputado Paulo Ganime; a Emenda nº 12, do Deputado Gervásio Maia; a Emenda nº 13, do Deputado Kim Kataguiri; a Emenda nº 14, do Deputado Paulo Ganime; a Emenda nº 15, do Deputado Henrique Fontana.

"A despeito das boas intenções dos meus nobres pares, o substitutivo por nós apresentado foi fruto de exaustivas discussões com todas as partes envolvidas, razão pela qual nosso voto é pela preservação do texto apresentado. Devemos considerar, ainda, que muitos dos temas tratados nas emendas já foram incorporados ao substitutivo".

Agradeço, portanto, a contribuição dos Parlamentares citados. Foram eles também determinantes para o êxito do nosso trabalho.

"Ante o exposto, no âmbito das Comissões de Desenvolvimento

Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Seguridade Social e Família; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, somos pela rejeição de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Sala das Sessões.

Deputado Fábio Trad

Relator"

É como voto, Sr. Presidente.

---

Documento 12/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/12/2021- CD	19:32
Publ.: DCD - 02/12/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Apensação do Projeto de Lei nº 4.097, de 2020, de autoria do orador, à proposição principal.

---

**O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos orienta "sim". Trata-se de projeto de grande importância e tem apensado um projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 4.097, de 2020.

Parabéns ao Relator Fábio Trad, que acolheu sugestões em todos os projetos, que tratam de uma categoria que merece a atenção esta Casa. Os entregadores por aplicativos precisam ter mais segurança e mais garantias no seu trabalho. Durante a pandemia, foram fundamentais. Aumentou muito o número de pessoas que trabalham com entregas, através de aplicativos.

Esses profissionais não tinham segurança, não tinham nenhuma

garantia, e agora, a partir da aprovação deste projeto, vão ser amparados, vão ter mais direitos e garantias para continuar o seu trabalho.

Parabéns a todos os Deputados favoráveis a esta matéria.

---

Documento 13/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/12/2021- CD	19:32
Publ.: DCD - 02/12/2021 - JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ia até pedir o tempo de Liderança, mas, como o projeto original tem como autor o Deputado Ivan Valente e como Relator o Deputado Fábio Trad, eu quero pedir que V.Exa. aumente o tempo nosso de orientação, porque esse tema foi tão caro para a bancada do PSB que os Deputados Denis Bezerra, Bira do Pindaré, Gervásio Maia, Mauro Nazif e eu, Deputado Júlio Delgado, autor do Projeto de Lei nº 1.872, de 2020, tivemos nossos projetos acatados no substitutivo do Deputado Fábio Trad.

Aqui existe muita vaidade, e os Deputados querem ter o projeto aprovado com seu nome. Eu digo que, para a nossa honra, o projeto de autoria do Deputado Ivan Valente, relatado pelo Deputado Fábio Trad, leva a carga desses Deputados que apresentaram substitutivos - e o Deputado Ivan Valente leva isso com muita honra. Portanto, trata-se de um projeto que nós aprovamos, dentre todos os que apresentamos.

Presidente, peço a V.Exa. mais 1 minuto, justamente para poder dizer ao Deputado Ivan Valente que nós vimos, no período da pandemia, Deputado Marcelo Freixo, várias atividades, várias profissões que foram encerradas e que vão ser extintas. E nós vimos também outras que surgiram com muita força.

No período de isolamento, todo o comércio teve que trabalhar com

entrega, até mesmo de medicamentos, por meio de motociclistas, de ciclistas, de motoristas de automóveis. Isso vai se dar e vai ser feito a partir daqui de uma forma diferente, se for aprovado esse projeto do Deputado Ivan Valente.

Mas eu quero dizer a todos os colegas que nós vamos ter que tratar da relação de trabalho dessa categoria que vai ser cada vez maior daqui para frente, porque, essa, sim, veio para ficar.

A sociedade a acatou e aceitou de forma plena.

Parabenizo o Deputado Ivan, que leva o nosso projeto no seu projeto; o Deputado Fábio Trad, pela relatoria; e todos os colegas do PSB.

O PSB vota "sim".

---

Documento 14/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/12/2021-
	CD	19:44
Publ.: DCD - 02/12/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, de autoria do Deputado Ivan Valente, sobre os direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Presidente, eu preciso dizer que essa proposta do Deputado Ivan é muito importante, muito embora esse tema já devesse ter sido aprovado há muito tempo.

Nós sabemos que a situação dos entregadores de aplicativos é algo que beira a crueldade. Eles fazem todo o investimento - compram a motocicleta, a bicicleta -, garantem a entrega, fazem a manutenção, assumem para si todo o risco da entrega, e o pior: ficam com quase nada, porque as plataformas terminam ficando com todo o lucro. Pior do que isso é que essas plataformas são estrangeiras, e os entregadores estão se matando, esgoelando-se para cumprir metas, sob pena de serem boicotados pelas próprias plataformas. Isso já foi, Presidente, muito denunciado.

Então, esse projeto chega num momento importante. Há outras

propostas apensadas à do Deputado Ivan Valente, inclusive uma de nossa autoria, e o maior objetivo é que, a partir da aprovação dessa matéria, as empresas tenham que garantir aos entregadores seguros contra acidentes. Isso é um avanço. Estamos distante do que realmente precisamos, mas daremos um passo de cada vez.

Estaremos aqui, Sr. Presidente, vigilantes e voltaremos a pautar esse tema, porque o Congresso Nacional tem a obrigação de cuidar dos entregadores de aplicativos, que, inclusive, precisam ser considerados trabalhadores perante a nossa CLT, para terem direito a uma aposentadoria; para, de repente, se adoecerem, terem amparo na nossa legislação.

Parabéns ao Deputado Ivan! Vamos seguindo ao lado da classe trabalhadora do País.

---

Documento 15/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/12/2021-
	CD	19:48
Publ.: DCD - 02/12/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações aos Deputados Ivan Valente e Fábio Trad, respectivamente, autor e relator do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Deputado Fábio Trad, que relatou essa matéria, e o meu querido companheiro da nossa bancada do PSOL, o Deputado Ivan Valente.

No cenário dramático que o Brasil está vivendo, em que a precarização do emprego, o desemprego, o subemprego, a informalização, a uberização do mercado de trabalho atingem, de forma muito dolorosa, os trabalhadores brasileiros, os entregadores de aplicativos têm seus direitos sistematicamente negados, ainda mais na pandemia. Então, quem vai pagar pelo álcool em gel, quem vai pagar pela máscara, quem vai ser responsável pela saúde desses trabalhadores?

Nós queríamos avançar mais. Porém esse projeto é um marco

importante para visibilizar o que é a categoria.

Parabéns aos meus colegas!

---

Documento 16/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/12/2021- CD	19:48
Publ.: DCD - 02/12/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos Parlamentares e partidos políticos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Excelência do parecer oferecido à matéria pelo Relator Fábio Trad.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria, neste momento, agradecer a todos os partidos políticos que contribuíram para essa vitória, que não é uma vitória pessoal; é uma vitória da Câmara dos Deputados, que tem a obrigação de atender os trabalhadores essenciais que se tornaram os entregadores de aplicativos.

Nós temos mais de 1 milhão e 500 trabalhadores nessa situação, Deputado Trad, e essas pessoas, na pandemia, se tornaram fundamentais. No momento de confinamento, sem vacina e sem nada, eles estavam nas ruas todos os dias.

Então, como nós apresentamos esse projeto, eu quero também me referir a todos o que apresentaram projetos que foram a ele pensados pelo Deputado Fábio Trad e que contribuíram para o relatório final. Eles deram a sua contribuição também. Quero agradecer a todos.

Digo, entretanto, o seguinte: nós deveríamos ter votado esse relatório há muito tempo, para pegar o auge da pandemia e para que pudéssemos ter uma resposta imediata e ser solidários no Brasil. O projeto atendia a muitas condições.

Eu queria dizer que esse processo todo significou muita negociação, muita interlocução, muito diálogo e a constatação de uma situação. Esses trabalhadores carregavam atrás uma bag com comida e não comiam o dia todo, Deputado Trad. Mais do que isso, eles não tinham

material de higiene - luvas, álcool, etc. - e estavam sujeitos à COVID, sujeitos a acidentes, sujeitos a cancelamentos feitos pelas plataformas internacionais, que são poderosas - poderosíssimas! E o que acontecia? Não havia proteção nenhuma.

Mas nós conseguimos mudar isso. O relatório do Deputado Fábio é excelente. Eu quero elogiar o Deputado Fábio Trad, Relator desse projeto, um *gentleman*, pela sua capacidade de interlocução e pelo diálogo que travou com as empresas, com o Governo, com os Deputados desta Casa. Mas, mais do que isso, eu quero dizer que o projeto prevê ganhos, mas que não são ainda suficientes.

Nós queríamos mesmo é que os trabalhadores tivessem direitos garantidos, inclusive uma aposentadoria, posteriormente. Nós queríamos mais direitos. Então, o projeto, de certa forma, envelheceu. Lamento que não o tenhamos votado em dezembro do ano passado. Mas ele prevê multa, para evitar o cancelamento. A empresa não pode ser arbitrária. O projeto prevê também seguro-COVID, seguro-acidente, alimentação, acesso aos materiais, assistência financeira, etc.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (General Peternelli. PSL - SP) - Conclua, Deputado.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Nós precisamos que esse projeto vá imediatamente para o Plenário do Senado e, depois, que seja imediatamente sancionado.

Por fim, eu queria fazer um agradecimento pessoal ao Deputado Trad; à nossa assessoria; à assessoria do Deputado Trad, particularmente a todos os colaboradores que trabalharam muito nessa proposta. Quero dizer que essa é uma vitória de trabalhadores e demonstra solidariedade com o povo.

---

Documento 17/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/12/2021- CD	19:52
Publ.: DCD - 02/12/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões do posicionamento do partido Novo contrário à aprovação do Projeto

de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores de empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - O que seria, Sr. Presidente, da democracia e de um Parlamento como o brasileiro, se não existisse o contraponto? Seria uma democracia *fake*, seria um Parlamento em que não se discute, não se debate, não há contraditório.

Por isso, o Partido Novo vem a esta tribuna - e agradeço ao Deputado Paulo Ganime, nosso Líder, por poder utilizar o tempo de Liderança - para expor os motivos, que nos fizeram votar contrariamente a esse projeto, assim como o Deputado Ganime já fez na orientação.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero lembrar que a maior parte das contenções de danos foi sugerida pela nossa Liderança do Partido Novo e por outros Parlamentares que estão interessados em manter os serviços de aplicativos funcionando.

Não é possível acabarmos com o serviço de aplicativos, fazendo com que haja uma excessiva regulamentação sobre eles. E essa contenção de danos acabou fazendo com que o projeto final aprovado aqui na Câmara dos Deputados apenas mimetizasse, repetisse, reforçasse aquilo que as empresas já estão fazendo há bastante tempo, em acordo com os motoristas dos aplicativos.

A verdade é esta, Sr. Presidente. A verdade é que as empresas do "capitalismo malvadão" - as empresas do "capitalismo malvadão", como são conhecidas pela Esquerda, pelos socialistas e assim por diante -, em acordo com os funcionários, já garantiram, ao longo desse tempo, que houvesse assistência em caso de infecção por COVID, seguro, medidas de proteção etc.

É interessante notar, Sr. Presidente, que determinadas decisões deste Parlamento cumprem apenas o objetivo de sinalizar algo para um determinado grupo - neste caso, os motoristas de aplicativos -, e de forma, muitas vezes - ou quase sempre -, eleitoreira.

Não visa, de fato, resolver um problema, porque, repito, em grande parte, ele já estava resolvido.

O problema é que se não tivéssemos contido alguns danos - um deles, o de prever que as relações trabalhistas nesse meio acabariam sendo estabelecidas de acordo com a CLT -, nós teríamos, aí, sim, uma perda de empregos no setor, como acontece em tantos outros setores, em virtude das nossas atrasadas leis trabalhistas. Como diz Bastiat, há "o

*que se vê e o que não se vê".* E muitos políticos e Deputados - espero que não os Senadores, mas, via de regra, também eles - acabam ignorando essas consequências. Não querem vê-las.

Henry Hazlitt dizia também que não há nenhum benefício pedido por uma corporação ou por um grupo da sociedade, como foi este caso dos motoristas de aplicativo, que não seja, no fim, socializado pelo restante da sociedade. E este também seria o caso, se os danos não tivessem sido contidos, porque, com o aumento do desemprego gerado por interferência estatal excessiva, perderia não só o trabalhador da área, mas também o consumidor final.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que acho bastante tristes os discursos de muitos Parlamentares que vêm aqui falar das péssimas condições de trabalho - de qualquer setor, mas me refiro também a essas dos motoristas de aplicativo -, quase chamando os trabalhadores de coitadinhos, miseráveis. Dizem que são gente que tem que trabalhar de sol a sol; que não tem outra condição de vida, se não essa. Gente, vamos acordar para a realidade! A maior parte do Brasil é feita de trabalhadores, que, aliás, encontra a sua dignidade no trabalho e não está sentado no ar condicionado o dia inteiro, ganhando 33 mil reais por mês, como é o caso dos Parlamentares!

Esta realidade aqui é que é ficcional! O Brasil real, Sr. Presidente, o Brasil da dignidade, inclusive durante o período da pandemia, é o Brasil de quem trabalha; de quem sustenta essa máquina pública; de quem sustenta o Parlamento, de quem sustenta o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público e toda essa máquina ineficiente e, infelizmente, muitas vezes, também corrupta.

E as pessoas, muitas vezes, acabam, com toda a dignidade e felicidade por terem um emprego, trabalhando dignamente para sustentar uma família e dizer: *"Eu tenho emprego, ainda que me pague 5 mil, 4 mil, 3 mil reais ou um salário mínimo"*, para depois serem chamadas aqui, na Câmara dos Deputados, de coitadinhas, de pessoas sofridas, etc. Sofrido de espírito é aquele que busca só tirar dinheiro dos outros, da economia, da sociedade para manter os seus próprios custos.

Nós defendemos a iniciativa privada.

---

Documento 18/118

---

150.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/12/2021-
	CD	20:28
Publ.: DCD - 02/12/2021 - DIEGO ANDRADE-PSD -MG		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

### *Sumário*

Relato da visita do orador aos Municípios de Janaúba, Porteirinha, Vargem Grande do Rio Pardo e Verdelândia, no Estado de Minas Gerais. Imediata aprovação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Estabelecimento de novo pacto federativo em prol das municipalidades brasileiras. Pedido aos Parlamentares, pelos Prefeitos Municipais, de maior atenção para com a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a desobrigatoriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de aplicação de percentuais mínimos de receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, em face do desequilíbrio fiscal provocado pela epidemia de coronavírus. Importância da alocação de verbas orçamentárias para os Municípios brasileiros. Resultados da destinação de recursos de emendas de bancada à Polícia Militar e à Polícia Civil de Minas Gerais.

---

**O SR. DIEGO ANDRADE** (PSD - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Presidente, colegas Deputados e Deputadas. Hoje, eu queria fazer um pequeno relato da nossa atividade parlamentar. Vários Deputados atuam da mesma forma.

Eu visitei uma região importantíssima de Minas Gerais, pela qual eu tenho muito carinho, que é a região da Serra Geral. Eu estive em Janaúba, que é a segunda maior cidade do norte de Minas, e pude comprovar de perto a revolução que está sendo feita pelo Prefeito José Aparecido, pela Vice-Prefeita Maria Aparecida e pelos Vereadores, com os recursos que encaminhamos sendo aplicados de forma correta naquele Município. Há uma usina de asfalto que já está instalada num Município que tem 700 ruas a serem pavimentadas. São vários desafios. Eu pude visitar o presídio municipal e ver um projeto inteligente de uma padaria e de uma fábrica de bloquetes, para que os presos possam trabalhar. Há necessidade de mais investimentos para que os presos trabalhem e paguem suas penas devolvendo os serviços para a sociedade.

Pude visitar a cidade de Porteirinha, Presidente, e ver a bela administração realizada pelo Prefeito Juracy, as máquinas que foram compradas, os caminhões, os ônibus escolares. Pude entregar, Presidente, a premiação aos produtores rurais que venceram o concurso dos melhores queijos da região - diga-se de passagem que são queijos muito melhores do que os franceses, importados. Temos que aprender a valorizar os produtos brasileiros.

Eu queria mandar um abraço a todos os produtores, em nome do Toko, que produz o Requeijão do Toko, que foi o premiado número um. Eu vou ter a oportunidade de trazer o requeijão aqui para V.Exas.

experimentarem. Precisamos valorizar os produtos brasileiros. E por que estou falando isso aqui hoje, pela Maioria?

Agradeço também a recepção do Prefeito Gabriel, em Vargem Grande do Rio Pardo, a calorosa recepção. Agradeço também ao Prefeito Jarbas, de Verdelândia.

E estamos vendo aí o questionamento sobre o Orçamento, pessoas questionando Parlamentares por fazerem indicações. Eu queria dizer que o trabalho bem feito não é o daquele que fica agredindo os outros pelo microfone para ganhar voto -- o oportunismo político --, e sim o daquele que trabalha em silêncio, respeita as diferenças, entrega resultados e se compromete com os problemas do Município onde ele é votado, com os problemas do Estado que representa e também com os problemas nacionais.

Cito aqui um belo trabalho recém-feito por esta Casa, que foi a PEC dos Precatórios, que eu pude presidir e, ao lado do Relator, Deputado Hugo Motta, entregar ao Senado. E pedimos ao Senado agilidade na aprovação, para ajudar milhares de pessoas que aguardam nesse pós-pandemia um auxílio para atravessar este momento de dificuldade.

Mas como nascem as demandas? E aqui dirijo esta fala aos Ministros do STF. Tenho muito respeito pela Justiça brasileira. É importante esclarecermos que o Deputado compromissado se envolve com as lideranças, conversa com a Presidente da APAE, conversa com o provedor da Santa Casa, como, por exemplo, eu fiz lá em Janaúba, para saber que lá está precisando de um aparelho de ressonância magnética. O Deputado compromissado conversa com os Prefeitos, como fiz em Porteirinha, para saber que a estrutura do Hospital do Câncer, que lá está sendo montada, precisa de equipamentos.

As demandas, Presidente, são infinitas, e os recursos são finitos.

Certa vez, um colega da bancada mineira me disse: *"Diego, um pré-candidato a Prefeito chegou ao meu gabinete e brigou comigo: 'Deputado, vocês não podem opinar no Orçamento, vocês têm que deixar o Presidente, sozinho, tocar o orçamento'".* Logo em seguida, eles falaram sobre política, era candidato a Prefeito. Já encerrando a audiência, o Deputado não revidou, e ele disse: *"Deputado, lembra-se daquela comunidade onde não tem água e que o senhor visitou?"* O Deputado respondeu: *"Lembro-me". "Eu precisava de um recurso para resolver esse problema."* O Deputado disse: *"Não! Você vai marcar uma agenda com o Presidente da República e com o Ministro da Economia, porque eles vão resolver". "Mas eu vou passar minha vida tentando essa agenda." "Entendeu por que é preciso o Parlamentar ficar de mãos dadas com os Prefeitos e com as lideranças para fazer*



*indicações ao Orçamento?"*

Quem mora na cidade é que sabe quais são os problemas. Por isso, defendo aqui o tempo inteiro um pacto federativo, para que tenhamos mais recursos nos Municípios, porque é lá onde moram as pessoas. O recurso em Brasília está muito longe dos Municípios.

Portanto, Parlamentar bom, para mim, é aquele que atua aqui. Mas a vida do Parlamentar comprometido vai muito além dos microfones e gabinetes aqui de Brasília. Ela acontece lá nos Municípios, onde as pessoas estão passando por dificuldades, onde os empresários estão clamando pela aprovação do REFIS, onde os Prefeitos estão nos pedindo uma atenção especial para a PEC 13/21, para não terem que gastar de forma inadequada os recursos com a educação, porque não tivemos aulas nem transporte escolar durante esse período de pandemia. É conversando com quem está vivendo o problema que apresentamos a solução.

Como são feitas essas indicações ao Orçamento? São feitas para serem executadas pelos Prefeitos eleitos, pelos Governadores eleitos e seus Secretários, fiscalizadas pelo Ministério Público. É claro que em milhares de atendimentos podem ocorrer, sim, problemas. É para isso que existem os órgãos de controle. A própria Caixa Econômica Federal exagera na fiscalização e consome parte desses recursos.

Agora, toda e qualquer indicação, seja emenda parlamentar, seja discussão dentro do Orçamento, é para poder encontrar uma rubrica para solucionar um problema destes: de um hospital que está precisando de um equipamento, de um asilo que está com o telhado caindo, de uma APAE que precisa do seu credenciamento, de uma Prefeitura que precisa renovar sua frota de ônibus para transportar os alunos. Este é o dia a dia do verdadeiro Parlamentar: envolver-se nos problemas dos Municípios, envolver-se nos problemas dos Estados e entregar resultados em projetos de lei que simplifiquem o Brasil, que tornem o Estado mais eficiente, mas também levar recursos e soluções para os problemas reais, que acontecem todos os dias nos Municípios.

E como acompanhamos isso? Estando presentes nos Municípios. Por isso, citei a visita que fiz a Serra Geral. Percorro todo o Estado, em especial os Municípios que represento. Dialogo buscando alternativas para dar soluções.

Foi através das indicações da bancada mineira que nós conseguimos reerguer a Polícia Militar e a Polícia Civil de Minas Gerais e retomar o posto de Estado mais seguro do Brasil. O Estado não tinha a menor condição. Hoje não se veem viaturas com pneus carecas e viaturas velhas no Estado de Minas Gerais. A qualquer cidadezinha de Minas

que você vai a polícia está forte, armada e equipada.

A maior parte desses recursos são da bancada mineira, do trabalho coletivo dos Deputados, na emenda de bancada - indicação no Orçamento. Será que um ser humano sozinho - quem quer que seja o Presidente da República - vai conseguir enxergar isso tudo ou é necessário termos os representantes, termos os Prefeitos, termos os Vereadores? Agora, é claro: vamos escolher bem os representantes.

Já caminho para finalizar, Presidente, fazendo este apelo: vamos respeitar o Parlamento brasileiro, vamos respeitar os Deputados que trabalham com seriedade, levando benefícios concretos às suas comunidades. E esta é uma das principais prerrogativas deste Parlamento: discutir e apontar as prioridades no Orçamento. É assim que nós vamos fazer do Brasil um país cada vez melhor de se viver, é dessa forma. Vamos respeitar os bons Parlamentares.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 19/118

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/12/2021-21:04
Publ.: DCD 02/12/2021 -	BIA CAVASSA-PSDB -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Realização da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Aumento do número de casos de violência doméstica contra a mulher no Brasil e no mundo durante a epidemia de coronavírus. Compromisso de atuação parlamentar contra a violência de gênero.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BIA CAVASSA.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos em plena campanha internacional: 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. A data foi criada no ano de 1991, instituída pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em memória ao assassinato de três irmãs: Pátria, Minerva e Maríá

Teresa Mirabal, que morreram cruelmente durante a ditadura na República Dominicana. O crime causou indignação mundial e, desde então, a ONU encabeça este movimento em prol da eliminação da violência de gênero.

A campanha começou em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres, e termina no próximo dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nós sabemos que a violência de gênero, infelizmente, está enraizada em nossa sociedade. Sabemos que, para quebrar este ciclo, precisamos usar essas datas importantes e levantar a bandeira pelo fim dos crimes contra a mulher.

Neste último ano, na pandemia, foi registrada uma crescente nos números de violência doméstica no mundo. De acordo com relatório da ONU Mulheres, duas em cada três mulheres relataram sofrer ou conhecer alguém que sofre algum tipo de violência e, pasmem, senhores, apenas 10% denunciaram as agressões.

Aqui no nosso País, não estamos distantes desta realidade, já que o Brasil ocupa o quinto lugar na lista de países com mais crimes de gênero. Segundo estatísticas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, só em 2020, mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100.

O tema, que, por inúmeras vezes, já foi debatido nesta Casa, não pode cair no esquecimento. Eu, como Deputada Federal, vou continuar lutando por igualdade e contra qualquer tipo de violência às mulheres.

Encerro minhas palavras, reiterando a frase de Maria da Penha, um símbolo da luta contra a impunidade e a violência doméstica: *"a vida começa quando a violência acaba"*.

Não se cale! Denuncie!

Muito obrigada.

---

Documento 20/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/12/2021-21:04
Publ.: DCD 02/12/2021 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

### *Sumário*

Texto intitulado *Duas pandemias?*, de autoria do moçambicano Mia Couto e do angolano José Eduardo Agualusa.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO.**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero aqui registrar o artigo de autoria do moçambicano Mia Couto e do angolano José Eduardo Agualusa apontam a discriminação como ponto central na questão em relação aos países africanos por conta da variantes *ômicon* do novo coronavírus. Mais uma vez a falta de solidariedade para com os países africanos é exposta pelo tratamento dispensado ao continente pelos países mais ricos.

Faço aqui a leitura deste brilhante texto:

#### *Duas pandemias?*

*No dia em que a Europa interditou os voos de e para Maputo, Moçambique tinha registado 5 novos casos de infeção, zero internamentos e zero mortes por COVID 19. Nos restantes países da África Austral a situação era semelhante. Em contrapartida, a maioria dos países europeus enfrentava uma dramática onda de novas infeções.*

*Cientistas sul-africanos foram capazes de detetar e sequenciar uma nova variante do SARS Cov 2. No mesmo instante, divulgaram de forma transparente a sua descoberta. Ao invés de um aplauso, o país foi castigado. Junto com a África do Sul, os países vizinhos foram igualmente penalizados. Em vez de se oferecer para trabalhar juntos com os africanos, os governos europeus viraram costas e fecharam-se sobre os seus próprios assuntos.*

*Não se fecham fronteiras, fecham-se pessoas. Fecham-se economias, sociedades, caminhos para o progresso. A penalização que agora somos sujeitos vai agravar o terrível empobrecimento que os cidadãos destes países estão sendo sujeitos devido ao isolamento imposto pela pandemia.*

*Mais uma vez, a ciência ficou refém da política. Uma vez mais, o medo toldou a razão. Uma vez mais, o egoísmo prevaleceu. A falta de solidariedade já estava presente (e aceite com naturalidade) na chocante desigualdade na distribuição das vacinas. Enquanto a Europa discute a quarta e quinta dose, a grande maioria dos africanos não beneficiou de uma simples dose. Países africanos, como o Botswana, que pagaram pelas vacinas, verificaram, com espanto, que essas vacinas foram desviadas para as nações mais ricas.*

*O continente europeu que se proclama o berço da ciência esqueceu-se dos mais básicos princípios científicos. Sem se ter prova da origem geográfica desta variante e sem nenhuma prova da sua verdadeira gravidade, os governos europeus impuseram restrições imediatas na circulação de pessoas. Os governos fizeram o mais fácil e o menos eficaz: ergueram muros para criar uma falsa ilusão de proteção. Era previsível que novas variantes surgissem dentro e fora dos muros erguidos pela Europa. Só que não há dentro nem fora. Os vírus sofrem mutações sem distinção geográfica. Pode haver dois sentimentos de justiça. Mas não há duas pandemias.*

*Os países africanos foram uma vez mais discriminados. As implicações econômicas e sociais destas recentes medidas são fáceis de imaginar. Mas a África Austral está longe, demasiado longe. Já não se trata apenas de falta de solidariedade. Trata-se de agir contra a ciência e contra a humanidade.*

Mia Couto

José Eduardo Agualusa

---

Documento 21/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/12/2021-21:04
Publ.: DCD 02/12/2021 -	PR. MARCO FELICIANO-PL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Repúdio às críticas vazias ao Presidente Jair Bolsonaro. Descompasso entre a decretação de lockdown e de isolamento social por Municípios brasileiros, e a permissão da realização de shows com grandes aglomerações.

## **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra que faço uso desta egrégia tribuna, para manifestar minha preocupação com os "lacradores gerais da República, "nova qualidade de cidadãos que criticam o Presidente Jair Bolsonaro apenas pela crítica"".

Quantos jornalistas, artistas e intelectuais atacaram nosso líder máximo por, às vezes, não usar máscara, outras vezes por aglomerações em contatos com o povo nas periferias de Brasília, para nos momentos críticos da pandemia sentir as necessidades do povo, saindo da zona de conforto do Palácio, e demonstrar que alguém do alto escalão está preocupado com o cidadão comum.

Estados e Municípios receberam procuração do Supremo Tribunal Federal para legislarem e administrarem a crise sanitária ocasionada pela COVID-19. Alguns Municípios decretaram o *lockdown* e acionaram as Guardas Municipais para cumprirem o isolamento, até mesmo com o uso da força e prisões, com o indiscriminado uso de algemas contra cidadãos e cidadãs de bem, o que causou forte comoção social. Não temos conhecimento de medidas administrativas desses Municípios no sentido de revogar medidas de prevenção, como uso de máscaras e distanciamento social, mas surpreendentemente e na surdina permitiram *shows* ao ar livre com uso de trios elétricos importados da Bahia e cantoras famosas, que em qualquer apresentação agregam grande público. Em São Paulo, multidão acompanhou artistas em vários eventos que anteciparam o carnaval.

Procurei notícias a respeito e não encontrei nenhuma manifestação dos que em várias ocasiões afirmaram: "*Fique em casa*", que o resto vem depois, nenhuma linha sobre esses *shows* onde jovens se apinharam, num risco desnecessário à saúde da maioria. Portanto, lembro que afirmações levianas são como penas ao vento, mas devemos ter palavra forte como prego num lugar firme, para não forçar órgãos tradicionais de jornalismo a caírem em descrédito perante o público.

Finalizo agradecendo a Deus por confirmar nossas previsões de que a farsa não duraria muito e as máscaras dos críticos lacradores caíram. Que derrame as mais escolhidas bênçãos celestiais a todo o povo brasileiro!

---

Documento 22/118

---

150.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/12/2021-21:04
Publ.: DCD 02/12/2021 -	- BETO FARO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Realização pelo Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, de investimentos em programas, benefícios e auxílios para trabalhadores e famílias vulneráveis durante a epidemia de coronavírus. Indignação do orador com a exclusão, pelo Programa Auxílio Brasil, de populações carentes no Estado do Pará.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BETO FARO.**

Sr. Presidente, o Pará foi o terceiro Estado que mais investiu em recursos financeiros em auxílios e benefícios durante a pandemia. O primeiro foi o Estado de São Paulo e o segundo foi o Estado de Minas Gerais, de acordo com o levantamento do jornal *Valor Econômico*.

O Governador Helder Barbalho investiu R\$ 478 milhões para ajudar as famílias cadastradas no Bolsa Família e aos trabalhadores de diversos setores. Os benefícios vão desde programas que auxiliaram na compra de alimentos até o Auxílio Gás.

O Governador instituiu o pacote econômico em outubro de 2020, assegurando renda às famílias economicamente mais vulneráveis e aos trabalhadores de diversas categorias profissionais. Enquanto isso, Bolsonaro segue sendo o maior aliado do coronavírus. No Pará, o Governo Federal cortou quase 1 milhão de beneficiários do auxílio emergencial, com a criação do Auxílio Brasil, deixando as famílias paraenses à margem da fome e da miséria.

O Governador Helder Barbalho tem valorizado no seu Governo às políticas de transferência de renda para famílias mais vulneráveis,



marca dos Governos do PT. No Estado, a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), comandada pelo companheiro Inocêncio Gasparim, ficou responsável pela condução do programa e os pagamentos foram realizados pelo Banco do Estado do Pará (Banpará).

O pagamento do benefício foi iniciado no dia 30 de novembro de 2020. No fim da primeira fase do programa, 720 mil pessoas foram beneficiadas com o reforço financeiro de R\$ 100, pago em cota única, as famílias cadastradas no Bolsa Família, o que representa o investimento de mais de R\$ 72 milhões do tesouro estadual.

Com a continuidade da pandemia, o programa foi renovado. A segunda etapa do Renda Pará 100 foi retomada no mês de março e seguiu até 23 de abril de 2021. Nesse período, 664.162 pessoas receberam o pagamento, o que significa a disponibilização do valor de R\$ 66.416.200,00. Além da segunda fase do pagamento do Renda Pará 100, o pacote também incluiu auxílio único de R\$ 500 (Renda 500) para músicos, técnicos, garçons, cabeleireiros, manicures professores de educação física autônomos, além de um auxílio único de R\$ 2 mil para bares, restaurantes, lanchonetes, academias e arenas. Até o fim do calendário de pagamento, o Renda 500 beneficiou mais de 164 mil pessoas, o que representou um investimento de R\$ 82 milhões.

Para auxiliar trabalhadores informais, catadores, flanelinhas, feirantes e ambulantes dos Municípios que, no período, estavam em *lockdown*, o Governo garantiu auxílio de R\$ 400 (Renda 400), pagos em duas parcelas de R\$ 200. Em maio de 2021, o Renda 400 alcançou novas categorias profissionais: ambulantes, catadores de recicláveis, feirantes e guardadores autônomos de veículos. O benefício pagou R\$ 4 milhões a 23.489 beneficiários. Ainda neste mês, o Renda 500 incluiu taxistas, mototaxistas, motoristas de *van*, do transporte escolar e de aplicativo como beneficiários. Até o fim do calendário de pagamento, em julho de 2021, o programa pagou mais de R\$ 17 milhões a aproximadamente 34 mil contemplados desta categoria.

Além do Renda Pará, houve o repasse de recursos para a execução do Programa Bora Belém, uma cooperação entre o Governo do Pará e a Prefeitura de Belém. Pelo menos 30 milhões serão repassados, valor equivalente a 50% do recurso necessário para o programa. No mês de setembro, a gestão estadual ainda viabilizou o Auxílio Gás, iniciativa que garante a compra de botijões de 13 quilos para famílias paraenses que se enquadram na faixa de extrema pobreza.

A pandemia não acabou e o nosso mandato continuará atuando em defesa do auxílio, no valor de R\$ 400, para famílias vulneráveis e trabalhadores de diversas categorias; de medidas econômicas e sociais que assegurem renda, emprego e medidas sanitárias à

população paraense.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 23/118

---

151.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/12/2021-09:44
Publ.: DCD 03/12/2021 -	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a honra de coordenar o núcleo agrário da nossa bancada no Congresso Nacional. Estamos chegando ao final do ano. Há duas realidades aqui. A primeira é a postura do Presidente Bolsonaro, que veta projetos de lei de suma importância para a agricultura familiar e camponesa, como o Projeto de Lei nº 823. Na próxima semana, teremos a oportunidade de derrubar esse veto. De outro lado, há a ausência de política para a agricultura brasileira, ausência de política de proteção do preço dos insumos, permitindo, com a dolarização dos insumos e fertilizantes, que se encareça o custo de produção, principalmente dos agricultores que produzem o alimento que vai à mesa do povo brasileiro.

É um Governo que aumenta a taxa de juros. É um Governo que, em 45 dias, esgota o crédito para investimento do PRONAF e que impede investimento futuro para a agricultura brasileira. Vejo aqui mesmo ruralistas denunciando o preço dos insumos, o preço para transformar em proteína animal o farelo de soja e milho, os fertilizantes. Imaginem o grau de dificuldade e de sofrimento que estão vivendo os nossos agricultores familiares assentados deste País. O Governo Bolsonaro

olha para o estrangeiro e transfere toda a perspectiva de exportação. Descuidando, não, mas com profunda irresponsabilidade ele não fomenta a produção nem o desenvolvimento do alimento ao povo brasileiro.

Por isso, há inflação dos alimentos. Por isso, as nossas famílias de trabalhadores e trabalhadoras levam um susto cada vez que vão ao supermercado e percebem lá o preço da comida, do alimento que deve ir para a mesa do povo brasileiro. Por isso, há fome, e metade do povo brasileiro vive em insegurança alimentar. São 116 milhões e 800 mil brasileiros e brasileiras nessa situação.

Este Parlamento vai legitimar essa política irresponsável do Governo Bolsonaro ou, na semana que vem, vai derrubar o Veto nº 51, o PL 823/21, que permite, sinteticamente, 3.500 reais destinados para cuidar da água, para proteger as nossas fontes de água, para alimentar a produção e os animais? São 2.500 reais para fomentar a produção de alimentos e, inclusive, enfrentar a inflação que vive a sociedade brasileira. De 6 mil a 7 mil reais são para fomentar o Programa de Aquisição de Alimentos, para que os programas sociais das Prefeituras deste País possam adquirir esses alimentos, distribuir para os programas sociais e enfrentar minimamente a fome, a miséria, o sofrimento humano. O fato de uma criança numa escola desmaiar de fome tem que produzir indignação nesta Casa e na sociedade brasileira! Queremos crédito de juro zero para aumentar a produção de alimento.

É por isso que nós estamos aqui, em nome da nossa bancada, em nome do núcleo agrário, convocando todos os movimentos sociais do campo, todas as organizações do campo, para pressionar no seu Estado cada Deputado Federal e Deputada Federal, Senador e Senadora, para que possamos concluir o ano com uma perspectiva mínima de esperança para 2022, que é fomentar e desenvolver crédito, subsídio, apoio aos nossos agricultores e agricultoras familiares, aos nossos camponeses e camponesas, aos assentados e assentadas deste País. Precisamos produzir alimento, fortalecer a agricultura familiar e camponesa e, de outro lado, ofertar alimento para o povo brasileiro.

Pela derrubada do Veto nº 51! Enquanto o Governo Bolsonaro transforma-se em inimigo da agricultura e dos agricultores, este Parlamento deve demonstrar aqui, nesta Casa, derrubando o Veto nº 51, que nós apoiamos a agricultura familiar de forma verdadeira e concreta.

Obrigado, Sr. Presidente.

151.2021 Sessão Extraordinária - CD Deliberativa 02/12/2021-10:00  
 Publ.: DCD - GENERAL GIRÃO-PSL -RN  
 03/12/2021 -  
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

Saudações ao novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça. Rejeição do regime comunista povo brasileiro. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 159, de 2019, a respeito da revogação da Emenda Constitucional nº 88, de 2015, (PEC da Bengala), para a fixação, em 70 anos, a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos, e consequente renovação da composição do Supremo Tribunal Federal. Responsabilidade dos Governadores Estaduais pela crise econômica brasileira. Excelência da gestão do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Presença do Ministro no Estado do Rio Grande do Norte, para inauguração de trecho da linha de trem urbano na Região Metropolitana de Natal.

**O SR. GENERAL GIRÃO** (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Caros colegas Deputados, Sra. Presidente da Mesa, o nosso pronunciamento de hoje é por liberdade, a liberdade que o povo brasileiro tanto gritou nas ruas e que continua exigindo em face de várias ações, de vários pontos fora da curva que temos observado em algumas decisões, principalmente naquelas que vêm do Judiciário.

Ontem, o Senado Federal, depois de "cozinhar galo velho", conseguiu aprovar a indicação do Ministro André Mendonça.

A minha saudação ao Ministro André Mendonça! A minha saudação a esse conservador que vai assumir, sim, a cadeira de Ministro do Supremo levando uma mensagem de esperança. Queremos, sim, a mudança dessa sequência de atitudes que temos tido lá no Supremo Tribunal Federal, a começar por S.Exa., o Ministro André Mendonça. E que outros possam vir também com o mesmo viés de conservadorismo, porque o brasileiro é conservador e o brasileiro não aceita mais o que está acontecendo.

Vivenciamos semana passada a luta contra o comunismo, mais uma vez, no nosso País.

Fizemos referência à Intentona Comunista de 1935, que foi a segunda tentativa de implantação desse regime nada conservador contra o qual o Brasil já reagiu mais de três vezes, como na história da Bíblia a

negação de Pedro.

Em relação ainda ao STF, temos que dar andamento aqui nesta Casa - já falamos com o Presidente Arthur Lira, e precisamos sim levar mais vezes, Deputado Bibó Nunes, a nossa demanda a ele - à derrubada dessa PEC da Bengala, que foi uma grande invenção, vamos dizer assim, porque nunca se viu algo tão agressivo aos princípios e valores brasileiros como essa perpetuação no poder dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com um viés totalmente agnóstico, totalmente contra os nossos princípios e valores.

Presidente, gostaria também de deixar claro aqui neste meu último minuto de fala que realmente daquele "*fique em casa, e a economia a gente vê depois*" a conta está chegando agora. E quem é o responsável por pagar a conta? De novo, é o nosso Governo Federal, que está sendo responsabilizado por pagar essa conta, a conta da inflação, a conta dos juros altos, a conta de tudo isso aí. A tentativa desses governos, principalmente daqueles governos do famigerado consórcio do Nordeste, foi quebrar a economia do País. Sabemos que a economia não quebrou, o Brasil está sendo avaliado positivamente pelos órgãos da economia mundial. Esperamos que cada vez mais possamos fortalecer a nossa economia.

Parabéns ao Ministro Tarcísio, por mais uma vez ter dado demonstrações de firmeza nos projetos, oferecendo segurança de infraestrutura, melhorando a situação dos aeroportos, retomando as ferrovias. Amanhã, o Ministro Rogério Marinho estará no Rio Grande do Norte para inaugurar mais um trecho da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, a nossa CBTU, que atenderá a Região Metropolitana de Natal.

Parabéns ao Ministro Rogério Marinho e parabéns a todos os potiguares! Um forte abraço.

Presidente, solicito a V.Exa. que minhas palavras sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 25/118

151.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 02/12/2021-10:16

Publ.: DCD  
03/12/2021 -

IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Congratulação à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus. Expectativa quanto à tramitação da matéria no Senado Federal.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos aqui hoje reafirmar, cumprimentar a Câmara dos Deputados, que, apesar do atraso de praticamente 1 ano, conseguiu dar uma resposta à demanda de pessoas vulneráveis, precarizadas, os entregadores de aplicativos, que se tornaram essenciais na pandemia, que cumpriram um papel espetacular, inclusive durante o ano passado, quando nem vacina havia, entendem? Eles estavam na rua dia e noite fazendo entregas, e tal. E o sistema é precarizado porque todos sabem que funciona ligado a plataformas que são internacionais, inclusive.

Então esse projeto procura garantir direitos. Ainda não são os direitos que nós entendemos que todo trabalhador tem que ter. E ele vale para a extensão deste momento histórico que nós estamos vivendo aqui, da pandemia.

Ele garante seguro contra acidente, seguro COVID para os entregadores de aplicativos, e isso é muito importante. Ele garante os EPIs, ou seja, todo o equipamento necessário para se protegerem.

Ele induz a toda uma proteção, inclusive com direitos que parecem pequenos, como o direito à alimentação, o direito ao uso dos toaletes dos restaurantes, o direito à água potável - as empresas colocaram barreiras em relação a isso, mas o Deputado Fábio Trad, o nobre Relator, conseguiu convencer, e isso foi muito importante. E foi mais importante ainda porque existia um cancelamento simplesmente dos chamados, mas agora o projeto dispõe que é necessário um aviso prévio, tem que haver um motivo, tem que haver uma justificativa para isso. E há também a garantia de que as empresas não tenham o arbítrio total, porque elas terão que cumprir a legislação que nós estamos estabelecendo.

Agora é preciso que o projeto tramite rapidamente no Senado Federal. Ou seja, já estamos em contato com o Presidente do Senado Federal, entendemos que lá a tramitação tem que ser mais rápida, como resposta. É verdade que a pandemia ainda não acabou e ainda há sintomas de que está chegando ou pode chegar uma nova variante ao

Brasil - já está no Brasil. Então, é um momento em que nós vamos pedir que o Senado da República implemente isso.

Quero dizer que esses trabalhadores representam mais de 1 milhão e 500 mil pessoas que estão nas ruas todos os dias, Deputada Luisa Canziani, que chegam a trabalhar até 16 horas, para duas ou três plataformas. Com o aumento do preço da gasolina que nós tivemos, com o processo inflacionário, a sua condição piorou mais ainda. Então, a garantia de direitos é fundamental, e, logicamente, nós já estamos empenhados em apresentar outras propostas que garantam direitos permanentes aos entregadores de aplicativos.

Parabéns a toda a Câmara dos Deputados, que votou a favor dessa questão ontem aqui!

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 26/118

---

151.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/12/2021- CD 10:28	
Publ.: DCD - 03/12/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conveniência de suspensão das festas de fim de ano em Manaus, Estado do Amazonas, em face do surgimento da nova variante Ômicron e do baixo índice de cobertura vacinal da população local contra a Covid-19. Transcurso do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, acerca da garantia de recursos mínimos para financiamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero saudá-la e os demais colegas Parlamentares.

Há uma grande preocupação em relação às festas de final de ano, as festas do *réveillon*, na cidade de Manaus. Os dados do Amazonas e de Manaus geram ainda preocupações. Agora no dia 30 surgiram 15 novos casos. Nós tivemos no Amazonas 13.805 mortes e 430 mil casos. Há uma preocupação com essa nova variante, a variante Ômicron, da qual já há casos registrados em 12 países. Aqui no Brasil também, em São Paulo, há algumas situações. Sabemos que isso acaba se alastrando muito rapidamente.



Sobre a cobertura vacinal, o Amazonas está na faixa dos 49%, próximo de 50% da população. Manaus já ultrapassou os 60%, mas ainda não chegou ao patamar que os cientistas dizem que daria mais segurança. Nós tivemos o seguinte: redução das hospitalizações e das mortes. Elas baixaram, mas, entre outubro e novembro deste ano, os indicadores mostram que o número de novos casos subiu de 420 para 2 mil. Então, é motivo, sim, de preocupação. Devemos talvez suspender as festas ainda neste período. Temos que cuidar da vida. Muita gente ainda não foi vacinada com a segunda dose e até com a primeira dose. Quase meio milhão de pessoas no Estado não estão vacinadas. Então, é necessário realmente cuidar da vida, preocupar-se. Festas vamos ter sempre, mas, neste momento, a vida é o que temos que garantir.

Sra. Presidente, quero também registrar que amanhã é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, um dia de reflexão, um dia de cobrança de políticas públicas. Esta Casa, aliás, como toda casa legislativa, é muito pródiga em aprovar leis que tratam dos direitos das pessoas com deficiência. Isso é muito importante. Agora, a questão é a prática, é efetivamente fazer as políticas acontecerem. Para isso, precisamos de recursos. O Governo Federal atual ano a ano corta recursos da área da assistência social. A maioria das entidades da sociedade civil que trabalham na área da assistência tem muitas dificuldades para contar com recursos públicos.

A maioria das Prefeituras atualmente está com dificuldades, não pode expandir a sua atuação na defesa, na luta, no amparo das pessoas que estão passando fome e, neste caso específico, das pessoas com deficiência.

Por isso, nós defendemos e apoiamos a PEC do SUAS, do Sistema Único de Assistência Social, a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, que prevê que 1% da receita da União seja destinado à assistência social, um direito que está na Constituição brasileira. Temos que lutar por isso e, para isso, temos que ter recursos.

Parabenizo todas as pessoas e entidades que trabalham voluntariamente para ajudar as pessoas com deficiência, amparando e orientando as famílias, mas também conscientizando sobre a luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso de hoje.

Obrigado.

---

151.2021                      Sessão                      Deliberativa 02/12/2021-10:36  
Extraordinária - CD

Publ.:                      DCD                      - GEOVANIA DE SÁ-PSDB -SC  
03/12/2021 -

CÂMARA                      DOS                      BREVES                      BREVES  
DEPUTADOS                      BREVES COMUNICAÇÕES                      COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Votos de sucesso ao futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça. Conveniência de suspensão das festas de carnaval de 2022 no País.

---

**A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) -**  
Obrigada, nobre Presidente, minha amiga Luisa. Quero cumprimentar os meus nobres colegas Deputados e Deputadas.

Eu subo a esta tribuna para saudar nosso futuro Ministro, sabatinado ontem, por 8 horas, no Senado Federal e aprovado. Ele falou muito de democracia, de Estado laico, de respeito. Quero desejar a ele sucesso, sabedoria, que seja realmente um guardião da nossa Constituição Federal, como ontem se comprometeu no Senado Federal. Conheço André Mendonça, como ex-Ministro que foi, pela sua competência e comprometimento para com o País. E tenho certeza de que nós brasileiros e brasileiras estaremos muito bem representados.

Eu quero aproveitar este espaço para também falar de um tema que está tomando a atenção dos Estados brasileiros: a realização do carnaval. Analisava que começamos agora a retomar a economia, que está voltando ao seu devido lugar. As pessoas estão retornando às ruas com normalidade para trabalhar, com todos os cuidados que são exigidos. Mas é hora de refletir, porque, até agora, o discurso era: *"Fique em casa!* Uma variante está chegando, a Ômicron, e devemos estar atentos a essa nova onda. Podemos realmente continuar nos protegendo, tomando todos os cuidados, mas aglomerar, neste momento, eu acho que não é o ideal.

Muitos Prefeitos, em todo o Brasil - e quero parabenizá-los, a exemplo do meu Prefeito, da cidade de Criciúma, e vários Prefeitos do Estado de São Paulo -, estão impedindo que o carnaval seja realizado. Todos os anos há carnaval. É hora realmente de as famílias se guardarem, para que possamos continuar da forma como estamos fazendo, voltando ao trabalho normalmente, as pessoas saindo, indo ao comércio, retomando a economia, com todos os cuidados. Sabemos que o carnaval vem só para aglomerar. Então, ter todos os cuidados seria o ideal.

Eu quero deixar aqui um alerta aos Governadores e aos Prefeitos do País, no sentido de que avaliem a não realização do carnaval no próximo ano.

É isso, Presidente. Depois que ultrapassarmos essa onda pela qual estamos passando, poderemos voltar ao normal, mas agora não é a hora. Por isso, quero deixar aqui essa reflexão.

Obrigada, Presidente, nobres Deputados e Deputadas.

---

Documento 28/118

---

151.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	02/12/2021-11:12
Publ.: DCD 03/12/2021 -	LUIZ LIMA-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Homenagem aos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Cabo Diogo do Carmo. Escalada da violência em bolsões de grande vulnerabilidade no Rio de Janeiro, em decorrência da proibição, pelo Supremo Tribunal Federal, da realização de operações policiais durante a epidemia de coronavírus. Conveniência de concessão, pelos Chefes dos Poderes da República, de audiência a representantes dos praças da Polícia Militar, atuantes na linha de frente de combate ao crime na Capital fluminense. Enfrentamento da questão habitacional no Rio de Janeiro para o sucesso das ações de combate à criminalidade.

---

**O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck.**

Eu gostaria de fazer uma homenagem hoje à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a mais antiga Polícia Militar do nosso País, que teve a sua estreia no ano de 1809.

Hoje quero homenagear os praças - na verdade, eles são os responsáveis pela segurança do Estado do Rio de Janeiro -, na pessoa do Cabo Diogo do Carmo, que aqui representa todos os soldados, cabos, sargentos e subtenentes do Estado do Rio de Janeiro, que põem em risco a sua vida em um momento muito delicado da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, em razão da falta de coordenação, da falta de operação e, principalmente, da falta de

sensibilidade do Supremo Tribunal Federal.

Hoje eu conversei com o Cabo Diogo do Carmo. Em toda a região da Grande Tijuca, onde há bolsões de alta vulnerabilidade da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pela falta de presença da Polícia Militar, a ordem vinda do Supremo Tribunal Federal faz a criminalidade crescer absurdamente. Infelizmente, hoje nós temos índices de roubo, de furto, de assassinatos que não registrávamos há muito tempo na Capital do Rio de Janeiro. Há um esforço por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com segurança presente, com outras situações, mas a própria criminalidade aciona advogados, mediante a absurda decisão do Supremo Tribunal Federal, aqui em Brasília.

Eu gostaria muito que o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário ouvissem os cabos, ouvissem os sargentos, ouvissem os soldados que estão na linha de frente do combate ao crime na cidade do Rio de Janeiro e no Estado do Rio de Janeiro.

Então, presto esta homenagem ao Cabo Diogo do Carmo, que tem 33 anos de idade, é casado e que diariamente tem a sua vida exposta ao risco.

Eu digo o seguinte, Presidente Eduardo: a principal causa do crime no Rio de Janeiro hoje é o problema habitacional. O Rio de Janeiro, infelizmente, hoje é uma cidade dominada pelo tráfico - na verdade, é uma favela com pontos de cidade. O soldado não consegue entrar na favela, o bombeiro não consegue entrar na favela, a ambulância não consegue entrar na favela. Então, enquanto não resolvermos o problema habitacional do Rio de Janeiro, dificilmente teremos sucesso no combate à criminalidade.

Diogo, leve a minha homenagem aos mais de 60 mil praças do Estado do Rio de Janeiro. Que Deus o proteja. Que Deus ilumine o Supremo Tribunal Federal, para que suas decisões sejam ouvidas por quem está de fato combatendo o crime na nossa cidade e no nosso Estado.

Obrigado.

---

Documento 29/118

---

151.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-02/12/2021- 11:48
Publ.: DCD - 03/12/2021 - FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

*Sumário*



Regozijo com a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.149, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.989, de 1995, com vista à prorrogação da isenção do IPI incidente na aquisição de automóveis utilizados no transporte autônomo de passageiros e por portadores de deficiência. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, relativo à instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Defesa da rejeição dos Vetos Parciais de nºs 28, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2021, (oriundo da Medida Provisória nº 1.016, 2020), sobre a alteração da Lei nº 7.827, de 1989, com vista à renegociação extraordinária de débitos junto aos fundos constitucionais; e 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, com relação ao dispositivo referente ao reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

---

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente e querido amigo Deputado Eduardo Bismarck, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta semana, especialmente no dia de ontem, nós tivemos aqui uma votação muito importante, quando a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que prorroga a isenção de IPI até 31 de dezembro de 2026 para as pessoas com deficiência, incluindo as com deficiência auditiva, e também para os taxistas, uma categoria que tem sofrido muito nos últimos anos no Brasil, sofrido com a concorrência, sofrido com o preço do combustível, sofrido com a manutenção dos seus veículos. O projeto, inclusive, amplia a isenção também para acessórios.

Com esse projeto aprovado, os taxistas poderão renovar a sua frota, comprar o seu carro novo com a isenção de IPI e de ICMS dos Estados. E, evidentemente, com o carro novo, o taxista poderá prestar um melhor serviço à população e também ganhar um pouco mais, porque, repito, é uma classe que tem sofrido muito. É preciso olhá-la com muito carinho, porque, senão, daqui a pouco ela pode se extinguir, classe essa que presta um grande serviço ao Brasil.

Também, Presidente, nós temos que ficar de olho no que deverá ocorrer aqui nas próximas semanas. Há a necessidade - vários Parlamentares, inclusive do nosso partido, o PDT, já fizeram requerimento neste sentido - de o Presidente da Casa colocar em votação o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que é a forma de a Câmara dos Deputados agradecer e reconhecer o trabalho realizado por enfermeiros, técnicos e auxiliares durante toda a sua trajetória profissional, mas, principalmente, durante a pandemia.

Discursos bonitos e *cards* nas redes sociais não resolvem. Os anjos da saúde precisam do gesto concreto desta Casa. E o gesto concreto é aprovar o PL 2.564, para que eles possam ter o seu piso salarial

definido e trabalhar com mais dignidade.

Chamo também, Presidente, a atenção para os vetos que vamos votar na primeira quinzena de dezembro, provavelmente na próxima semana. Destaco aqui dois vetos. Primeiro, o Veto nº 28, que vai possibilitar aos agricultores, trabalhadores rurais, pequenos e médios empresários do campo negociar e renegociar suas dívidas e, naturalmente, seguir produzindo para alimentar o Brasil.

E o segundo, que tem chamado mais a atenção, o Veto nº 44, item 8. Ontem, nesta Casa, houve uma grande mobilização de agentes comunitários de saúde e agentes de endemias.

Se esse veto não for derrubado, não haverá dotação orçamentária na LDO para que o piso dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias seja reajustado. Nós torcemos para que, na reunião de Líderes do Congresso, haja um acordo para a derrubada desse veto. Mas, se não houver acordo, é preciso que esta Casa derrube o veto. E ontem quase 100 Parlamentares passaram por aqui. Derrubando esse veto, vai-se garantir o reajuste do piso salarial a esses homens e mulheres, que não paralisaram as suas atividades durante a pandemia, que estão debaixo de sol e debaixo de chuva nas casas das pessoas, visitando, cuidando, amparando, principalmente as mais pobres. Portanto, será uma votação extremamente importante.

Aproveito este momento para dizer a todos os agentes comunitários, agentes de endemias e agentes de saúde do Brasil, que são tão procurados, Presidente, em ano eleitoral pelos políticos, que buscam os agentes a procura de voto, que é a hora da retribuição.

Você, agente de saúde, vá para a rede social - WhatsApp, Instagram, Facebook - do seu Parlamentar, dos Deputados do seu Estado, e exija que o seu Deputado vote pela derrubada do Veto 44, sob pena de, ano que vem, você ficar sem ter direito ao reajuste do seu piso salarial.

Portanto, Presidente, comemoramos a aprovação da prorrogação do IPI e estamos na luta para a votação do PL 2.564 e da derrubada de vários vetos, dentre eles destaco os Vetos 28 e 44.

Peço que a nossa fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Obrigado, ilustre amigo e Presidente, Deputado Eduardo Bismarck.

Publ.: DCD - 04/12/2021 ERIKA KOKAY (PRESIDENTE)-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS HOMENAGEM HOMENAGEM FALA DO PRESIDENTE

---

### *Sumário*

Importância da rejeição de vetos presidenciais apostos à quebra de patentes de vacinas e licenciamentos compulsórios.

---

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Nós é que agradecemos a participação e também a iniciativa do Deputado Padilha de estarmos realizando esta sessão solene.

Apenas lembro aquilo que já foi falado, que o laço vermelho pressupõe uma defesa incontestada e inegociável da própria vida. Por isso, derrubar os vetos que dizem respeito à liberação de patentes, aos licenciamentos compulsórios, para que se tenha acesso à plenitude da vida, são atos de defesa da própria vida.

Dizia o Rodrigo, com razão, que a vida pede passagem. A vida pede passagem, vai e precisa ter a força necessária para ir enfrentando todos os obstáculos. E nesse sentido é esse o compromisso que temos de nos organizarmos neste Parlamento para derrubarmos os vetos que foram colocados a uma discussão que é absolutamente fundamental. O direito à vida é maior do que qualquer outra condição. A necessidade de lucro não pode esmagar, suplantar, obstruir o direito à própria vida. Então, são muitas coisas que se carregam nessa posição de derrubada dos vetos, como aqui foi dito pelo Deputado Alexandre Padilha.

Dando continuidade a nossa sessão solene, passo a palavra à Sra. Jenice Pizão, que representa as Cidadãs Positivas.

---

Documento 31/118

---

152.2021 Sessão Não Deliberativa Solene - CD 03/12/2021-11:36  
Publ.: DCD - 04/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF  
CÂMARA DOS DEPUTADOS HOMENAGEM HOMENAGEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Importância da rejeição de vetos presidenciais apostos à quebra de patentes de vacinas e licenciamentos compulsórios.

---

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Sem dúvida nenhuma, está em nossas mãos acabar com a AIDS até 2030, para que não tenhamos mais que conviver com essa enfermidade.

É bom lembrar que isso exige políticas públicas muito efetivas, e desde 2018 não há no Brasil nenhuma nova medicação para combate e tratamento da AIDS. É preciso que tenhamos compromisso em defesa da vida. É por isso que nós também precisamos nos organizar, para que possamos derrubar os vetos que foram postos.

Vou passar de novo a palavra a Rodrigo Pinheiro para que ele possa falar sobre essa questão específica do combate à AIDS e da derrubada do veto. A vida pede passagem.

A vida pede passagem de várias formas. Uma das formas efetivas diz respeito ao compromisso deste Parlamento, que dá a última palavra sobre todas as proposições legislativas, de derrubar os vetos que foram postos em relação ao licenciamento compulsório.

Para falar sobre isso, tem a palavra Rodrigo Pinheiro.

---

Documento 32/118

---

152.2021

Sessão Não Deliberativa Solene - CD 03/12/2021-11:40

Publ.: DCD - 04/12/2021 - RODRIGO PINHEIRO--- ---

CÂMARA DOS DEPUTADOS HOMENAGEM

HOMENAGEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia Mundial de Luta Contra a AIDS. Importância da rejeição de vetos presidenciais apostos à quebra de patentes de vacinas e licenciamentos compulsórios.

---

### **O SR. RODRIGO PINHEIRO** - Obrigado, Deputada.

Eu acho que é importante falarmos sobre a derrubada dos vetos a esse projeto de lei, que trata especificamente da questão do licenciamento compulsório para vacinas, mas essa é uma pauta histórica do movimento de luta contra a AIDS. O único medicamento que teve licenciamento compulsório no Brasil foi o efavirenz, no Governo Lula, para tratamento da AIDS. Naquele momento, viu-se a importância de se decretar isso para garantia da sustentabilidade do acesso.

Historicamente, já abordávamos a questão do tratamento para hepatite. Houve uma época em que era absurdo o valor do tratamento com o sofosbuvir, de 80 mil reais. Brigamos muito para que fosse declarado o

licenciamento compulsório desse medicamento, e veio a questão da COVID, desde março do ano passado. Há o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual. A FOAESP já não faz mais parte desse grupo, por questão de entendimento de trabalho junto com a indústria farmacêutica. Nós apoiamos muito o trabalho do GTPI. Inclusive, a iluminação que está nesta Casa, desde ontem, sobre a derrubada dos vetos à Lei nº 14.200 é de iniciativa do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual, que nós também apoiamos.

A derrubada desses vetos pode salvar vidas. *A vida pede licença*, esse é o mote dessa luta. Então, é muito importante essa derrubada. Parece que na semana que vem, dias 5 e 6 ou dias 6 e 7, vai haver sessão plenária no Congresso para se discutir esse assunto. Vamos continuar trabalhando e pressionando, o movimento social, e não houve ampliação do número de movimentos sociais somente na área da saúde. Estamos com mais de 50 movimentos sociais, com várias ideologias de trabalho, atuando para que se derrubem esses vetos do Presidente, para que possamos salvar vidas. *A vida pede licença*, em referência ao licenciamento compulsório.

Obrigado, Deputada.

---

Documento 33/118

---

152.2021	Sessão Não Deliberativa Solene - CD	03/12/2021-11:48
Publ.: DCD - 04/12/2021	ERIKA KOKAY (PRESIDENTE)-PT -DF	
-	-	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS HOMENAGEM	HOMENAGEM FALA PRESIDENTE DO

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos participantes na sessão solene. Importância de cumprimento da meta do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS - UNAIDS, de erradicação da AIDS no Brasil até 2030. Necessidade de universalização do acesso à PrEP - profilaxia pré-exposição ao HIV. Importância do disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

---

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Moysés.

Eu queria, antes de encerrar esta sessão solene, agradecer muito a participação de Moysés Toniolo, Claudia Velasquez, Rodrigo Pinheiro, Jenice Pizão, Gerson Pereira, Sérgio Cabral, enfim, de todas e todos que estiveram conosco neste dia de reflexão. Menciono ainda a participação de Carlos Augusto, que apontou algo que vai exigir de nós



uma discussão específica sobre a questão da AIDS e das pessoas com deficiência, para que possamos considerar esse recorte e avançar no que diz respeito à acessibilidade e também ao tratamento, à prevenção, à PREP, aos mecanismos e insumos necessários.

Agradeço muito ao Carlos por ter pautado essa discussão nesta sessão solene, que vai exigir de nós, como disse, uma discussão específica, com mais profundidade, talvez na Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sobre AIDS e pessoas com deficiência neste País.

Estamos enfrentando muitos desafios. Estamos atravessando a pandemia de COVID-19, que provocou muitas mortes, e muitas poderiam ter sido evitadas. Podemos fazer um certo paralelo com política que foi desenvolvida na África do Sul em relação ao HIV. Ali houve uma postura de negacionismo quanto à ciência, também imposição ou divulgação de ineficazes mecanismos de combate à AIDS. Um a cada cinco sul-africanos com idade entre 15 e 49 anos vive com AIDS. Alguns estudos apontam que cerca de 300 mil mortes poderiam ter sido evitadas na África do Sul. Faço um paralelo entre essa postura a respeito do combate à AIDS e a postura adotada aqui em relação ao combate à COVID-19.

Muitas coisas matam. Muitas coisas matam. A ausência de políticas públicas efetivas mata. A ausência de prevenção, de discussão sobre a educação sexual nas escolas mata. A propósito, cabe lembrar uma fala do Presidente da República, que chegou a sugerir que os pais rasgassem as páginas de cartilhas sobre educação sexual para adolescentes. A discriminação também mata. O estigma mata! Muitas coisas matam! Muitas coisas matam!

Nós já temos - isto foi dito aqui pela representante do UNAIDS - os mecanismos necessários para que as pessoas que vivem com HIV possam ter uma vida plena. Já temos também os mecanismos necessários para que possamos enfrentar a AIDS e cumprir esta meta, que é a meta do UNAIDS: até o ano de 2030, eliminar a AIDS no nosso País.

Existe inclusive uma discussão muito grande sobre subnotificações, sobre incidência não apenas de HIV como também de AIDS no Brasil. É preciso que haja clareza em relação aos dados e é preciso que não sejam negados. É preciso que tenhamos mecanismos reais para identificação do perfil de incidência do HIV, que tem atingido muitos jovens, homens que fazem sexo com homens. É preciso que haja políticas específicas. Os dados servem para que possamos direcionar as políticas públicas de enfrentamento. Não podem ser dados que simplesmente se curvam e se invisibilizam por uma lógica de

preconceito e de discriminação.

Não há política pública, repito, se houver qualquer viés de discriminação. Se houver, não há política pública. E, para que as políticas sejam públicas, precisam estar pautadas em dados, em evidências científicas. Ao mesmo tempo, é preciso que se tenha a noção de que elas têm que atingir todas e todos.

Existe essa deficiência com relação à PREP. Foi citado o exemplo de um Estado da Federação onde se pode ter acesso à PREP em muitos locais. E aqui não existe isso. Não há essa municipalização, não se tem acesso à PREP, e ela representa um avanço.

Os avanços científicos, que são frutos da inteligência humana, só se consolidam realmente se puderem ser disponibilizados para todas as pessoas. As desigualdades históricas neste País precisam ser enfrentadas.

Eu me lembro muito de Celso Furtado, que dizia que a função do Estado é eliminar os problemas nacionais. E um problema que vivenciamos neste País, que não fez o luto das casas-grandes e senzalas, é o das desigualdades, das diversas desigualdades. Então, quando falamos em combate à AIDS, estamos falando em políticas de combate às desigualdades, estamos falando em políticas de defesa dos direitos da pessoa humana, em dignidade. Diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz: "*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos*".

Fazem parte também do calendário os dias de ativismo e enfrentamento da violência contra as mulheres. No dia 25 de novembro, lembra-se, no mundo, das irmãs Mirabal, conhecidas como As Mariposas, da República Dominicana. Trata-se da luta contra todas as formas de opressão. Elas tiveram suas vidas ceifadas. No Brasil, a mobilização começa um pouco antes, no dia 20, reconhecendo-se que não há democracia racial no Brasil. Não há democracia racial. Vemos que o racismo estrutural se expressa nos dados epidemiológicos em vários momentos; expressa-se também nos dados a respeito das próprias desigualdades; expressa-se ainda na tentativa de calar tambores, por meio do racismo religioso.

Nós começamos os dias de ativismo aqui no Brasil no dia 20 e não no dia 25, mas um dos marcos dos dias de ativismo é o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, 1º de dezembro. Enfrenta-se a feminização da própria AIDS, que teve um pico, e refluíu em determinado momento. Agora começa a aparecer de forma muito visível. Isso deixa claro que nenhuma desigualdade de direitos é solitária. As desigualdades vão se retroalimentando. A violação de direitos não carrega uma vida solitária.

Nós precisamos ter consciência de que o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, 1º de dezembro, é o dia de pedir passagem para a vida. É o dia de pedir passagem para a vida! E vai se expressar em vários momentos, inclusive no da discussão, que aqui foi pontuada várias vezes, sobre a derrubada desses vetos, para que se tenha acesso às medicações, para que nenhum direito relativo a marcas e patentes seja maior do que o direito mais basilar que temos: o direito à vida plena.

Eu queria mais uma vez agradecer muito ao Deputado Alexandre Padilha, que já foi Ministro da Saúde do nosso País, não apenas por estarmos em parceria nesse requerimento para a realização desta sessão solene, mas pela sua atuação na Frente Parlamentar. Quero ainda agradecer muito a outros Parlamentares, como o Deputado Chico d'Angelo, que foi bastante efetivo e importante na construção do enfrentamento à AIDS a partir da Coordenação da Frente Parlamentar, a qual também já tive a alegria e a oportunidade de conduzir, de coordenar.

Reafirmo que é a participação da sociedade civil que assegura a sobrevivência dessa frente nas mais diversas legislaturas da história deste Poder Legislativo. E essa frente está atuante, bastante atuante, não apenas pautando o Parlamento, mas dialogando com outros poderes do Estado, fundamentalmente sendo avivada, estimulada e fortalecida pela participação da sociedade civil.

É com esses agradecimentos à sociedade civil que nós vamos encerrar esta sessão solene, lembrando todos que se foram em virtude da AIDS e que poderiam estar conosco; lembrando todos que deixaram a sua marca, que contribuíram, a partir do próprio sofrimento, com as lutas que estão em curso. E, dizendo do nosso compromisso nesta Casa, do nosso compromisso na Frente Parlamentar, que nós possamos atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, mas que também possamos atingir o objetivo de termos a AIDS eliminada até 2030, já que sabemos que é possível eliminar a transmissão vertical, pelo exemplo que temos. É possível, com todos os mecanismos que a ciência conquistou, estarmos diminuindo a incidência e a própria transmissão - é possível! Outro mundo é possível, sem preconceitos, sem discriminação. Esses são os nossos sonhos.

Lembro Martin Luther King, que dizia: *"Eu tenho um sonho"*. Eu digo aqui: nós temos um sonho, de não haver AIDS nas esquinas, nas curvas deste País; o sonho de que possamos viver plenamente em uma sociedade que foi pensada e estabelecida a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E, com ela, eu me calo: *"Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos"*.

156.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 08/12/2021-13:56

Publ.: DCD  
09/12/2021 -

DELEGADO MARCELO FREITAS-PSL -MG

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Transcurso do Dia Internacional Contra a Corrupção. Liberação, pelo Supremo Tribunal Federal, de bens de envolvidos em processos de corrupção. Importância de fortalecimento dos órgãos de repressão a tal prática, especialmente da Polícia Federal, do Ministério Público, da Secretaria da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Desvio na aplicação de recursos federais destinados ao enfrentamento à epidemia de coronavírus.

**O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 9 de dezembro, a partir da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, foi escolhido como o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Em nosso País, alguns retrocessos estão claramente sendo efetivados, e é preciso que se registre isso nesta Casa do Povo. Refiro-me a algumas decisões recentes emanadas da Suprema Corte do nosso País que permitiram, por exemplo, a liberação de bens de pessoas diretamente envolvidas com corrupção pública, além de decisões recentes que fizeram escancarar em nosso País a prescrição de crimes graves em nossa Nação.

Essa realidade faz com que tenhamos um grave e severo desânimo. Eu sou delegado de carreira da Polícia Federal e, durante toda a minha vida funcional, nas duas últimas décadas, trabalhei diretamente no enfrentamento do combate à corrupção. Percebo que é essencial que possamos fortalecer as instituições de controle de nossa República, para que o nosso País possa reprimir a corrupção onde quer que ela ocorra, doa a quem doer. Nesse sentido, defendo de maneira firme e contundente o fortalecimento da Polícia Federal, do Ministério Público, da Receita Federal, do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, enfim, de todas as instituições do nosso País que combatem o crime e a corrupção no âmbito público. O Brasil precisa evoluir muito na direção de um caminho melhor, em que a prescrição seja banida do Código Penal e que crimes graves como corrupção, de fato, possam ser combatidos, doa a quem doer, sem se correr o risco da impunidade gritante que tem acontecido em nosso País.

Chamo ainda a atenção para a questão da má aplicação dos recursos públicos, especialmente dos que foram destinados ao combate à pandemia da COVID-19. Obviamente, em um dado momento, parou-se de reprimir, de maneira contundente, esses crimes por conta do necessário distanciamento social, mas é preciso urgentemente que as instituições voltem a cumprir o seu papel, combatendo diretamente a corrupção, onde quer que ela ocorra.

Amanhã, 9 de dezembro, é um dia fundamental para que esta Casa do Povo possa resgatar esse valor tão essencial, que é o efetivo combate a corrupção no âmbito público, para que o nosso País caminhe em direção à prosperidade e ao crescimento. Fortalecer as instituições é o que todos nós devemos fazer todos os dias, sem jamais desanimar.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 35/118

---

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 08/12/2021-14:00
Publ.: 09/12/2021 -	DCD - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à ação de despejo de famílias da comunidade de Dubai, promovida pelo Prefeito Cícero Lucena, da Capital João Pessoa, Estado da Paraíba. Apelo ao Governo Federal por liberação de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara, quero registrar neste período de Breves Comunicações que ocorreu na Paraíba - fato que aqui já denunciei - um despejo ilegal feito pela Prefeitura de João Pessoa, que também colocou as família em risco de vida.

Em plena pandemia, a Prefeitura colocou 400 famílias amontoadas dentro de ginásios. Esse foi mais um ato cruel cometido pelo Prefeito Cícero Lucena, da cidade de João Pessoa. Mais uma consequência trágica desse ato ilegal da Prefeitura, Sr. Presidente, é que nove pessoas já foram contaminadas pela COVID-19. Trata-se de mais um ato desumano para com aquelas pobres famílias em consequência de

uma ação irresponsável da Prefeitura da capital paraibana.

Eu já perguntei quem irá pagar pelo prejuízo financeiro causado pelo despejo. Agora eu pergunto, Sr. Presidente, quem será responsabilizado pela vida dessas pessoas que estão com COVID-19. A resposta é clara: quem está promovendo toda essa desgraça contra aquelas famílias, o Prefeito da capital paraibana, o Sr. Cícero Lucena.

Sr. Presidente, eu também quero fazer aqui mais um apelo em nome dos agricultores da Paraíba e seus familiares. Eles estão esperando pela liberação de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA. A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, na Paraíba, comunicou aos agricultores que ainda não tem recursos para o programa. Na Paraíba, são mais de 200 projetos inscritos no PAA que estão a espera de recursos.

Faço aqui um apelo para que o Governo Federal olhe para o PAA. Quando é para atender grandes proprietários, grandes produtores, não falta dinheiro, mas falta atenção para a agricultura familiar, que produz mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Portanto, em nome dos agricultores familiares de todo o Brasil, faço um apelo para que sejam liberados os recursos para o PAA com urgência.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que esses dois registros sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Presidente Charles.

---

Documento 36/118

---

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/12/2021-14:48
Publ.: DCD 09/12/2021 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Indignação do orador com declarações do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a respeito do passaporte de vacina. Defesa, pelo Presidente da República, da estratégia de imunidade de rebanho como medida eficaz de combate à epidemia de coronavírus. Resposta do Ministério da Saúde ao requerimento de informações do orador, a respeito dos estoques de hidroxicloroquina e de testes da Covid-19, RT-PCR, bem como a

sua distribuição no País. Insanidade mental do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro Marcelo Queiroga.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu subo a esta tribuna hoje para dizer o que este Governo está fazendo em resposta à pandemia.

Em primeiro lugar, ontem, o Ministro da Saúde, que deveria zelar pela saúde de todos os brasileiros, perpetrou a seguinte barbaridade: *"Melhor perder a vida do que perder a liberdade"*. A liberdade dele significa não se vacinar nem pedir o passaporte da vacina. Ele não é um guerrilheiro vietcongue nem da Argélia, lutando pela liberdade. Refere-se à vontade dele de contaminar os outros. Esse é o Ministro da Saúde, que age assim para ganhar voto da base bolsonarista fanática.

Em segundo lugar, o Presidente da República disse ontem que *"passaporte da vacina exigido é como colocar uma coleira na garganta de um viajante"*. Eu diria o seguinte: é melhor botar uma focinheira no Presidente da República, para ele não falar tamanha barbaridade. E o Ministro da Saúde, que é médico, segue o Presidente da República. Isso é demais!

Em terceiro lugar, ele prega a imunidade de rebanho; a não vacina - porque ele foi o único que não se vacinou - e o uso de medicamentos ineficazes.

Eu quero aproveitar este momento para dizer que recebi agora do Ministério da Saúde resposta a um requerimento de informação via LAI sobre estoque de hidroxicloroquina, estoque de testes RT-PCR e a distribuição desses itens desde 2019 até a data presente. Eles respondem que não podem me mandar essas informações, porque são sigilosas. E se tornam sigilosas bem no dia em que a CONITEC, que é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, do Ministério, resolve de vez, por 7 votos a 7, mandar a cloroquina para o espaço. Em novembro eles decidiram, por 6 votos a 6 - empatou -, que a cloroquina e outros venenos eram ineficazes, mas hoje a ANVISA votou, e, com isso, se decidiu.

Agora estão me dizendo para eu entrar com um Requerimento de Informação - RIC, direto, porque tenho direito. Não me respondem mais por LAI. Só que eu fiz vários requerimentos ao longo da pandemia, perguntando, inclusive, sobre a cloroquina, e eles foram respondidos. Ou seja, não havia sigilo nem reserva, Deputado Pedro Uczai!

Eu quero dizer o seguinte. O Ministério da Saúde está sendo dirigidos por delinquentes, e todo mundo já sabe. Agora há uma nova onda,

uma nova variante. Nós viramos o paraíso da contaminação. Para quê? Felizmente, nós temos o SUS. Felizmente, nós nos vacinamos - o povo não atendeu a Bolsonaro.

Esse louco e delinquente precisa ser varrido do poder. Nós não podemos mais continuar com esse pesadelo - isso é um pesadelo - que assolou o nosso País. São 615 mil vítimas - mortes diretas, fora os sequelados -, e ninguém toma uma providência! Como podem Parlamentares ainda darem apoio à insanidade de um Ministro e à insanidade de um Presidente da República?

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 37/118

---

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/12/2021-15:24
Publ.: DCD 09/12/2021 -	- AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Luta do orador junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, para recuperação da BR-422, trecho Novo Repartimento/Limoeiro do Ajuru, no Estado do Pará. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) -** Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Charles Fernandes.

Quero falar hoje sobre a situação da BR-422, que liga o Município de Novo Repartimento, na Transamazônica, passando por Tucuruí, Cametá, chegando até Limoeiro do Ajuru.

Eu tenho recebido vídeos, telefonemas, áudios sobre a situação dessa rodovia. São trechos com atoleiros, trechos que estão tirando o direito de ir e vir da população.

É importante dizer aqui que a nossa bancada federal do Pará destinou 40 milhões de reais para complementar os investimentos federais para

asfaltar o trecho de Novo Repartimento até Tucuruí. E há recursos para se fazer a manutenção dos trechos de estrada de chão, em que pese o sonho seja o asfaltamento de 100% daquela rodovia.

Eu compreendo que em período chuvoso, e em determinadas regiões do Estado do Pará a chuva começou mais cedo, há sempre uma dificuldade, mas nem por isso nós temos que deixar de cobrar.

Eu estou em contato aqui com os Ministérios, com o DNIT, inclusive com o do Estado do Pará, para que essas empresas contratadas deem conta do recado, encontrem soluções.

Eu sei o que é estrada de chão. Morei na Transamazônica e depois ali na BR-163 por muitos e muitos anos. Para estrada de chão tem que ter contratos permanentes, para que todos os anos, no período certo, faça-se a conservação, a manutenção. E não adianta contratar um serviço temporário, que vai lá, termina e vai embora, porque depois algum trecho se torna crítico, o que dificulta a trafegabilidade.

Então, quero prestar contas aqui à população e pedir ao DNIT e às empresas responsáveis que tratem com carinho a situação, para que a nossa gente, merecedora de bons serviços e de ter o direito de ir e vir, possa ser cuidada e essa estrada venha a ser asfaltada no trecho para o qual determinamos os recursos e também bem cuidada no trecho que dispõe de recursos.

Antes de concluir, Sra. Presidente, eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Nesses 30 segundos restantes, Sra. Presidente, quero dizer que havia uma expectativa muito grande ontem de que o Congresso derrubasse o veto à Lei Assis de Carvalho, PL 823/21, que cuida da alimentação da agricultura familiar, e que nós continuamos defendendo isso.

Obrigado, Sra. Presidente.

---

Documento 38/118

---

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/12/2021-15:28
Publ.: DCD 09/12/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*



Transformação de sessão plenária da Casa em Comissão Geral para debate do Veto Parcial nº 44, de 2021, e das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 22, de 2011, e 14, de 2021, matérias de sumo interesse dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, com relação ao dispositivo referente ao reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias; do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; e do Veto Total nº 64, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 2.022, de 2019, sobre a regulamentação da profissão de despachante documentalista.

---

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós temos três temas que precisam ser apreciados este ano ainda por esta Casa com responsabilidade e, acima de tudo, respeito àqueles que estão na ponta.

Na semana passada, na quinta-feira, fizemos aqui uma Comissão Geral, na qual 60 Deputados e Deputadas falaram, para tratar do Veto 44, que diz respeito ao reajuste dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, e também da PEC 22/21 e da PEC 14/21, que tratam de condições de trabalho e de um teto mínimo para essa categoria, que, infelizmente, hoje vive uma depreciação sem precedentes do ponto de vista profissional e financeiro.

Nós queremos salientar que esse é um aspecto, mas também há outros dois aspectos. Nós temos o veto à Lei Assis para ser debatido aqui, que é uma ofensa não só a agricultura familiar do Brasil, Deputado José Ricardo, mas também a esta Casa, que a votou. O Senado também a votou. Derrubamos o veto do Presidente, e não se cumpriu a missão de ajudar, na ponta, aqueles que, na agricultura familiar, têm o papel fundamental de alimentar 70% da população brasileira.

Precisamos que esses vetos venham para a pauta, como também o veto da regulamentação e regularização, Sra. Presidenta, de uma situação que eu acho que tem de ser resolvida, a dos despachantes do Brasil e documentalistas. O Presidente vetou um projeto que foi aprovado nesta Casa, um projeto que foi aprovado no Senado que regulamenta uma profissão que tem conselho nacional, tem conselhos estaduais, que, no meu Estado, a Bahia, é muito bem organizada e precisa evidentemente de apoio, para que cada dia essa regulamentação, essa regularização seja mais aprimorada e essa

categoria não seja perseguida pelo atual Governo.

Então, esses três vetos têm que ser tratados aqui nesta Casa. Espero que, até a semana que vem, tenhamos ainda a possibilidade de apreciar esses três vetos e fazer com que tenhamos aqui na Casa justiça social e respeito a esses setores importantes, a essas categorias importantes que têm prestado serviços valiosos ao nosso País.

Queira Deus que esse Presidente seja só uma passagem rápida na vida deste País, aliás, rápida não, porque 4 anos não é pouco, mas que fique como lição que, sem diálogo, o País não anda, sem respeito às nossas categorias, sem respeito ao nosso povo, ele também não anda.

Então, que tenhamos a apreciação dos vetos que há pouco citei.

Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

---

Documento 39/118

---

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/12/2021-15:36
Publ.: DCD 09/12/2021 -	NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

**O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Charles Fernandes.

Presidente, "*quem tem fome, tem pressa*". Essa frase ficou muito conhecida naquela campanha liderada ainda pelo Betinho, que ganhou as igrejas, as escolas, os clubes, os movimentos populares em um período muito difícil para o Brasil.

Depois aquela campanha acabou virando política pública no Governo

do Presidente Lula. Vários programas de inclusão social fizeram com que depois o Brasil fosse reconhecido pela ONU por ter saído do Mapa da Fome.

O Brasil hoje volta para o Mapa da Fome, com quase 20 milhões de pessoas que estão passando fome, que só não morrem de fome, porque há uma rede de solidariedade muito grande, em especial dos mais pobres, dos movimentos populares, das entidades, das igrejas. Mas essa rede de solidariedade precisa virar política novamente, precisa ser institucionalizada.

Por isso, é fundamental que esta Casa derrube o Veto 51, aposto à Lei Assis Carvalho II, que esta Casa já votou por duas oportunidades. Ainda no ano passado, a Câmara e o Senado aprovaram esse projeto, e Bolsonaro o vetou. Este ano, a Câmara e o Senado o aprovaram novamente, e Bolsonaro o vetou.

Então, é fundamental que o derrubemos, para que nós tenhamos um programa de aquisição de alimentos emergencial, para que nós tenhamos uma política de apoio às cooperativas, para que os milhões de agricultores familiares, comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, possam produzir alimentos, comercializar, enfrentar a fome e a carestia. Esse é o desafio que está colocado para esta Casa e o Senado como emergência neste momento.

Por isso, vamos trabalhar para derrubar o Veto 51 e ajudar a virar política pública essa rede de solidariedade no combate à fome e ao desemprego causados por este Governo inominável que está levando este País a um buraco tão profundo. E nós, a partir desse projeto, poderemos criar consistência na sociedade para construirmos escadas e assim sairmos deste buraco, com certeza, com a volta do nosso querido Presidente Lula.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

---

Documento 40/118

---

156.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 08/12/2021-15:36

Publ.: DCD  
09/12/2021 -

LUIZ LIMA-PSL -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Regozijo com a posição alcançada pelo orador no ranking dos políticos de 2021. Contestação às críticas de Deputado do PSOL ao Presidente Jair Bolsonaro, em face do seu posicionamento favorável à adoção da imunidade de rebanho como medida de combate à epidemia de coronavírus. Cenário de desemprego e fome reinante no País, em decorrência da campanha Fique em Casa para combate à Covid-19. Apoio ao posicionamento do Presidente da República com relação à liberdade de vacinação.

---

**O SR. LUIZ LIMA** (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Charles Fernandes. É uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa.

Hoje, o Ranking dos Políticos, uma organização civil, mais uma vez, prestou uma homenagem aos Deputados Federais e aos Senadores que tiveram mais destaque em 2021.

Quero agradecer. Novamente, eu fui premiado. O prêmio do Ranking dos Políticos se refere a votações que são essenciais para o desenvolvimento da sociedade brasileira, à presença, ao controle de gastos de gabinete. É uma honra! Quero agradecer ao Gláucio Dias, o Diretor-Geral do Ranking dos Políticos, por criar esse movimento. E que mais movimentos surjam para fiscalizar o Poder Legislativo, tanto o Senado como a Câmara dos Deputados, para que forcem, para que cobrem os seus Parlamentares para que tenham presença, para que economizem nos gastos e que tenham votações que venham a servir de fato para a sociedade.

Presidente Charles, há pouco um Deputado Federal do PSOL, que me antecedeu, fez duras críticas ao Presidente Bolsonaro, caçoando da sua opinião, das suas verdades, falando inclusive que o Presidente Bolsonaro "*deveria usar focinheira*". E a declaração foi devido à imunidade de rebanho. Eu gostaria de fazer uma reflexão aqui com cada Parlamentar. A peste negra, que, em 1350, levou à morte 75 a 200 milhões de pessoas, foi embora em 2 anos com a imunidade de rebanho. Não havia vacina. A gripe espanhola, nos anos de 1918 e 1919, durante a Segunda Guerra Mundial, atingiu de 50 a 100 milhões de pessoas. Também não havia vacina, e ela levou a óbito 5% da população mundial. A imunidade de rebanho existe sim. Ela tem que ser levada em consideração.

A emissora de TV CNN, na última segunda-feira, falou sobre uma pesquisa que começou em março e terminou em dezembro, que concluiu que 80% dos óbitos foram de pessoas não vacinadas e 20% foram de pessoas vacinadas. O Presidente Bolsonaro se refere à liberdade, e nós vamos entender isso daqui a alguns anos. Quando ele

fala que prefere perder a vida a perder a liberdade, ele tem toda razão. Temos que prezar pela liberdade. O caos foi causado no nosso País com a campanha nacional do Fique em Casa, que causou desemprego, causou a fome. Em um país como o Brasil, que vacinou mais, percentualmente, que os Estados Unidos, temos que dar crédito, sim, ao Presidente Bolsonaro.

O ano de 2022 está muito perto, e a verdade vai prevalecer, eu não tenho dúvida, Presidente Charles.

---

Documento 41/118

---

156.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/12/2021- CD	15:48
Publ.: DCD - 09/12/2021 - EMANUEL PINHEIRO NETO-PTB -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo ao Presidente Arthur Lira e à Mesa Diretora de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, relativo à instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO** (Bloco/PTB - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero hoje aqui fazer, nesta Casa, um apelo ao nosso Presidente Arthur Lira e à Mesa Diretora para que possamos pautar o piso salarial da enfermagem, seguindo aquilo que foi aprovado pelo Senado Federal, em busca da valorização dessa categoria tão penalizada e, ao mesmo tempo, tão reconhecida do ponto de vista social pela população brasileira.

Houve, durante a pandemia da COVID-19, que se estende até os dias de hoje, um desdobramento de trabalho físico e emocional por parte de enfermeiros, de técnicos de enfermagem e de todas as carreiras correlatas, o que sobrecarregou, de forma nunca vista, a carga emocional e o dia a dia desses trabalhadores.

Essa reivindicação de piso salarial, que vem desde a década de 50, poderia atingir mais de 2 milhões de trabalhadores que se concentram na carreira da enfermagem e poderia corrigir uma disparidade tão evidente no Brasil, que é a desigualdade nos salários pagos para homens e nos salários pagos para as mulheres que ocupam a mesma função.

No caso da enfermagem, existe uma pequena peculiaridade, tendo em vista que cerca de 80% dos profissionais que atuam nessa profissão são mulheres. Então, essa é uma forma de corrigirmos uma injustiça social que se sustenta por décadas no Brasil.

Todos nós, durante a pandemia, nas mídias sociais, nos canais televisivos, de forma pública, manifestamos o nosso reconhecimento ao trabalho da enfermagem.

No entanto, eles esperam - uma expectativa foi criada em meio a tanto reconhecimento social - que haja o reconhecimento legal por parte do Congresso Nacional, que tem de estar sintonizado com a realidade do povo brasileiro, especialmente com a dos trabalhadores que se dedicam ao SUS e que salvaram milhares e milhares de vidas, com seu suor, com sua dedicação, com seu trabalho. Eles não mediram tempo, não mediram horário, trocaram o dia pela noite, para garantir a vida da população brasileira.

Segundo alguns índices de pesquisa, o Brasil se encontra entre os países que mais perderam enfermeiros, técnicos de enfermagem, profissionais da saúde, durante a pandemia da COVID-19. Em nosso País, foram cerca de 800 profissionais que estiveram na linha de frente, colocaram sua vida em risco, para proteger a vida dos nossos familiares, dos nossos amigos, dos nossos parentes. Agora esses profissionais precisam do reconhecimento desta Casa, Sr. Presidente. Se nós formos analisar a realidade desses trabalhadores, vamos ver que, em sua grande maioria, de forma majoritária, a jornada de trabalho encarada por eles é de dois, três empregos. Eles se sobrecarregam emocionalmente, psicologicamente, e não tem a remuneração proporcional e justa àquilo que a sua dedicação merece.

É por isso que venho hoje, mais uma vez, referendar o meu apoio. É por isso que venho, mais uma vez, pedir à Mesa Diretora que possamos dar continuidade aos trabalhos do Senado Federal, reconhecendo o piso salarial merecido pela categoria da enfermagem. Com isso, poderemos valorizar verdadeiramente, com proteção legal e com proteção jurídica, a renda e o trabalho desses cidadãos. Vejo que não há medida mais urgente neste momento, do ponto de vista trabalhista, para que possamos valorizar uma categoria que, desde a década de 50, busca sua justa valorização. Isso vai atender não só os Municípios do meu Mato Grosso, mas também os Municípios de todo o nosso Brasil.

Agradeço o tempo, Sr. Presidente, e peço a divulgação do meu discurso nos meios de comunicação desta Casa.

---

156.2021                      Sessão                      Deliberativa 08/12/2021-15:52  
Extraordinária - CD

Publ.:                      DCD                      - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA  
09/12/2021 -

CÂMARA                      DOS                      BREVES                      BREVES  
DEPUTADOS                                                                COMUNICAÇÕES                      COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Falecimento do Vice-Presidente do PCdoB, Sérgio Rubens de Araújo Torres. Repúdio às manifestações negacionistas e agressivas do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Conveniência de sua demissão. Razões do apelo ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de devolução ao Poder Executivo da Medida Provisória nº 1.075, de 2021, a respeito do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu Líder Renildo Calheiros, que, logo a seguir, ouviremos, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de pedir que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, no *Jornal da Câmara* e nos outros meios de comunicação deste Parlamento.

Antecipando-me à fala de homenagem que fará o Líder Renildo Calheiros, gostaria também de fazer a minha declaração de pesar pela passagem do militante Sérgio Rubens, dirigente do MR8, recentemente incorporado ao PCdoB. Sérgio Rubens foi um grande personagem da vida política e da luta pela redemocratização deste País e nos surpreendeu com o seu passamento nesses dias.

Fica a minha solidariedade aos amigos próximos e aos familiares do camarada Sérgio Rubens.

Sr. Presidente, eu gostaria neste momento de dizer que ontem o Ministro da Saúde envergonhou o Brasil. O Ministro da Saúde, Sr. Queiroga, saiu do seu lugar de médico para se transformar num chulo repercutidor do negacionismo, uma pessoa que na Pasta da Saúde - e não na da Fazenda nem da Economia - abre a boca para dizer que é preferível morrer a perder a liberdade. Como se se vacinar fosse sinônimo de perder a liberdade, como se se vacinar fosse sinônimo de qualquer intervenção na individualidade de alguém, quando na verdade é o interesse coletivo que está em voga, é a necessidade de se salvar vidas, de não ultrapassar as mais de 620 vidas já perdidas pela lamentável inércia, inépcia e incompetência do Governo Bolsonaro.

Então, o Ministro da Saúde deveria pedir para sair. Ele resolveu agredir manifestantes em Nova York, contaminou-se com COVID, está visivelmente debilitado e insiste nessas falas negacionistas, agressivas para com a saúde do povo brasileiro.

O Governo Bolsonaro notabiliza-se pelos absurdos. Agora é a questão do PROUNI. Ele resolve retirar a questão nuclear do PROUNI, que são alunos oriundos de escola pública que recebem, como dação em pagamento a impostos devidos de instituições privadas, uma vaga numa universidade privada.

Essa foi a solução para milhões de vagas ociosas e para impostos não pagos pelo setor privado de educação. Um programa exitoso que fez o filho, a filha do pedreiro se formarem e serem os primeiros formados em famílias negras e pobres deste País.

Eu peço, imploro ao Sr. Rodrigo Pacheco que devolva essa matéria ao Sr. Bolsonaro, porque ela acaba com o PROUNI, ela invade o sistema de cotas, ela agride a educação pública brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 43/118

---

156.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-08/12/2021-
	CD	17:36
Publ.: DCD - 09/12/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Ameaças do Governo Jair Bolsonaro à Amazônia e aos povos originários. Elevação do índice de desmatamento na região amazônica. Recrudescimento dos casos de violência e assassinato de indígenas na região. Paralisação das demarcações de terras do povo indígena. Fomento do Governo Federal à mineração ilegal na Região Norte. Violência e ameaças praticadas contra o povo Yanomômi pela garimpagem ilegal, no Estado de Roraima. Desestruturação de órgãos federais de fiscalização do meio ambiente. Necessidade de ampliação dos contingentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal nas regiões fronteiriças da Amazônia brasileira. Efeitos, sobre órgãos públicos e universidades federais, do corte de recursos orçamentários destinados à pesquisa, a exemplo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Agravamento da fome e da pobreza nas camadas menos favorecidas, após a extinção do Programa Bolsa Família e do auxílio emergencial. Elevado índice de insegurança alimentar registrado na Região Norte, em especial no Estado do Amazonas. Privatização de unidades estratégicas da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS no Amazonas.

Enfrentamento do retrocesso e descaso do Governo Jair Bolsonaro com a área social.

---

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, saúdo todos os colegas Parlamentares.

Quero falar hoje sobre a Amazônia, essa Amazônia que está sendo ameaçada pelo Governo Bolsonaro. Temos que defender a Amazônia. Isso é urgente, é necessário. É bom lembrar que essa região representa 60% do território nacional. É na Amazônia que está um quinto da água doce do Brasil. É na Amazônia que está a maior floresta tropical do planeta. No Brasil, 98% das terras indígenas estão na Amazônia. Estão na Amazônia 77% das unidades de conservação. E 28 milhões de pessoas vivem ali em mais de 700 cidades.

É necessário olharmos para a Amazônia, porque ela é cobiçada por potências estrangeiras, pelo agronegócio, por setores empresariais que depredam, que matam, que ameaçam a vida, ainda mais agora, neste Governo, que patrocina essas ameaças à Amazônia, ao povo amazônico, a essa região tão estratégica, em que há tantas riquezas fundamentais que deveriam estar a serviço do Brasil, do povo.

Indicadores agora anunciados mostram que o desmatamento passou de 13 mil quilômetros quadrados entre agosto de 2020 e julho de 2021. No último ano, aumentou em 22% o desmatamento na Amazônia. É um absurdo histórico, negativo, lamentável, que prejudica o Brasil, prejudica, portanto, o povo brasileiro.

Temos também que nos lembrar dos povos indígenas, que são agora frontalmente ameaçados neste Governo. Tomamos conhecimento, através de relatório do CIMI sobre a violência que atinge os povos indígenas, de mais de 300 casos de violência. Só no último ano, houve 183 assassinatos. Há grande incidência da violência em Roraima, no Amazonas, em Mato Grosso e em outros Estados da Amazônia.

Em relação às demarcações, houve simplesmente uma paralisação. Hoje, de 1.299 terras indígenas no Brasil, 64% seguem sem regularização. A maioria está na Amazônia.

Recentemente houve acontecimentos relacionados a interesses de garimpeiros, de mineradoras no Rio Madeira, e houve operação da Polícia Federal. Está espalhada por vários rios atividade de mineração ilegal, que é fomentada e facilitada pelo atual Governo. Dias atrás, o General Heleno liberou sete projetos de pesquisa em áreas, em regiões praticamente intocadas na Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira, um Município em que mais de 90% da população é indígena. Ameaça a vida, o ecossistema. A mineração ilegal prospera

hoje, por conta deste Governo.

Está sendo noticiado o que está acontecendo com o povo ianomâmi em Roraima, no Amazonas. Existe ameaça direta por causa dessas atividades ilegais e do descaso do Governo. O que impressiona é que o Governo está desestruturando os órgãos federais nessa região. A FUNAI, que precisa de concurso, precisa de estrutura, está simplesmente sucateada. O IBAMA e o Instituto Chico Mendes, hoje, não têm condições, estão amordaçados, estão realmente amarrados quanto ao cumprimento de sua missão no sentido de garantir vida, de realizar ações de enfrentamento, de fiscalização. Há também as necessidades de funcionários, de concursados. Precisam ter segurança, tranquilidade, até para denunciar, muitas vezes, a participação de chefias. A Polícia Rodoviária Federal e sobretudo a Polícia Federal têm necessidade de ampliar seus contingentes. É importante a presença da Polícia Federal na região de fronteiras, no Alto Solimões, no Alto Rio Negro.

É interessante, há um descaso quanto à presença ali dessa estrutura do Estado. Sua ausência favorece o quê? O narcotráfico! Essa é uma região de passagem de drogas que entram no Brasil. Nessa região não há nenhum acompanhamento. Até se questiona o Sistema de Vigilância da Amazônia, o seu funcionamento, a sua abrangência. Precisaria ter mais efetividade também, mas não há investimento, não há vontade política. Ocorre também biopirataria, por conta desse descaso.

Lamentamos que o Governo, além de não olhar para a Amazônia, corte recursos de pesquisas, atue contra as diversas e grandes possibilidades em termos de economia, geração de renda, biodiversidade. Houve um corte brutal nos recursos para a pesquisa no Brasil. Isso afetou diretamente vários órgãos, as universidades federais, as entidades de pesquisa sobre a Amazônia, como é o caso do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, onde existe hoje um déficit enorme de pesquisadores, doutores, que, antes, tinham acesso a bolsas para realizar pesquisas fundamentais e encontrar soluções para os problemas enfrentados pela população na Amazônia. Esse apoio simplesmente acabou ou foi reduzido. Isso não vai mudar enquanto este Governo mantiver essa política anticonhecimento, antipesquisa, antieducação. Ocorreram cortes absurdos nas universidades federais, nos institutos tecnológicos. Existe no Amazonas uma interiorização muito importante dessas instituições de ensino técnico e de ensino superior, pesquisa e extensão. Agora estão ameaçados de não poderem continuar, por conta de cortes absurdos no orçamento.

A fome e a pobreza que atingem o Brasil atingem mais ainda comunidades mais pobres. Em muitas regiões onde há escassez de



alimentos, onde há a necessidade de uma atuação efetiva do poder público, agora, com o fim do Bolsa Família, com o fim do auxílio emergencial, a situação de pobreza, que já era alarmante, piorou ainda mais.

No Amazonas, por exemplo, o índice de insegurança alimentar, segundo os últimos dados, foi superior a 60%, quando a média nacional ficou em torno de 50%. Há uma insegurança alimentar grave, 18% das famílias foram afetadas, percentual que corresponde ao dobro do indicador da fome no País.

Além do Amazonas, outros Estados do Norte e da Amazônia foram afetados. Há esse valor que hoje está disponível. Vai ajudar poucas famílias, porque o Bolsa Família foi extinto. Esse novo auxílio vai deixar de fora, infelizmente, milhões de pessoas e de famílias no Brasil, principalmente na Amazônia.

Quero lembrar ainda a questão que envolve as privatizações e a entrega de patrimônio do País para interesses privados e estrangeiros. Toda a PETROBRAS na Amazônia foi privatizada. Em Manaus, esse foi um duro golpe, porque lá havia uma refinaria, que foi sucateada de propósito e foi vendida. Uma das maiores reservas de gás que temos no Brasil, na base de Urucu, em Coari, foi também vendida. A privatização alcança também os aeroportos. São, portanto, espaços estratégicos que estão sendo privatizados, na Capital e em vários Municípios do interior. A distribuição de energia em toda a Amazônia foi privatizada. A água na Capital Manaus está privatizada, até porque o novo marco legal do saneamento favoreceu interesses, facilitou as privatizações.

Todo esse patrimônio público, riquezas estão sendo entregues, atendendo interesses que não são aqueles que vão dar prioridade à necessidade da população da Amazônia e do Brasil. Temos que cuidar da Amazônia, mas temos que enfrentar o descaso e os retrocessos deste Governo, que também atingem a saúde dos trabalhadores, aumentam a falta de moradia. Nenhum programa habitacional hoje, com o fim do Minha Casa, Minha Vida, está à disposição.

Existe a dura realidade das populações em áreas urbanas na Amazônia. Há grande concentração e falta de saneamento, de política de moradia, de dignidade. Por isso, também há um deslocamento muito grande de indígenas para cidades, e essas cidades acabam não lhes oferecendo condições adequadas de vida. Com o seu espaço de vivência ameaçado, indígenas estão se deslocando para as sedes de Municípios ou para as capitais de Estados.

Temos que olhar para a Amazônia. Esse é um papel deste Parlamento

e é uma obrigação do poder público.

Viva a Amazônia!

Um grande abraço!

Vamos à luta!

---

Documento 44/118

---

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 08/12/2021-23:24
Publ.: DCD 09/12/2021 -	BETO FARO-PT -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transformação de sessão plenária da Câmara dos Deputados em Comissão Geral, para debate do quadro de fome e pobreza reinante no Brasil. Efeitos da redução do valor do auxílio emergencial sobre as camadas menos favorecidas. Recrudescimento da fome da pobreza no Governo Jair Bolsonaro. Aumento dos casos de queimaduras provocadas pelo uso de álcool em substituição ao gás de cozinha no País. Descaso do Presidente da República com as populações de baixa renda. Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Corte de recursos orçamentários do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Repúdio ao Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BETO FARO.**

Sr. Presidente, peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* que esta Casa realizou hoje uma Comissão Geral para discutir a situação da fome e da pobreza que assola o Brasil diante da ineficiência do Governo Bolsonaro.

Senhoras e senhores, Deputadas e Deputados, são 19,1 milhões de brasileiros com fome em 2020, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN). Em relação a 2018 (10,3 milhões), são quase 9 milhões de pessoas a mais nessa condição. Houve aumento de 85% no número de brasileiros com fome, em 2 anos.

E as crianças são as mais afetadas, principalmente as de idade até 4 anos, que representam 70,6% no País - 73,1% na Região Nordeste e 67,7% na Região Norte, além das crianças nas áreas rurais, 75,2% -, já que são os lares com pequenos os mais propensos a estar em situação de pobreza e de extrema pobreza. A realidade hoje é que uma em cada três crianças tem anemia.

Senhoras e senhores, é preciso lembrar que o Governo Bolsonaro não quis manter o Auxílio Emergencial, que estava garantindo comida no prato das famílias brasileiras durante a pandemia. Com a redução do valor do auxílio, o brasileiro não conseguiu mais comprar a cesta básica, e a fome voltou a assombrar a vida da população.

O país de Bolsonaro hoje é de fome e pobreza. O brasileiro voltou a comer pé de galinha e miojo, e a carne bovina virou de novo comida de rico.

É triste, senhoras e senhores, mas também aumentou o número de casos de queimadura provocada por cozinhar com álcool, uma vez que o brasileiro não tem mais dinheiro para pagar R\$102,00 por um botijão de gás.

Por isso, Deputados e Deputadas, é importante que esta Casa denuncie o descaso do Governo Bolsonaro com as famílias pobres.

E é preciso fazer outra denúncia: vai faltar comida no prato do brasileiro também porque está em curso o desmonte da política de segurança alimentar, com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o corte no orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Bolsonaro foi ainda mais cruel ao vetar, pela segunda vez, o projeto de lei que garantia auxílio financeiro à agricultura familiar para a continuidade da produção do alimento que chega ao prato do brasileiro.

A fome e a pobreza têm afetado cada vez mais brasileiros, por conta da crise socioeconômica que atinge o País e que foi colocada novamente no centro das atenções semana passada, depois que o jornal *Extra*, do Rio de Janeiro, publicou a imagem de pessoas

procurando restos de carne e ossos descartados por supermercados, para não passar fome.

Este é o retrato do Brasil no Governo Bolsonaro.

Fora Bolsonaro!

Obrigado!

---

Documento 45/118

---

156.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/12/2021-23:24
Publ.: DCD 09/12/2021 -	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Riscos e incertezas gerados pela variante Ômicron da Covid-19 no País e no mundo. Importância de cumprimento das medidas preventivas da nova cepa. Adesão do povo brasileiro à campanha nacional de imunização.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*:

Riscos e incerteza voltam a rondar o mundo inteiro com o surgimento de uma variante do novo coronavírus confirmado em regiões da África. Chamada de Ômicron, a cepa identificada em Botsuana, país vizinho da África do Sul, preocupa especialistas de saúde. O momento é de cautela, mas não há razão para desespero. Evidências preliminares dão conta, inclusive, de que a Ômicron, embora possa se espalhar mais rapidamente, é menos agressiva do que as versões anteriores.

No Brasil, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas, e mais uma vez também caberá à população fazer a sua parte para evitar a

propagação da doença. De acordo com o Ministério da Saúde, os cuidados com a nova variante são os mesmos tomados com cepas anteriores do novo coronavírus.

As autoridades de saúde brasileiras asseguram que o nosso País tem todas as condições para assistir a população em caso de real necessidade. Os leitos para Covid-19 estão sendo monitorados e unidades que foram fechadas após a diminuição dos casos da doença podem ser reabertas.

O Ministério da Saúde também garantiu ter reserva estratégica de medicamentos do chamado *kit* intubação caso haja um aumento do número de pacientes que necessitem. Há recursos e insumos para um eventual aumento do número de casos.

É fundamental, porém, que sejam mantidas as medidas preventivas de evitar aglomerações, higienização constante das mãos e uso de máscara e álcool em gel.

Importante destacar que o Brasil conta com um ponto bastante positivo nessa luta, que é a forte adesão à campanha de imunização.

Muito obrigado!

---

Documento 46/118

---

157.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/12/2021-09:20
Publ.: DCD 10/12/2021 -	- JUNIO AMARAL-PSL -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à exigência do Prefeito Humberto Guimarães Souto, do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, da apresentação de passaporte de vacina para acesso a locais e eventos públicos ou privados. Encaminhamento ao Ministério Público de representação contra o gestor municipal.

---

**O SR. JUNIO AMARAL (PSL - MG. Sem revisão do orador.)** - Presidente, na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, está acontecendo uma situação que faz parecer que a administração local quer declarar a independência do Município em relação ao restante do

País, criando até uma Constituição própria, que não traz nenhum valor ligado à liberdade.

O Prefeito Humberto Souto baixou um decreto esta semana que prevê que, a partir de amanhã, sexta-feira, vários cidadãos serão tratados como animais. Na verdade, os animais terão até mais direitos do que alguns desses cidadãos no Município de Montes Claros, simplesmente porque estes fizeram a opção de não tomar a vacina.

Isso valerá, primeiro, em bares e restaurantes; na sequência, em academias. É tão absurda essa segregação, é tão absurda essa separação que Montes Claros quer fazer do restante do País, que passageiro que chegar ao aeroporto não poderá desembarcar, assim como na rodoviária. Chega ao ponto de também cercear o direito dos estudantes. Onde é que está o direito à educação previsto na Constituição? A pessoa não poderá efetuar matrícula se não estiver submetida à vontade do ditador local.

Na mídia local, vamos representantes da administração municipal, com a cara lavada, aproveitando ali seus 3 minutos de celebridade, Deputado Coronel Chrisóstomo, dizendo com todas as letras: "*O cidadão que não se submeter será impedido de realizar essas atividades*". Só falta agora o impedimento a esses cidadãos de frequentarem as igrejas e de ingressarem nos supermercados para comprar os seus mantimentos.

Então, espero que a população de Montes Claros, independentemente da opção que fez, lute por liberdade também. Apresentei, ainda ontem, junto ao Ministério Público de Minas Gerais, uma representação contra essa arbitrariedade, mas a população também precisa se mover neste momento, porque quem está lá conduzindo o Município é pago por essas pessoas, foi eleito por essas pessoas. Espero que exijam os seus direitos também.

Contem com este Parlamentar. Nós não podemos fazer de Montes Claros uma cidade à parte do restante do Brasil. Quem estiver no entorno do Prefeito Humberto Souto avalie a situação. De repente, é um caso para interdição.

Presidente, peço que conste no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

Publ.: DCD  
10/12/2021 -

- CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de extinção do passaporte de vacinação no País.

---

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PSL - RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou muito grato.

Quero aqui dizer "não" ao passaporte para os vacinados! "Não" a qualquer passaporte para que a pessoa possa comprovar, Deputada Dra. Soraya Manato, que recebeu a vacina! De forma alguma, Presidente, de forma alguma, brasileiros, nós temos que ter passaporte para comprovar a obrigatoriedade de tomar uma vacina. Eu tomei a vacina, mas não se pode obrigar o cidadão a tomar uma vacina. Ele é livre! O Brasil é livre! "Não" ao passaporte sanitário! Repito: "não" ao passaporte sanitário! Temos que banir isso deste Brasil livre!

Presidente, fico entristecido... Peço a V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Ramos. PDT - RJ) - V.Exa. não se inscreveu. Há os inscritos.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PSL - RO) - Sim, senhor.

Então, peço a V.Exa. para ir à tribuna usar o tempo que tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Ramos. PDT - RJ) - No período de Breves Comunicações, isso não é regimental, General.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PSL - RO) - Sim, senhor. Então, está muito bem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Ramos. PDT - RJ) - Peço desculpas a V.Exa., mas há os oradores inscritos e que estão presentes.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PSL - RO) - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Ramos. PDT - RJ) - Pensei que V.Exa. fosse fazer uma brevíssima comunicação e, obviamente, concedi-lhe a palavra.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PSL - RO) - Então, vou solicitar a

V.Exa. que...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Ramos. PDT - RJ) - Eu inscrevo V.Exa.

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PSL - RO) - ...a minha fala vá para o programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

---

Documento 48/118

---

157.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/12/2021-09:44
Publ.: DCD 10/12/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alcance da marca de 613 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário ao passaporte da vacina. Responsabilidade do Governo Federal pelo cenário de fome e desemprego reinante no País. Tentativa do Presidente da República de apropriação do Estado brasileiro. Rejeição do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, sobre o estabelecimento de ações contraterroristas.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - O Presidente da República continua insistindo em se posicionar de várias formas contra a vacina. Isso é um pacto com a morte. É um pacto com a morte porque nós temos mais de 613 mil pessoas que já se foram. E todo mundo que parte é amor de alguém.

E o Presidente da República insiste contra o passaporte sanitário, insiste em fazer esse pacto de liberdade para o vírus, chegando a dizer: "*Eu prefiro abrir mão da minha vida do que da liberdade*". Bem, esse Governo não proporciona a liberdade nem tampouco a vida. Aliás, os direitos da pessoa, do ser humano, são direitos que não podem ser divididos nem hierarquizados. O direito à vida e o direito à liberdade devem ser assegurados.

Contudo, o que estamos vendo neste País é que a liberdade emanada do Palácio do Planalto é a liberdade de circulação de um vírus. O Governo e o Presidente da República criam a imunidade coletiva pelo contágio, o que representaria milhões de mortes - milhões de mortes! A

liberdade que o Governo desenvolve é a liberdade da fome, que já atinge mais de 20 milhões de brasileiros e brasileiras que passam até 24 horas sem se alimentar. A liberdade que ele impõe neste País é a do desemprego. São mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras desalentados, desempregados ou na informalidade. É a liberdade para retirar, a liberdade do arbítrio da política da morte.

Nós defendemos a vida e defendemos a liberdade como direitos inalienáveis. Mas o que faz esse Governo? Tenta se apropriar do Estado. Rompe com toda a noção de soberania nacional. O Governo tentou, através dos seus áulicos, dos seus fantoches aqui nesta Casa, aprovar ontem uma polícia secreta, a mando do Presidente da República, para perseguir movimentos sociais. O Governo tentou reeditar os mesmos métodos de Hitler, do Governo da morte e da sua polícia secreta, da SS.

Mas esta Casa rejeitou a urgência, mostrando que o pulso ainda pulsa, como diz o poeta. Rejeitamos a urgência! Passaram quase 1 hora tentando os votos necessários para que a urgência não fosse o combate à fome, para que a urgência não fosse o combate ao desemprego, não fosse a defesa da vida plena. A urgência que eles queriam ontem era a urgência para uma polícia secreta do Presidente da República.

O pulso ainda pulsa.

---

Documento 49/118

---

157.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/12/2021- CD	10:00
Publ.: DCD - 10/12/2021 - CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Destinação de recursos orçamentários aos Municípios da região do Vale do Jamari, Estado de Rondônia, para a realização de cirurgias de catarata e pterígio. Posicionamento contrário ao passaporte sanitário.

---

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fico muito grato pelo seu carinho, pelo seu respeito por este Parlamentar! Da mesma forma, V.Exa. tem o meu respeito.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil! Hoje acordei muito feliz, porque o Município de Ariquemes, em Rondônia, no Vale do Jamari, que é composto por

nove Municípios, sendo Ariquemes a cidade polo, recebeu deste parlamentar 1 milhão de reais para a realização de cirurgias de catarata e pterígio.

Isso vai alcançar os nove Municípios do Vale do Jamari: Ariquemes, Buritis, Machadinho d'Oeste, Cujubim, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Cacaulândia, Montenegro e Alto Paraíso.

Toda essa população, Presidente, terá a oportunidade de realizar a cirurgia de catarata de graça, de graça! O poder público, através das minhas emendas parlamentares - 1 milhão de reais -, é quem vai arcar com os valores das cirurgias. Isso me alegra muito, porque isso é levar saúde para a nossa população do Vale do Jamari.

Eu tenho dito que o Vale do Jamari, no meu Estado de Rondônia, tem Deputado Federal, e o nome dele é Coronel Chrisóstomo. E não fica só por aí, porque o Vale do Jamari já está recebendo quase 30 milhões de reais que este Parlamentar destinou para esses 9 Municípios. Os 52 Municípios do Estado de Rondônia já receberam recursos, mais de uma vez, deste Parlamentar.

Portanto, o início das cirurgias de catarata no Vale do Jamari me alegra e me conforta, por me fazer sentir que estou cumprindo, Presidente, a minha missão como Parlamentar, eleito pelo meu Estado de Rondônia, como V.Exa. disse. Isso nos alegra! O que mais alegra um Parlamentar federal é que seus recursos cheguem à população, ao Município. Então, a minha alegria se redobrou hoje não só pelo envio de recurso para a população do Vale do Jamari, com o início das cirurgias em Ariquemes, de graça. É de graça! Isso me deixou bastante alvissareiro hoje pela manhã. Então, Presidente, esta alegria hoje está me deixando caminhar tranquilo aqui na Casa do Povo, na Câmara dos Deputados.

Trago agora um assunto aqui para os brasileiros. Eu sou contra o passaporte sanitário. Não sou contra a vacina, mas contra o passaporte sanitário eu sou. Eu tomei a vacina. Agora, obrigar o cidadão a tomar a vacina... Daqui a pouco, estão agarrando-o na rua. Daqui a pouco, estão segurando o cidadão e aplicando a vacina à força. Só falta isso! Infelizmente, esse passaporte sanitário está até desempregando cidadãos por aí. Eu sou contra o passaporte sanitário.

Presidente, quero aqui solicitar a V.Exa. que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

---

### *Sumário*

Negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro e seguidores em relação à ciência e à vacina contra a Covid-19. Solidariedade aos familiares das 600 mil vítimas da doença no Brasil. Congratulações ao Deputado Pedro Uczai pela criação de entidade de apoio aos sequelados do coronavírus. Repúdio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Vinculação entre a alta lucratividade dos acionistas da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e os constantes reajustes nos preços de combustíveis e do gás de cozinha.

---

**O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Presidente Pedro Uczai, grande Parlamentar que orgulha a classe trabalhadora, o nosso partido e em especial o Estado de Santa Catarina e o povo brasileiro, a V.Exa., que preside a sessão neste momento, a nossa saudação.

Presidente, quanto a essa história do passaporte sanitário, na verdade, o grande debate que existe é a negação da ciência. O mundo inteiro, que cuidou da vida, que tinha governo, evitou as mortes, evitou as tragédias, criou um auxílio para a população e cuidou da vida. Nós temos um Governo e uma parte dos seus seguidores dentro do Congresso Nacional que são genocidas, que negam a ciência, negam a importância da vacina e negam o direito à vida. Nossa solidariedade aos mais de 600 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida.

Quero parabenizar este Presidente que neste momento conduz os trabalhos, que é fundador de uma das entidades de solidariedade e de luta em defesa das pessoas e das famílias vítimas da COVID, o nosso querido Pedro Uczai.

O Brasil tem uma marca que ficará para a história, que foi o triste Governo desastroso, genocida, anticiência, antívida que presidiu e que preside o País. O tempo é curto, e a população, hoje, passa a ter uma nova visão. As pesquisas mostram uma derrota, e não há como nos recuperarmos disso, porque este Governo nasceu para os ricos, nasceu para os banqueiros, elegeu-se para levar o suor da classe trabalhadora para o rentismo. Está aí o maior exemplo, a PETROBRAS. Bilhões de reais estão sendo mandados para os acionistas internacionais, à custa do suor e do sangue das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil inteiro, quando compram o gás de cozinha ou o combustível, e há bilhões para o lucro.

Por isso, Sr. Presidente, nossa luta é em defesa da ciência, da

democracia, de uma sociedade livre, fraterna.

Solicito que seja divulgado pelos veículos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento.

Muito obrigado.

---

Documento 51/118

---

157.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/12/2021-10:12
Publ.: DCD 10/12/2021 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Tentativa de invasão do plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por bolsonaristas contrários ao passaporte vacinal. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de 615 mil pessoas no País em decorrência da Covid-19. Abertura pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, de processo contra o Presidente da República pela associação entre a vacina contra a Covid-19 e à AIDS. Acompanhamento pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Convicção do orador na condenação do Presidente Jair Bolsonaro, pelo Tribunal Penal Internacional, por prática do crime de genocídio. Defesa de afastamento do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, e do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Deputado Pedro Uczai, é um prazer vê-lo na Presidência.

Eu queria de novo comentar a situação do combate à pandemia aqui no Brasil. Ontem nós tivemos um espetáculo deprimente que partiu para a violência física. Bolsonaristas invadiram a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro contra a ideia do passaporte vacinal. Eles queriam de qualquer jeito adentrar o plenário da Assembleia sem máscaras e passando do limite determinado pela segurança da Casa, em comum acordo com os Parlamentares.

Essa insanidade - digamos assim - é protagonizada pelo Presidente da República. Ele é o principal responsável pelo genocídio de 615 mil

peçoas, brasileiras e brasileiros. E ele insiste nisso.

Agora mesmo, ele está se queixando de que o Ministro Alexandre de Moraes abriu um processo contra ele para investigar por que ele associou a vacina ao aumento da AIDS. É uma insanidade! Ele é um perverso, é um mentiroso, é um cínico!

Um Presidente da República como esse precisa ser expurgado, porque um Presidente da República, um Chefe de Estado, não pode atentar contra a vida dos seus próprios concidadãos, que ele deveria representar.

Na briga com a ANVISA, o Barra Torres, que é o principal membro da ANVISA, fazia filmes do Bolsonaro nas manifestações golpistas. Mas ele teve um ataque de lucidez e percebeu que não é possível seguir as orientações do Bolsonaro, a não ser o Ministro Queiroga. Esse, sim, está falando para a base fanática bolsonarista. Ele é o médico que atende o Presidente, como o Pazuella: um manda, e o outro obedece.

Nós estamos assistindo aqui no Brasil a uma aniquilação.

Por isso, eu queria dizer o seguinte: quando terminar essa fase brasileira de permanência do Sr. Jair Bolsonaro no poder, nós não temos nenhuma dúvida, Deputado Pedro Uczai, de que ele será processado, criminalizado e preso. E mais: ele vai parar no Tribunal Penal Internacional. Jair Bolsonaro é um genocida, genocida dos indígenas, genocida do povo brasileiro, e é alguém que trabalha contra a liberdade, contra o Estado Democrático de Direito, contra os direitos dos trabalhadores, uma figura execrável chegou à Presidência da República.

Por isso, nós temos uma obrigação. Nós sabemos que é preciso um amplo consenso sobre a volta da democracia. Nós precisamos tirar e retirar generais como esse General Heleno, que prega garimpo em terra indígena, que quer a lei antiterrorista. Vejam, quer criar uma autoridade nacional antiterrorista! Eles querem voltar ao antigo DOI-CODI, que era a polícia política, que perseguia, matava, torturava. Isso tudo é ideia do Bolsonaro.

O projeto original do Deputado Major Vitor Hugo é do Bolsonaro. Ele é o chefe da milícia. E lá há até um prêmio. Como ele gosta de homenagear o Adriano da Nóbrega, o miliciano, ele também quer homenagear torturadores como o Brilhante Ustra. Por isso, o "Fora, Bolsonaro!" continua na ordem do dia. Nós precisamos superar esta fase do Brasil.

Eu só fico com uma enorme tristeza em ver que ainda existe um conjunto Parlamentar não vê a insanidade que está em vigor, não só

na saúde pública, mas em todos os aspectos da vida. Por isso, "Fora, Bolsonaro!" é a palavra de ordem. Vamos superar esse pesadelo.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 52/118

---

157.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-09/12/2021- 10:16
Publ.: DCD - 10/12/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Violação de direitos humanos pelo Governo Jair Bolsonaro. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Quadro de desemprego e vulnerabilidade social reinante no País, em decorrência das medidas ultraliberais adotadas pelo Governo Jair Bolsonaro. Manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Vinculação entre a morte de 616 mil brasileiros pela Covid-19 e o negacionismo do Presidente da República em relação à vacina contra doença. Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, acerca do estabelecimento de ações contraterroristas.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Pedro Uczai, é uma honra falar desta tribuna com V.Exa. presidindo a sessão. V.Exa. é um Deputado que honra o Brasil e o Estado de Santa Catarina.

Amanhã é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. O Deputado José Ricardo já falou sobre esse tema aqui hoje. E a construção, a concertação para chegarmos à Declaração Universal dos Direitos Humanos é fundamental para a humanidade, porque na Declaração Universal nós temos muito nitidamente quais são os direitos humanos de que não podemos abrir mão, que todos nós precisamos defender.

Mas a base e a gênese deste Governo é contra todo tipo de direitos que os cidadãos e as cidadãs brasileiras devem ter. A todo momento, este Governo ataca os direitos humanos em nosso País, os direitos humanos e os direitos das famílias brasileiras.

Os direitos humanos estão sendo violados no Brasil, Deputado Pedro Uczai, quando este Governo estimula o garimpo ilegal, quando estimula que os garimpeiros possam atuar ilegalmente nas terras indígenas, nas comunidades quilombolas. Mas os direitos humanos também estão sendo violados quando as nossas florestas estão sendo

destruídas, quando este Governo retira o auxílio emergencial de mais de 25 milhões de brasileiros neste mês de novembro. Os direitos humanos estão sendo violados no nosso País com o aumento da fome. O Brasil voltou para o *Mapa da Fome!* Os direitos humanos estão sendo violados no Brasil com o crescimento do desemprego. Mais de 14 milhões de brasileiros estão desempregados e mais de 6 milhões estão desalentados. Milhões de brasileiros estão vivendo em situação de alta vulnerabilidade social. Nós sabemos que isso se deve, em especial, às medidas econômicas ultraliberais do Governo Bolsonaro, que tem como Ministro aquele que não confia no seu País e sonega impostos, ganhando dinheiro com a alta do dólar em paraísos fiscais.

Por isso, os direitos humanos no Brasil estão sendo violados. Eu e a Deputada Erika dissemos, lá em Genebra, por ocasião da revisão de meio período da RPU - Revisão Periódica Universal, que o maior violador de direitos humanos do Brasil hoje é o Presidente da República. São os seus aliados, que negam a vacina. E, ao negar a vacina, estão negando a vida, porque são mais de 616 mil os brasileiros que perderam a vida, Deputado José Ricardo, e poderiam estar aqui entre nós hoje. Então, há no Brasil hoje uma violação grande dos direitos humanos. Talvez eu ainda fale sobre isso hoje, em algum momento, sobre o que foi tentado ontem, com a aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, das ações contraterroristas.

Querem tipificar como terrorismo aquilo que não é terrorismo! Querem calar a Oposição! Querem perseguir os movimentos sociais e, assim, violar direitos humanos. Então, nossa luta será por um Brasil democrático e contra todo tipo de violação dos direitos humanos.

---

Documento 53/118

---

157.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/12/2021-10:32
Publ.: DCD 10/12/2021 -	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Congratulação ao Deputado Helder Salomão pela luta em defesa dos direitos humanos. Comprovação da inocência do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva perante o Poder Judiciário. Repúdio à Operação Lava-Jato. Importância da vacinação contra a Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas tragédias sanitária, econômica e social reinantes no Brasil.



**O SR. PEDRO UCZAI** (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Helder Salomão. V.Exa. é um dos Deputados que se expressam aqui na defesa dos direitos humanos. Por isso, cumprimento V.Exa. por essa bandeira tão nobre, centro da luta do poder público e das políticas públicas, a defesa dos direitos humanos.

Todos são inocentes até que se prove o contrário. No caso do ex-Presidente Lula, culpam-no, e ele teve que construir toda uma trajetória para provar a sua inocência. A Alemanha ganhou de 7 a 1 do Brasil; Lula já ganhou de 22 a zero, comprovando a sua inocência. Então, essa retórica moralista legitima uma organização criminosa chamada Operação Lava-Jato, que destruiu 4,3 milhões de empregos, destruiu a indústria nacional da construção civil, uma indústria que era referência mundial e tinha as maiores empresas do País - uma única empresa, que tinha 186 mil trabalhadores, ficou com 38 mil -, e o ex-Ministro da Justiça e ex-juiz Sergio Moro foi assessorar uma empresa americana para salvar a empresa que ele quebrou nessa organização criminosa chamada Lava-Jato. É disso que nós estamos falando. Esses são os fatos. Essa é a realidade.

Mas nós estamos vivenciando a retomada da esperança na reconstrução deste Brasil, representado e expressado na prosperidade. Como diz a cantora: *"Picanha, cerveja e Lula"*. De Bolsonaro vem osso e cloroquina. Essa é a síntese do que os bolsonaristas não conseguem subir a esta tribuna para contra-argumentar. Como diz o Sr. Pedro, lá em Lebon Régis, um dos Municípios pobres de Santa Catarina: *"No tempo do Lula, aos domingos aqui todas as casas estavam cheias de fumaça. Agora não tem mais isso, porque não conseguimos ter o direito de fazer o nosso churrasquinho"*.

Quero falar hoje também, porque não posso me omitir, sobre o passaporte da vacina. Dados apresentados pela USP e pela UNIFESP, duas grandes universidades do mundo, mostraram que, de março a novembro, 306 mil brasileiros morreram de COVID, e, desses, 243 mil não tinham se vacinado. Ou seja, 79,7% - quase 80% - dos que morreram de COVID de março a novembro não tinham se vacinado. A vacina não é só para você se proteger. Ela é para proteger o outro.

Então, quando a Deputada Erika Kokay fala em necropolítica, fala de um tãtatos, da morte, da proliferação racional da morte por uma decisão política, que faz movimento político para que o povo não se vacine e continue promovendo a proliferação da morte neste País. Por isso, denuncia-se aqui o genocídio ou, tecnicamente, o crime contra a humanidade.

Este Presidente vai entrar para a história como o grande responsável por esta tragédia sanitária contra a vida e pela tragédia econômica e

social. Quem não cuidou da vida, não cuidou da economia.

Bolsonaro nunca mais!

---

Documento 54/118

---

157.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/12/2021- CD 10:36	
Publ.: DCD - 10/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Elevado percentual de internações de pessoas não vacinadas contra a Covid-19 no Estado do Amazonas. Retirada de direitos do povo brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à aliança estabelecida entre o Governo Federal e o chamado Centrão. Ocorrência de novas exonerações de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, em face de assédio moral e intromissões políticas do Presidente Jair Bolsonaro. Confiança no retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder. Aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo pelo Parlamento chileno.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bolsonaro nunca mais! Tem razão o Deputado Pedro Uczai! Também tem razão o Deputado José Ricardo ao pontuar que 85% das pessoas que estão internadas por COVID, no Estado do Amazonas, são pessoas que não foram vacinadas. Então, quando se nega a ciência e se nega a realidade, a realidade açoita, e açoita o povo. E esse povo não tem do Presidente da República nenhuma empatia.

Da mesma forma que os psicopatas, os fascistas são desprovidos da capacidade de ter empatia e vão, num mesmo diapasão, tentando retirar direitos. A cada dia que passa, nós enfrentamos aqui uma proposição para retirar direitos, até mesmo o direito do povo brasileiro de ter o seu próprio patrimônio como seu. Que Governo é este que tenta destruir a soberania e o sentido de nação e que acha que a bandeira nacional pode ser impregnada com o cheiro da morte, com o cheiro da necropolítica, ou que pode ornamentar salas escuras de tortura?

Ele vem, neste equilibrismo absolutamente macabro, tendo que jogar nacos do orçamento público para o Centrão. Sobre esse Centrão foi dito pelo filho do Presidente da República, em determinado momento: "*Quero tirar uma foto dos senhores para ver quem irá estar*

com Bolsonaro em 2019 ou com o Centrão". E o Sr. General Augusto Heleno disse: "Se gritar 'Pega Centrão', não fica um, meu irmão!" Agora, estão mancomunados neste projeto para destruir o Brasil e acabar com a nossa soberania.

Mais profissionais da CAPES saíram da instituição, como saíram profissionais do INEP, porque não suportaram o assédio, a tentativa de colocar o Estado sob botas e baionetas metafóricas e literais.

Por isso, nós estamos vivendo uma necropolítica. Mas o povo brasileiro reagirá a ela e tem pontuado que Lula ganhará as próximas eleições, porque chega de sofrimento, chega de lágrimas.

E, por falar em flores, para não dizerem que não falei das flores, aproveito para homenagear o Parlamento chileno, que aprovou a união igualitária, o casamento igualitário, que aprovou o direito de amar, o direito de ser, o direito à cidade que rompeu o Parlamento, coisa que este Parlamento não pôde fazer ou não quis fazer, aliando-se ao obscurantismo e ao fundamentalismo que hierarquiza seres humanos, com a lógica das senzalas, dos manicômios e dos armários, a lógica daqueles que refutam a liberdade e o respeito ao outro. O Parlamento chileno aprovou, com 82 votos a favor, 20 votos contrários e 2 abstenções, o casamento igualitário, o que só conseguimos fazer aqui através do Supremo, porque esta Casa se calou, se envergonhou e acha que nós não temos uma cidade de todas as cores.

Deputado Helder, eu gostaria de encerrar esta minha fala fazendo uma ode ao amor que está nesta decisão do Parlamento chileno de assegurar a liberdade de amar, a liberdade de afeto, a liberdade da existência humana.

Concluo com Neruda, que diz:

*Nesta história só eu morro*

*e morrerei de amor porque te quero,*

*porque te quero, amor, a sangue e fogo.*

Viva Neruda! Vivam os direitos da população LGBTQIA+!

---

Documento 55/118

157.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária -09/12/2021-  
CD 11:44

Publ.: DCD - 10/12/2021 - ANTONIO BRITO-PSD -BA

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Congratulações ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Lucas Vergilio. Pedido aos Parlamentares de apoio ao Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, a respeito da concessão, pela União, de auxílio financeiro emergencial às Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos.

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, destaco a presença de V.Exa., nosso Deputado Lucas Vergilio, na Presidência. Eu queria dizer que eu fico muito orgulhoso pelo papel de V.Exa. nesta Casa - e também pelo papel do nobre Deputado Armando Vergilio, por quem temos sempre essa honra -, pelo que V.Exa. representa como Líder do seu partido, Solidariedade, e pela forma como tem atuado nesta Casa, com todos os demais Líderes. Então, parabenizo V.Exa. pela sua atuação.

Em segundo lugar, Sras. e Srs. Deputados, venho pedir apoio ao Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, que trata das Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Discuti muito, debati com a nossa Prefeita - sempre Prefeita - Angela Amin, com a nossa Deputada Soraya Santos, com todos, porque eu acho que é fundamental nós fazermos cumprir o apoio às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos. Está em pauta o Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, já aprovado no Senado Federal e já em regime de urgência. Esses 2 bilhões vêm para apoiar as Santas Casas e os hospitais na luta contra a COVID-19.

Este é o registro, Sr. Presidente, que queria fazer.

Mais uma vez, parabenizo V.Exa. pela sua atuação nesta Casa.

Documento 56/118

157.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -09/12/2021- CD 13:48
Publ.: DCD - 10/12/2021 - MARA ROCHA-PSDB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

### *Sumário*

Contrariedade à exigência de comprovante de vacinação pelos governos estaduais e municipais. Violação da liberdade de ir e vir pelo passaporte de vacina. Natureza criminosa da exigência, pelo Hospital do Juruá, da apresentação de comprovante sanitário para realização de cirurgias, no

Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Apoio à vacinação do povo brasileiro, e o direito dos cidadãos de recusa à imunização.

---

**A SRA. MARA ROCHA** (PSDB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, amigos Parlamentares e todos que nos acompanham pela *TV Câmara*.

Hoje quero abordar as notícias que tratam sobre o famigerado passaporte sanitário. Em primeiro lugar, preciso deixar claro que não sou contra as vacinas, nem poderia ser. O Zé Gotinha faz parte da vida de milhares de brasileiros que foram imunizados em mutirões de vacinação. No auge da pandemia, fui autora de projetos para que imunossuprimidos, trabalhadores da limpeza urbana e outros tivessem prioridade na vacinação.

Agora, Presidente, eu não posso aceitar em silêncio a exigência de documentos comprobatórios da vacinação. Entendo que é autoritário exigir comprovantes de vacinação até para manutenção de empregos ou acesso a espaços públicos. Isso é autoritário! Entendo que é uma escolha de cada cidadão se vacinar ou não, é uma escolha individual. E essa escolha é amparada pelos princípios da autodeterminação e da legalidade.

Um decreto municipal ou um decreto estadual jamais pode impedir a liberdade de locomoção de quem quer que seja por não estar vacinado, Presidente. A defesa cega e ideológica de passaporte vacinal está dividindo a sociedade em dois grupos: o dos vacinados e o dos não vacinados. Impede os não vacinados de circularem livremente pelas ruas de cidades, o que, em uma última instância, é uma grave violação à liberdade de locomoção. Estados e Municípios estão se amparando em decretos para definir, com base no chamado passaporte da vacina ou passaporte sanitário, quem pode ou não circular livremente pelas ruas ou em estabelecimentos, sejam públicos, sejam privados.

Presidente, é preciso compreender o que leva algumas pessoas a optarem por não se vacinar. Eu lembro aqui a vacina contra o HPV, que no meu Estado do Acre causou inúmeros casos de sequelas graves. Alguns jovens morreram após tomarem essa vacina. Diversos adolescentes perderam a capacidade de andar, perderam a visão e tiveram outras sequelas após tomarem a vacina anti-HPV. As famílias hoje sofrem em busca de tratamento, e não têm nenhuma resposta, nenhuma ajuda do Estado para minimizar essas sequelas causadas a esses adolescentes que tomaram a vacina anti-HPV.

Como posso julgar e penalizar essas famílias, Presidente, que hoje desconfiam das vacinas? Nós não podemos julgar. Elas é que sentem



na pele os efeitos que foram causados. É justo impedi-las de se locomoverem pelos Estados? Para o Governo local, sim, Presidente. Infelizmente, a resposta é sim.

Aliás, segundo a imprensa, no Estado do Acre, o Hospital do Juruá, localizado em Cruzeiro do Sul, só aceitará a realização de cirurgias se o paciente apresentar o comprovante de vacinação. Essa é uma atitude criminosa! Repito: se isso realmente proceder, essa é uma atitude criminosa, pois significa omissão de socorro. Não podemos aceitar isso.

É contra esses abusos que estou me insurgindo, contra a ditadura sanitária. Por meio de decretos, querem controlar as pessoas e dizer, de forma tirânica, quem pode e quem não pode andar pelas ruas do País, quem será ou quem não será atendido na rede pública de saúde.

A carteira de vacinação, no caso, estigmatiza as pessoas, cria marca depreciativa, impede-as de circular livremente pelas ruas, tem o nítido objetivo de controle social, Presidente. O objetivo é o controle social. O propósito é criar uma regra, que não encontra abrigo no mundo jurídico, para marcar o cidadão com o carimbo de não vacinado. De forma sutil, os que defendem o passaporte vacinal querem estigmatizar os que não têm esse passaporte, marcando-os, expulsando-os do convívio social. Ainda há os que defendam esse absurdo. Defendem a perda de liberdade individual, defendem, sim, a tirania.

Eu não discuto, Presidente, a eficácia das vacinas, discuto a defesa da liberdade individual. A opção pela não vacinação não é crime tipificado no Código Penal. Dessa forma, se o cidadão vai se vacinar ou não, isso é da esfera do próprio indivíduo. A grande questão é que o passaporte sanitário é uma flagrante ameaça à liberdade de locomoção, ameaça que está sendo promovida por autoridades que flertam com a tirania.

É contra isso, Presidente, que nós precisamos lutar. Que a vacina seja disponibilizada para todos aqueles que querem! Ótimo! Apoiamos. Mas é fundamental respeitar o direito das pessoas que não querem receber a vacina. Mais uma vez afirmo, Presidente, que a decisão de se vacinar cabe a cada indivíduo e não aos Estados e Municípios.

É fundamental, Presidente, amigos que nos acompanham pela *TV Câmara*, garantirmos a liberdade de ir e vir, que é, sim, o pilar do Estado Democrático de Direito.

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigada.

---

Documento 57/118

---

31.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2021- CD	15:08
Publ.: DCN - 14/12/2021	BOHN GASS-PT -RS	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; e do Veto Parcial nº 59, 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, acerca da instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e saudar os colegas Deputados que estão presentes.

Primeiro, quero insistir na necessidade de apreciarmos o veto à Lei Assis Carvalho, para o bem do País, para o bem da agricultura brasileira, principalmente da agricultura familiar. É fundamental que essa data seja marcada, pela importância daqueles que estão lá para produzir alimentos e que precisam desse apoio da parte do Governo. Nesse projeto, a bancada do PT esteve presente fortemente com os sindicatos e os movimentos sociais. E foi dito "não" por parte do Governo. Nós precisamos derrubar esse veto. A comida está cara para quem compra. E, para quem está na roça, os insumos como combustível, *diesel*, energia, ureia, adubo e sementes estão todos caros.

Deputado Marcelo Ramos, V.Exa., que conhece muito bem essa atividade agrícola, sabe que nós precisamos derrubar esse veto para o bem da agricultura do País.

Segundo, quero tratar do projeto da dignidade menstrual, também de autoria de uma Deputada da nossa bancada, a Deputada Marília Arraes. Não é possível que nossas adolescentes, nossas jovens, nossas estudantes muitas vezes faltem aula por não terem absorvente, por não terem condições de dignidade. Por isso se chama dignidade menstrual, pela possibilidade de irem à escola, de frequentarem ambientes e terem, principalmente as jovens e adolescentes das

classes mais pobres, um tratamento digno.

Quero registrar apenas esses dois projetos.

Poderia falar ainda do tema da lei das patentes. Nós precisamos estimular a fabricação de vacinas no País, por exemplo, em época de pandemias, ainda que não haja solução completa. Também houve veto por parte do Presidente nessa votação que Senadores e Deputados fizeram para quebrar a lei das patentes e permitir a participação de mais institutos e empresas nessa fabricação, diminuindo esse grande problema que é a pandemia, que ainda continua.

Nós poderíamos falar aqui também da Lei de Segurança Nacional e de tantos outros projetos, mas ficarei nesses.

Deputado Marcelo, encerro dizendo do nosso desejo e da nossa disposição - V.Exa. também está trabalhando para isso - de termos uma data marcada para apreciarmos alguns vetos muito necessários. Impõe-se a derrubada urgente neste momento daquele "não" que o Presidente diz à agricultura familiar, à pandemia e à dignidade menstrual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 58/118

---

160.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/12/2021-18:24
Publ.: DCD 14/12/2021 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Aplausos ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, pela exigência da apresentação de comprovante vacinal para acesso ao território nacional. Solidariedade aos profissionais da imprensa, diante de agressões físicas praticadas por seguranças do Presidente da República.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, demais Parlamentares presentes nesta Casa e telespectadores da *TV Câmara*, a exigência de comprovar a vacinação no caso de viajantes que chegam de outros países ao Brasil é mais

uma derrota do Governo Bolsonaro. O Ministro do Superior Tribunal Federal Luís Roberto Barroso está de parabéns pela decisão de exigir a comprovação. Se não houvesse esta exigência, o Brasil seria transformado num paraíso dos não vacinados e dos negacionistas que chegam do interior. Nós não podemos correr este risco, especialmente neste momento em que a pandemia está sendo debelada.

Desde o início da pandemia, Bolsonaro fez de tudo para atrapalhar o combate ao coronavírus. Ele, que tinha desqualificado a ciência e dificultado a compra de vacinas, continua defendendo a imunidade de rebanho e remédios sem eficácia.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar de outro assunto. Tornam-se cada vez mais recorrentes as agressões físicas praticadas pela equipe de segurança do Presidente Bolsonaro aos profissionais da imprensa, sem falar nas centenas de agressões verbais aos profissionais da mídia que o próprio Presidente vem fazendo desde que assumiu o poder. Essas agressões físicas da equipe de segurança da Presidência são reflexo do exemplo que o próprio Presidente dá ao País. Bolsonaro é um Presidente que estimula a violência, a repressão e o uso de armas como solução para os problemas do Brasil.

Deixo registrada aqui a minha solidariedade aos profissionais agredidos na Bahia. Esse comportamento de Bolsonaro e dos que fazem sua segurança é típico dos governos fascistas e autoritários. Ele só gosta mesmo de quem espalha notícias falsas, falando bem do seu Governo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que esses dois comunicados sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 59/118

---

160.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/12/2021-19:12
Publ.: DCD 14/12/2021 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Incentivo do Presidente da República à intolerância, ao preconceito, ao autoritarismo e à mentira. Negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro à

ciência, à imunização e às demais medidas preventivas da Covid-19. Desprezo do Chefe na Nação pela família brasileira e pela vida. Ameaças do Presidente da República ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal, à Constituição Federal e à democracia brasileira. Apresentação, pela CPI da Covid, de denúncia contra o Presidente Jair Bolsonaro por prática de corrupção da compra de imunizantes contra o coronavírus. Necessidade de afastamento do mandatário do País para reversão do caos socioeconômico reinante no Brasil.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, hoje no Brasil o mau exemplo vem de cima. Hoje, no Brasil, aquele que deveria dar exemplo é exatamente aquele que incentiva o ódio, a intolerância, o preconceito, o autoritarismo e a mentira. Volto dizer: hoje, no Brasil, o mau exemplo vem de cima, o mau exemplo vem do Presidente da República, que é seguido pelos seus defensores, apoiadores, inclusive nesta Casa.

Por isso fica difícil esperar que os seguidores do Presidente tenham um comportamento diferente do comportamento dele. São muitos os maus exemplos do Presidente Bolsonaro: ele incentiva o preconceito contra negros, indígenas, LGBTs, quilombolas, população de rua; enfim, contra todas as minorias. Bolsonaro prega a negação da ciência, da pandemia, faz oposição à vacina e difunde o tratamento precoce, comprovadamente sem eficácia, além de ser produtor e divulgador de *fake news* pelas suas redes sociais.

O Presidente incentiva as aglomerações e o não uso de máscaras. O mau exemplo no Brasil vem de cima. Bolsonaro promove ataques a jornalistas, ameaça a liberdade de imprensa, e seus seguidores e seguranças agridem com frequência equipes de TV, equipes de reportagem. O Presidente despreza a vida e as famílias que sofrem com a perda de seus entes queridos durante a pandemia. Bolsonaro comete crime contra a Constituição Federal quando apoia e participa de manifestações antidemocráticas que defendem o fechamento do Congresso, desta Casa, do STF e ameaça a democracia. O Presidente foi denunciado na CPI da COVID por envolvimento em práticas de corrupção, na compra superfaturada e na propina na compra de vacinas. E ele também foi denunciado - e já há investigação - sobre "rachadinha" com verba parlamentar.

Na verdade, estes são apenas alguns casos. Há uma lista enorme de maus exemplos praticados pelo Presidente.

Como eu disse no início, o mau exemplo vem de cima. Portanto, precisamos interromper a escalada autoritária desse Governo. Precisamos reverter o caos econômico e social que produz

desemprego, fome, violência e morte. Precisamos unir todos os brasileiros e todas as brasileiras para deter o Presidente genocida, fascista, cruel e desumano. Bolsonaro é contra a vida, contra os pobres, contra a democracia, contra as famílias. Bolsonaro é contra o Brasil e contra os brasileiros. Esse Presidente é uma vergonha para a maioria dos brasileiros! Bolsonaro precisa ser detido. Ele é um mau exemplo para o Brasil e para o mundo.

Por isso é que nós dizemos: "*Fora, Bolsonaro!*"

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 60/118

---

160.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/12/2021-20:12
Publ.: DCD 14/12/2021 -	- JÚLIO DELGADO-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade da Câmara dos Deputados às populações atingidas por enchentes nos Estados da Bahia e de Minas Gerais. Repúdio às declarações do Presidente Jair Bolsonaro, a respeito do isolamento social das famílias atingidas pelas chuvas torrenciais. Contrariedade à federalização do processo criminal oriundo da tragédia socioambiental ocorrida no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

---

**O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria aqui, primeiro, desejar nossa solidariedade e da Câmara dos Deputados, tenho certeza, na pessoa do Presidente da sessão, o Deputado Marcelo Ramos, à parte do povo mineiro e do povo sul baiano que sofrem com as chuvas de forma devastadora.

Eu conheço bem aquela região e também o Jequitinhonha. Conversei, Deputada Lídice, Deputado Marcelo, Deputado Bacelar, com amigos Prefeitos ali da região do Jequitinhonha e do norte de Minas, que disseram que há gente com 40 anos, que ali nasceu, que disse nunca viu tanta água - nunca viu tanta água!

Vemos agora o flagelo por que passam algumas cidades realmente sitiadas e a forma debochada do Presidente Bolsonaro de falar que é

como se fosse isolamento social.

Todos nós aqui que prezamos isso fizemos isolamento ano passado, Deputado Domingos.

Mas, quando nós precisávamos ir à farmácia, ao mercado, ao médico ou a algum outro lugar, nós tínhamos o direito de livre acesso a esses lugares, o direito de ir e vir. Aquelas pessoas estão isoladas por outra questão. E elas estão isoladas sem água, sem energia, sem alimentos e sem condição de sair da região.

Eu conversei com o pessoal de lá. A Deputada Lídice da Mata é representante daquela região. Algumas tribos pataxós daquela região bem ao sul do Estado, na área de Coroa Vermelha, onde se deu o descobrimento do Brasil, estão lá refugiadas, e os animais, Deputado Domingos, para se livrarem da água, acabam se refugiando nos lugares mais altos, nas casas. Então, dentro das casas, há cobra, há animal peçonhento, porque eles também querem fugir da chuva. E o Presidente da República diz que o isolamento que acontece lá é igual ao isolamento social. Não dá para permitir que haja uma desconsideração como essa. Eu quero prestar a minha solidariedade àquelas pessoas.

Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Parlamentares, também quero fazer um apelo aqui. Amanhã acontece o julgamento do recurso do Ministério Público de Minas Gerais contra a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de remessa dos processos contra a Vale e a TUV SUD para a Justiça Federal, tirando-os da Justiça mineira. É como se um caso de um homicídio acontecido em determinada cidade...

Eu vi aqui o Deputado Pompeo de Mattos falar sobre o caso da Boate Kiss, um caso que aconteceu no Rio Grande do Sul e foi julgado lá no Estado. Mas querem trazer aquele crime de Brumadinho, aquela tragédia de Brumadinho para ser julgada em Brasília, longe da sensibilidade das famílias e com a frieza das pessoas aqui.

Amanhã é o julgamento do recurso do Ministério Público contra essa decisão. Esperamos que o Tribunal de Justiça, que teve de nós o acolhimento do pleito em defesa da criação do TRF-6, uma luta nossa, tenha esse entendimento também para que esse processo fique no Estado de Minas Gerais. Esse é o apelo que nós fazemos. Estamos aqui solidários às famílias que não querem ver esse julgamento ser feito a distância, com a frieza das pessoas em Brasília, pessoas que não estão contaminadas e contagiadas, acima de tudo, com aquilo que aconteceu em Brumadinho, em Minas Gerais. Esperamos que seja feita justiça, com o acolhimento do recurso do Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 61/118

---

160.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 13/12/2021-22:16
Publ.: DCD 14/12/2021 -	- CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, sobre a instituição do Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional - RELP.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós precisamos aprovar a urgência e o mérito desta matéria, porque as pequenas e microempresas também sofreram, e muito, com a pandemia de COVID-19. São mais de 500 mil empresas que já receberam a comunicação, em função das suas dívidas com a União, de que estarão saindo do SIMPLES. São homens e mulheres que correm o risco de perder seus empregos. E a grande maioria das pequenas e microempresas é comandada por mulheres inclusive. São os pequenos mercados, as pequenas panificadoras, as confeitarias, as pequenas costureiras dos nossos bairros.

Portanto, para salvar essas empresas, eu peço, na condição de Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pequena Empresa, que é presidida pelo Senador Jorginho Mello, autor deste projeto, que votemos "sim", porque muito se fez, nesses últimos 2 anos, para salvar o País da pandemia e os pequenos e microempresários também precisam ser salvos.

Por isso, precisamos votar a urgência e o mérito da matéria, Sr. Presidente.

Conto com o apoio de todos e proponho que se vote, inclusive, por acordo na noite de hoje.

---

Documento 62/118

---



161.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 14/12/2021-09:32

Publ.: DCD  
15/12/2021 -

MARCON-PT -RS

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, sobre o repasse pela União de recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para aplicação em ações emergenciais no setor cultural. (a chamada Lei Paulo Gustavo). Indignação com as agressões físicas praticadas por seguranças do Presidente Jair Bolsonaro contra jornalistas, por ocasião de sua visita às regiões atingidas por enchentes no Estado da Bahia.

---

**O SR. MARCON** (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, quero saudar os Deputados e as Deputadas.

Venho aqui hoje falar sobre um projeto de lei que eu espero que o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, coloque em votação antes de terminar o ano legislativo. Trata-se do projeto de lei que cria a chamada Lei Paulo Gustavo.

Paulo Gustavo foi mais uma vítima do coronavírus, que o Governo Bolsonaro não fez nada para combater.

O Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, de autoria do Senador Paulo Rocha, subscrito pelo Senador gaúcho Paulo Paim, trata de uma ajuda aos nossos artistas e às pessoas com deficiência no setor cultural, que foi o setor mais penalizado no Brasil inteiro. Esse montante, que não é grande, corresponde a 10% do orçamento secreto: 3 bilhões e 800 milhões de reais. Esse recurso pode ajudar os nossos artistas. Eu posso falar dos músicos, dos artistas de rua, de teatro, de dança, de tantos outros artistas anônimos que nós temos neste País afora.

O nosso voto é favorável. A bancada do PT é favorável a esse projeto.

O próximo ponto do meu discurso é sobre a minha indignação com o ódio deste Governo de faz de conta. Aonde é que o Brasil foi chegar? Enquanto o povo está pedindo clemência, está pedindo ajuda em razão das enchentes na Bahia, o Messias, que não tem nada de Messias - tem, sim, de capeta -, vai à Bahia para fazer desfile eleitoral, vai à Bahia para fazer campanha e bater nos trabalhadores da imprensa. Não estou falando isso porque eram funcionários da *Globo*, estou

falando isso porque são trabalhadores.

Lá na Bahia, bate nos trabalhadores da imprensa. Lá no exterior, bate nos trabalhadores da imprensa. Aqui no Brasil, persegue negros, índios, pobres, LGBTs, idosos. Até quando esta Nação vai ficar de braços cruzados vendo este Presidente da República?

Foi até lá com os seus seguranças, com os cabos eleitorais do ódio, da raiva contra o povo, mas não disse nada sobre o que ele poderia fazer para o povo vítima das enchentes na Bahia. Foi até lá só para fazer carreata eleitoreira e esparramar ódio, em vez de esparramar solidariedade para o povo da Bahia e de Minas Gerais, onde ocorreram as enchentes.

Eu gostaria que os meus dois discursos fossem divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 63/118

---

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2021-09:56
Publ.: DCD 15/12/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ABERTURA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Agravamento da fome no Brasil. Natureza falaciosa da declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a retomada do crescimento econômico brasileiro. Regozijo com a não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021, sobre a reforma administrativa, e com a não privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de reversão do processo de privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 59, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, acerca da instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; e do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, relativo às diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente quanto ao dispositivo sobre o reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 42, de 2021, sobre a

alocação de recursos orçamentários para o pagamento do auxílio-gás.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Estamos chegando ao final do ano com um quadro de muito sofrimento para o povo brasileiro, muito sofrimento. A fome voltou a se instalar no Brasil, a fome que tinha sido eliminada do Brasil pelo Governo Lula, que foi desnaturalizada. Foi dito que não era natural nem a desigualdade nem a própria fome.

O Brasil já vivenciou a condição de estar livre da fome, como também já vivenciou a possibilidade de os filhos dos trabalhadores cursarem um nível superior, ou seja, estarem nas universidades, no Brasil da democracia, no Brasil que rompeu com todas as lógicas de desigualdade, que tinha um projeto nacional de desenvolvimento - o que não temos hoje.

O Ministro da Economia continua insistindo que a economia cresce em V. Cresce em V da vergonha talvez, V da condição virtual, porque a economia apresenta um desemprego resiliente e, ao mesmo tempo, uma inflação que chega a dois dígitos e a taxa de juros que deve chegar aos dois dígitos. Esse é o crescimento em V? É o crescimento em V num País em que esse Ministro da Economia busca, de forma desesperada, entregar o Estado à iniciativa privada ou aos próprios governantes?

Mas colhemos vitórias, porque não se conseguiu aprovar aqui a destruição do Estado com a PEC 32. E vamos fechar o ano com os Correios públicos e vamos reverter a autorização que aqui foi dada para que houvesse a privatização da ELETROBRAS.

Mas venho aqui para dizer que esse é um Governo extremamente misógino. Não há outra explicação por ter vetado a dignidade menstrual, vetar um projeto que custa um pouco mais de 84 milhões. Esse Governo, em 9 meses, gastou mais de 200 milhões em cartão corporativo, e essas despesas estão sob sigilo. É preciso derrubar o veto e assegurar a dignidade menstrual, que faz com que em cada quatro meninas e jovens, uma tenha já faltado as aulas em função da ausência de dignidade menstrual.

Mas não é só isso. Nós precisamos derrubar o veto da agricultura familiar, que é quem coloca comida na mesa do povo brasileiro, quem emprega no campo. E aí se vetou toda a construção de uma proposta de dar dignidade ou de fazer com que o Estado reconheça a função dos produtores familiares.

Mas também não é só isso. É preciso derrubar a ação desta Casa de quebrar patentes, que significa dar à população acesso aos

medicamentos.

São os desafios que estão postos. Esta Casa tem que se posicionar para fazer valer o seu próprio voto, para fazer valer o seu próprio trabalho, derrubando esses vetos dentre outros. O veto inclusive dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias que está posto. São os desafios. Além disso, é preciso aprovar o PLN do vale-gás.

Documento 64/118

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2021-10:08
Publ.: DCD 15/12/2021 -	- CELSO MALDANER-MDB -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### ***Sumário***

Imediata votação pela Casa do mérito do Projeto de Lei nº 3.754, de 2021, sobre o estabelecimento do marco legal das ferrovias. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 712, de 2019, acerca da criação de subvenção econômica para concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica de pequeno porte; e da instituição do Programa de Transição Energética Justa - TEJ. Reparcelamento de dívidas de pequenas e microempresas.

**O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, quero ressaltar a noite muito produtiva ontem, quando, praticamente quase até à meia-noite, votamos o projeto de lei das ferrovias, que é muito importante para o nosso País. Não é concebível a lei das ferrovias não ser prioridade! Esperamos que hoje, com a urgência votada, possamos votar esse projeto em primeiro turno. Inclusive, ele já foi votado no Senado. Já estão previstos 150 bilhões de investimentos.

Só para se ter uma ideia, em Santa Catarina consumimos mais de 7 milhões de toneladas de milho e produzimos em torno de 2 milhões de toneladas. Então, importamos de outros Estados do centro do País em torno de 5 milhões de toneladas. O custo do transporte se torna incompatível, o custo é muito alto, porque o caminhão percorre 3 mil, 4 mil quilômetros. Então a ferrovia que liga Cascavel a Chapecó será fundamental para levar insumos, grãos, soja e milho para as nossas agroindústrias. Por isso é muito importante agilizarmos a aprovação

desse projeto.

Também quero destacar o Projeto de Lei nº 712, de 2019, votado ontem, que trata do minério de carvão no sul do Estado. Nós íamos inviabilizar em torno de 80 mil empregos que geram mais de 5 bilhões de reais anuais. Com essa prorrogação, vamos dar uma cobertura a essa transição, para chegar a 2050 com zero de produção de carbono. É muito importante o que foi votado na noite de ontem.

Presidente, quero também destacar aqui o parcelamento das dívidas das micro e pequenas empresas que entraram em muitas dificuldades durante a pandemia - muitas fecharam. Então, essa condição de um novo parcelamento para milhares de micro e pequenas empresas colocarem em dia as suas contas será muito importante para o Brasil.

Esperamos que esta última semana de trabalhos possa render muitos frutos ainda aqui na Câmara Federal.

Era isso, Sr. Presidente. Gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 65/118

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2021-11:48
Publ.: DCD 15/12/2021 -	- HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Nacional do Forró. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Aplausos ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, pela decisão a favor do passaporte vacinal. Equívoco do conceito de liberdade individual defendido pelo Presidente da República.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente Charles Fernandes, cumprimento os colegas Parlamentares e o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara Federal.

Diz um ditado popular que, de onde menos se espera, daí mesmo é

que não sai nada de bom. Esta é uma das definições para os desatinos do atual Presidente da República no trato de muitos temas, mas, especialmente, no enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Neste último período, ontem ainda, em evento para se comemorar o Dia Nacional do Forró, ele, mais uma vez, usou aquela frase infeliz: "*Aqui está proibido usar máscara*". Isso é orientação que cabe ao Presidente da República de um país que está enfrentando, como todo o mundo, um novo sobressalto, ou seja, a variante Ômicron, que está surgindo em diferentes partes do mundo?! Nós esperamos que ela não seja mais grave e que a vacina consiga fazer a necessária cobertura.

O mais incrível é que, depois de se negar a comprar vacinas quando estavam disponíveis, depois de incentivar o não uso da máscara e as aglomerações, o Presidente e seu Governo - o Governo da polarização, o Governo do conflito, o Governo do ódio, o Governo da confusão, o Governo do negacionismo - vieram a público, num movimento nas últimas semanas, Presidente Charles Fernandes, para contestar aquilo que o mundo inteiro está adotando: o passaporte vacinal. Para proteger ainda mais todos os brasileiros, é preciso que se exija o comprovante de vacinação de quem entra no Brasil vindo de outros lugares do mundo.

Em boa hora, o Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, toma uma decisão que já devia ter sido tomada há semanas. Por orientação técnica da ANVISA, já estava determinado: é preciso adotar o passaporte vacinal, o comprovante de vacinação. Aliás, para irmos ao cinema, a lugares fechados, a restaurantes ou a bares, para entrarmos na Câmara Federal, no Parlamento brasileiro, é preciso exigir, sim, o comprovante de vacinação!

Eu gostaria, para finalizar, de falar dessa tal liberdade individual de que o Presidente Bolsonaro gosta muito de falar. Trata-se, na verdade, de uma falsa liberdade individual: é um conceito equivocado de liberdade individual. A liberdade individual deve, sim, ser preservada, Deputado Alencar, até o momento em que ela não coloca em risco a liberdade da sociedade como um todo. Vou dar um exemplo bem simples, Presidente Charles Fernandes. Alguém, por acaso, defende que um cidadão no trânsito tem a liberdade individual de andar a 150 quilômetros por hora no carro? Alguém, por acaso, defende que seria liberdade individual escolher andar na contramão de uma estrada? Não!

Portanto, quando nós falamos de saúde pública, quando falamos em proteger uma sociedade ou uma comunidade de um vírus, não podemos defender que alguém tem a liberdade individual de contaminar os outros, de estender a pandemia por mais tempo. Isso

significaria a liberdade para matar, o que não está previsto na Constituição brasileira.

Nós, de fato, defendemos a liberdade, defendemos a democracia. Nós estamos aqui com muita convicção para defender a decisão do Ministro Barroso e a decisão da ampla maioria dos brasileiros de que se deve, sim, exigir o passaporte vacinal daqueles que vêm de fora para entrar no Brasil e de nós brasileiros quando frequentamos diferentes ambientes fechados, ambientes em que há uma coletividade.

A proteção da coletividade demanda, sim, a vacina, que protege, que impede mortes e que, mesmo quando ocorre contaminação, diminui o impacto da doença sobre a pessoa que foi contaminada.

Vivam as vacinas!

Não ao negacionismo, ao atraso e à falsa liberdade!

---

Documento 66/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD 12:56	
Publ.: DCD - 15/12/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Dificuldades dos estudantes para regularização de débitos perante o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Apresentação pelo orador, na Comissão de Educação, de substitutivo a projeto de lei destinado à concessão de anistia total de dívidas junto ao FIES, contraídas até 30 de dezembro de 2020.

---

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero tratar neste momento de um assunto que tem incomodado milhares de brasileiros, pais, filhos e estudantes do Brasil: o endividamento com o FIES.

Muitos alunos no Brasil, principalmente muitos jovens, fizeram um financiamento para bancar o curso superior. Muitos deles não conseguem concluir o primeiro período da faculdade. Alguns insistem, mas acabam abandonando o curso. Muitos se formam, mas depois não conseguem trabalhar.

Para se ter acesso ao FIES, é preciso um fiador, é preciso garantia. Muitos se formaram já entre 2018 e 2019. Logo depois, veio a pandemia, e eles não conseguem um trabalho. Muitos estão

extremamente endividados neste País.

Recentemente, eu recebi mensagem de uma mãe desesperada. Ela recorreu ao FIES, fez um financiamento para o filho estudar. Ele se formou, mas não consegue trabalho. O banco está cobrando, o fiador está apertando, e ela não tem como pagar.

Sr. Presidente, eu preparei um substitutivo de uma relatoria de alguns projetos na Comissão de Educação. Protocolo o substitutivo hoje na Comissão de Educação para que nós possamos dar tranquilidade a esses alunos endividados com o financiamento estudantil no Brasil.

Nós estamos propondo, Presidente Charles, que quem concluiu apenas o primeiro período e não conseguiu mais tocar os estudos seja totalmente anistiado da dívida. A ideia é que quem estudou vários períodos, cursou, mas não conseguiu se formar e está endividado possa pagar parceladamente ou possa usar parte do Fundo de Garantia dele ou de parentes, de familiares, para pagar a dívida. É preciso dar uma chance para essas pessoas usarem precatórios ou dívidas da União para pagarem ao FIES, além de títulos da dívida pública e outros mecanismos de financiamento.

O aluno que se formou mas que está desempregado, Deputado Eli Borges - há muitos nesta condição -, formou-se, mas não consegue emprego, e está devendo. É preciso que ele tenha a chance de pagar, por meio de todos estes itens que eu citei: Fundo de Garantia, títulos da dívida pública, precatórios e outras formas de financiamento, com 100% de amortecimento da dívida, dos juros e das multas. Deve-se permitir também o pagamento por prestação de serviço público. Se o cidadão se formou como advogado, em direito, mas não consegue pagar o que deve, que ele possa prestar algum serviço à União, a algum Estado ou Município, em alguma área pública, para pagar a dívida.

Esta é uma forma que nós temos para fazer justiça. Digo isso porque a responsabilidade pelo acesso ao ensino superior é do Governo Federal. A Constituição diz que o compromisso de financiamento da educação é tripartite, ou seja, os Municípios, com o ensino fundamental; os Estados, com o ensino médio; e o Governo Federal, com o ensino superior.

O único que não cumpre sua parte neste processo é o Governo Federal! Os Prefeitos, se não matricularem todo mundo na escola, respondem a processo de improbidade administrativa. O Governo do Estado, também. Quanto ao Governo Federal, quem consegue passar na universidade pública tem acesso a ela; quem não tem acesso tem que pagar para estudar. Isso está errado!

E nós que já aprovamos tantos projetos aqui para perdoar dívida de bancos, do sistema financeiro, de empresas, seja do setor industrial, seja do setor agrícola, temos que ter sensibilidade também de entender que chegou a hora de nós fazermos justiça e anistiar a dívida dos estudantes, que, para poderem acessar o ensino superior, fizeram um financiamento no sistema brasileiro.

É uma forma de se fazer justiça. E eu quero clamar a este Parlamento, em nome de milhares de jovens do Brasil, de mães, de pais que estão sofrendo, que apreciemos este projeto com muita responsabilidade e sensibilidade.

Nós não podemos permitir que milhares de jovens deste Brasil estejam com o nome na SERASA, estejam com nome no SPC, porque se formaram durante o processo da pandemia e não conseguem pagar as suas dívidas.

Então, o nosso substitutivo está sendo apreciado, e a proposta é no sentido de que todas as dívidas contraídas até 30 de dezembro de 2020 tenham anistia total.

---

Documento 67/118

---

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2021-13:52
Publ.: DCD 15/12/2021 -	ROSANGELA GOMES-REPUBLICANOS -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos membros da Comissão de Seguridade Social e Família pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.995, de 2020, sobre o reconhecimento de igrejas, templos religiosos e comunidades missionárias como atividades essenciais para efeito de políticas públicas no âmbito do Poder Executivo.

---

**A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Obrigada, Deputado Charles Fernandes.

Eu queria agradecer a todos os Deputados e Deputadas que, nesta manhã, participaram da votação, na Comissão de Seguridade Social e Família, de projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 1.995, de 2020, que estabelece que as igrejas, os templos religiosos de qualquer culto são atividades essenciais, mesmo em período de pandemia.

Nós debatemos a matéria desde as 9h30min da manhã até agora, Deputado Pedro Uczai. Foi um debate, uma construção muito intensa, mas muito preciosa e valorosa, e aprovamos essa propositura, que é extremamente benéfica à população brasileira. Houve um gesto muito nobre por parte da Deputada Vivi Reis, que não pediu vista, e do Deputado Alexandre Padilha, que retirou o pedido de retirada, para que pudéssemos votar a matéria.

Hoje, Presidente Charles, é inegável o trabalho que a igreja já presta à sociedade, que é também direito constitucional. Essa matéria já foi peça do Supremo Tribunal Federal.

Nós sabemos que membros das igrejas, dos templos, neste momento de dificuldade, à noite vão entregar refeições a quem está na rua. Distribuimos toneladas de alimentos durante este período, este período muito sombrio, que ainda não acabou, que atormenta demais o coração do povo brasileiro e de outros países. Tomamos todos os cuidados que a Organização Mundial da Saúde e as autoridades sanitárias orientam. Realizamos as nossas reuniões com a medição de temperatura das pessoas na porta e usamos álcool em gel. Obrigatoriamente, tem que ser usada a máscara. Tomamos todos os cuidados, mas não deixamos de assistir a quem neste período entra em pânico, com medo de morrer, a quem tenta o suicídio. Eu mesma já fui testemunha de palavra empenhada e dirigida a uma família cuja mãe queria terminar com a sua vida porque perdeu o seu esposo. Então, um trabalho de extrema relevância já é realizado pelas autoridades religiosas.

Ao votarmos na Comissão de Seguridade Social e Família, normatizamos aquilo em que, neste momento de inovação em tantos outros setores e temas, encontramos uma lacuna. Então, estou muito feliz e grata a todos os integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, que favoravelmente votaram e aprovaram uma matéria importante como essa.

Deputado Charles, agradeço a paciência de V.Exa. e por estender o nosso tempo, para dizermos da importância deste momento.

Muito obrigada e boa tarde a todos.

---

Documento 68/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD	14:00
Publ.: DCD - 15/12/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---



## **Sumário**

Descaso do Governo Federal com o orçamento do Sistema Único de Saúde - SUS. Defesa da concessão de piso salarial digno aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente do dispositivo sobre o reajuste salarial dos agentes de saúde. Necessidade de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, relativo à instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas e todos os que assistem a esta sessão pela *TV Câmara*, pela terceira vez hoje subo a esta tribuna, agora para fazer dois registros importantíssimos.

No primeiro deles, quero falar do maior sistema público do mundo, o mais capilarizado, com uma infraestrutura invejável, que não tem sido respeitado por este Governo Federal do ponto de vista orçamentário, quero falar do Sistema Único de Saúde. Foi o SUS que segurou, na ponta, em cada Município, o combate à pandemia, através de Prefeitos e de Governadores. Todos estão de parabéns.

Em algum momento deste ano ainda nós haveremos de analisar a situação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Esses profissionais, um contingente de aproximadamente 400 mil pessoas, são responsáveis diretos pela prevenção de doenças, pela promoção da saúde, conforme reza a Estratégia Saúde da Família, que é o pilar primeiro do SUS entre nós. É preciso organizar a vida desses cidadãos e conferir a eles o piso salarial digno; é preciso desonerar o Prefeito, a gestão municipal, da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação ao pagamento dessa mão de obra; é preciso votar contra o Veto presidencial nº 44; é preciso analisar o caso dos profissionais da enfermagem nacional, do auxiliar de enfermagem, do técnico de enfermagem, para que tenham o seu piso definido, a partir do Senado Federal, e depois esta Casa também se debruce sobre essa matéria. É uma questão de justiça, de dar dignidade a esses profissionais, muitos dos quais deram a vida ao combate à pandemia, perante a omissão do Governo Federal em todo o território nacional.

É disso que se trata, Sr. Presidente. Nós estamos aqui manifestando algo que é justo. Esta Casa está pronta para praticar esse ato de justiça, para cumprir com o seu papel de dar dignidade aos profissionais da área da saúde, aqueles que estão na base, na casa dos beneficiários do SUS, que, na realidade, são todos os cidadãos e

cidadãos, brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 69/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD	14:12
Publ.: DCD - 15/12/2021 - MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Vinculação entre os 620 mil óbitos registrados no País pela Covid-19, e a recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra a doença viral. Desprezo do Presidente da República às camadas menos favorecidas. Baixo valor do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro às famílias carentes.

---

**O SR. MARCON** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, está terminando o ano, e vemos muitas dificuldades para o povo brasileiro. Neste ano, nós vimos muitas pessoas morrerem por causa do coronavírus, e o Presidente Bolsonaro dizia que era simplesmente uma "gripezinha".

Neste País eu nunca vi alguém falar que se questionava vacina. Quem questionou a vacina foi este Presidente da República e a sua turma. Na minha opinião, eles torciam para que esta pandemia matasse os pobres. Por isso o Bolsonaro não quis vacinar o povo. Só se deu conta e quis comprar vacina depois que viu que podia desviar 1 dólar por vacina. As 400 milhões de doses que foram compradas da China dariam mais de 2 bilhões de reais desviados. O engraçado é que não havia dinheiro para comprar. Foram comprar quando podiam desviar o recurso. Aí se foram mais de 620 mil brasileiros, mortos neste País, pais e mães de família - ficaram só os filhos. Em outras situações, morreram os filhos e ficaram o pai e a mãe, morreram os jovens. Muitos dos que se salvaram ficaram com problemas de saúde que ainda não foram resolvidos. Isso é o Governo que este País tem.

Mas alguém votou nesse Bolsonaro. Ele não caiu de paraquedas aqui no Palácio do Planalto. Ainda hoje há muitos que defendem ele. Em lugares pelos quais andamos, no interior do Estado, lemos naquelas placas grandes o seguinte: "*O povo deste Município está contigo, Bolsonaro*". Quem coloca essas placas deve ser tão fascista quanto o Bolsonaro, que conclama a morte, e não salva a vida do povo, que não gera emprego, que quer ver o povo cada vez mais miserável, mais

pobre, sem comida e sem emprego. Eles fazem propaganda antecipada neste caos que o País está vivendo.

Eu tenho uma certeza: quem se lembra do Governo Lula se lembra dos programas que o País teve, tanto de geração de emprego quanto de agricultura familiar, saúde, educação, moradia popular. Agora trocaram de nome. Não podia ser o Programa Minha Casa, Minha Vida, tinha que ser o Programa Casa Verde e Amarela. Nem o verde nem o amarelo saíram, Sr. Presidente, na prática, porque ninguém teve acesso a casa neste Governo Federal. O Governo Bolsonaro não faz nada para quem mais precisa. Tanto é verdade que fala em 400 reais de auxílio emergencial, mas, pelo que nós sabemos, até o mês de novembro ninguém teve acesso aos 400 reais, ninguém recebeu mais do que 220 reais.

Sr. Presidente, obrigado. Gostaria que o meu discurso fosse publicado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 70/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD 14:16	
Publ.: DCD - 15/12/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Saudações ao Líder Arlindo Chinaglia e às bancadas opositoras. Defesa de votação e rejeição do Veto Parcial nº 59, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, sobre a instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e do Veto Parcial nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Transcurso do 30º aniversário de criação do Núcleo Agrário do PT. Obstrução, pela base governista, à votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 42, de 2021, acerca da abertura do Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, de crédito especial no valor de R\$ 300.000.000,00, para o pagamento do auxílio-gás.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Boa tarde, Presidente Charles Fernandes. Peço a divulgação nos Anais

da Casa e no programa *A Voz do Brasil* deste meu pronunciamento.

Quero saudar o Líder da Oposição no Congresso Nacional, o Deputado Arlindo Chinaglia, e na sua pessoa as bancadas de oposição ao Governo Bolsonaro na Câmara e no Senado.

Estava prevista a realização de uma sessão do Congresso Nacional na última sexta-feira. Tínhamos obtido um acordo, dos partidos de oposição com o Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes, e havia a previsão da derrubada do veto ao "projeto de lei da dignidade menstrual", de autoria da Deputada Marília Arraes, com o apoio da bancada do PT, sobre a garantia de distribuição de absorventes para mulheres pobres, as que mais precisam. Esse projeto passou na Câmara e no Senado, e o Presidente Bolsonaro o vetou. Também estava prevista, no acordo para sexta-feira, a derrubada do veto à Lei Assis Carvalho.

Eu quero registrar minha saudação ao Núcleo Agrário do PT no dia de hoje, em que se completam os seus 30 anos.

A Lei Assis Carvalho, Presidente Charles, passou por consenso na Câmara e no Senado, e mais uma vez o Presidente Bolsonaro vetou, no momento, como nós estamos vendo, em que não há crédito agrícola. O PRONAF não está rodando por falta de cobertura, por falta de equalização da taxa de juros. Houve dolarização da economia, e o preço dos insumos para a produção agrícola, das máquinas, da ureia, das *commodities* para alimentação animal - caroço de algodão, soja, milho -, Deputado Joseildo Ramos, é proibitivo. A energia rural, com a Tarifa Verde, perdeu os seus subsídios - o Governo Bolsonaro derrubou os subsídios da tarifa rural -, e há carestia dos alimentos.

O Governo derrubou a sessão de sexta-feira. Foi chamada uma sessão para ontem, para aprovarmos o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 42, para garantirmos os recursos do vale-gás, projeto liderado pelo Deputado Carlos Zarattini, subscrito pela bancada do PT, aprovado na Câmara e no Senado. Esse projeto precisa de recursos, mas a base do Governo jogou para não haver a sessão do Congresso Nacional de ontem.

Portanto, na sessão do Congresso da sexta-feira última, na sessão do Congresso da última segunda-feira, com pauta de interesse do povo brasileiro, a base de Bolsonaro não deu quórum.

Quero fazer um apelo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados da base de Bolsonaro: sensibilizem-se com as necessidades e as carências do povo brasileiro e venham votar o PLN 42, para garantirmos o vale-gás!

Venham derrubar o veto à Lei Assis Carvalho! Venham garantir a derrubada do veto ao "PL da dignidade menstrual"! Venham trabalhar, venham trabalhar, em vez de fazer somente essa política bem definida pelo Governador Rui Costa quando Bolsonaro tentou manipular a situação de sofrimento dos baianos e baianas atingidos pelas chuvas! Rui Costa disse: "*A baixaria eu não respondo. Vou trabalhar pelo povo*".

É fundamental o quórum nesta Casa. A base de Bolsonaro tem que vir para cá. Vamos garantir o vale-gás, vamos derrubar o veto maldoso de Bolsonaro à Lei Assis Carvalho e o veto, também perverso, ao "projeto da dignidade menstrual".

Peço a transcrição deste pronunciamento nos Anais da Casa e sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 71/118

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2021-14:36
Publ.: DCD 15/12/2021 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza jocosa da comparação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de comunidades isoladas pelas enchentes no Estado da Bahia com o lockdown decretado em cidades brasileiras para prevenção da Covid-19. Indignação com agressões físicas praticadas por seguranças do Presidente da República contra profissionais da imprensa. Obstrução, pela base governista, da votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 42, de 2021, sobre a abertura ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, do crédito especial no valor de R\$ 300.000.000,00, para pagamento do auxílio-gás.

---

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos chegando ao final do ano legislativo, e esta será uma semana muito intensa.

Da Bahia, ontem, Deputado Charles Fernandes, todos nos revezamos nesta tribuna para registrar, de um lado, a tragédia que aconteceu após as fortes chuvas ocorridas em diversas regiões do Estado, atingindo

mais de 200 mil pessoas que, de alguma forma, tiveram prejuízo, perderam bens, perderam suas casas, ficaram ilhados, e, ao mesmo tempo, para registrar o absurdo da presença ali do Presidente da República em momento como aquele, em que nada fez, e jocosamente comparou o isolamento por conta da tragédia em que algumas comunidades ficaram com o isolamento do chamado *lockdown*. Mais do que isso, a comitiva agrediu repórteres do nosso Estado, jornalistas, chegando a dar uma gravata em uma mulher. Aliás, o Presidente e o seu entorno são sempre muito valentes com mulheres! Mas, com os homens, eles diminuem a força da conversa, talvez porque, de forma objetiva, a mulher se coloca em posição um pouco mais frágil.

Nós estamos nos preparando para votar matérias importantes hoje, e a base do Governo está sabotando votações como a do auxílio-gás, que pode fazer com que milhares de pessoas no Brasil voltem a cozinhar. Nós estamos vivendo essa situação, Deputado Daniel, com as donas de casa, mulheres chefe de família. São essas mulheres que vivem o cotidiano do desespero de sustentar as famílias sozinhas, pois 43% das famílias brasileiras são dirigidas por mulheres, e mulheres pobres, que agora têm que decidir se compram o gás de cozinha ou se compram comida. É nesse quadro que essa bancada governista, que aqui se manifesta para cima e para baixo, recusa, boicota, sabota a votação que pode garantir o acesso dessas famílias ao auxílio-gás.

Há também questões importantes, vetos fundamentais, que precisamos derrubar. Espero que nós possamos cumprir a nossa tarefa, como cidadãos brasileiros, para dar às famílias brasileiras a tranquilidade de chegarem ao fim do ano, ao Natal, à dobrada do ano no Ano-Novo com a esperança de dias melhores em 2022.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 72/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD	14:40
Publ.: DCD - 15/12/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Não realização, pelo Governo Federal, de investimentos necessários ao enfrentamento da Covid-19. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, na parte concernente ao reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Necessidade de aprovação pela Casa

das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 22, de 2011, e 14, de 2021, respectivamente sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde - SUS, na política remuneratória e na valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias; e sobre o estabelecimento do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e a concessão de aposentadoria especial e exclusiva à categoria. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, a respeito da criação do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira; e do Projeto de Lei nº 2.595, de 2.295, de 2000, pertinente ao estabelecimento da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos ainda vivendo a pandemia do coronavírus. E a saúde no País, com todos os limites, a falta de recursos, o negacionismo do Presidente da República, tem procurado encontrar saídas, respostas para esse desafio da humanidade. Não é mais novidade que o Brasil tratou muito mal esse problema a partir da atitude do Governo Federal, que continua a não acreditar na ciência, a não fazer os investimentos necessários para o enfrentamento da pandemia.

Mas não é só a pandemia. Ficou evidente o papel de profissionais da saúde, especialmente aqueles que estão na ponta, lidando no dia a dia com a vida das pessoas, acolhendo-as, fazendo a saúde preventiva. E esta Casa não pode deixar de reconhecer o papel desses profissionais. Falo aqui dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, que frequentam esta Casa há mais de 20 anos, buscando o reconhecimento dessa profissão e a valorização da atividade, com a definição de suas atribuições e de uma remuneração minimamente digna.

Já fizemos várias votações aqui. Não é possível aceitarmos que se encerre este período legislativo sem tratarmos do item 8 do Veto nº 44, para que nós possamos derrubá-lo. Garantiremos, assim, um piso salarial aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, sem termos condições de aprovar a PEC 14 e a PEC 22, para dar a estrutura necessária, do ponto de vista da nossa Constituição, a essa atividade tão fundamental, tão essencial. Quero aqui, portanto, cobrar de forma veemente que se marque a sessão do Congresso Nacional para a derrubada do veto e a sessão da Câmara dos Deputados para a apreciação das duas PECs.

Outro setor de destaque é o de enfermagem. Foi absolutamente indispensável ter esses profissionais. Dois milhões e meio deles estão espalhados pelo País inteiro cuidando de pessoas. Muitos perceberam a essencialidade da atividade dos enfermeiros, técnicos, auxiliares, que

há tanto tempo estão batalhando para ter um piso salarial.

O Senado acolheu, Deputado Charles Fernandes e Deputado Marcelo Ramos, essa demanda: um piso de 4.750 reais para o profissional de nível superior, 50% desse piso para o auxiliar e 70% para o técnico de enfermagem.

Não pode haver desculpas. Dizer que não pode? Há impacto para o mundo empresarial da saúde, nas Prefeituras. Quem não pode pagar essa conta são os profissionais. Eles precisam ser valorizados, reconhecidos, ter uma remuneração digna para continuar prestando esse serviço tão essencial.

A matéria foi votada no Senado e está nesta Casa. Eu quero aqui cobrar mais uma vez que ela seja pautada, porque não podemos encerrar este período sem apreciar o Projeto de Lei nº 2.564, e 2020, e, a partir daí, que nós tenhamos o patamar mínimo para o exercício dessa atividade, a valorização mínima desses profissionais.

Portanto, são estes os dois apelos: cuidar dos agentes comunitários de saúde, pautando as matérias que lhes dizem respeito, igualmente dos profissionais da enfermagem. Ainda há, ao lado do piso salarial, a jornada de 30 horas, há tantos anos sendo demandado nesta Casa.

Quero fazer um apelo ao Presidente da Casa e a todos os Parlamentares para que isso seja feito ainda durante esta semana.

---

Documento 73/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD	14:44
Publ.: DCD - 15/12/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Diego Picucha e comitiva, do Município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul. Apoio do PDT à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a não responsabilização dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos seus agentes públicos, pela não aplicação de percentuais mínimos da receita na área educacional nos exercícios financeiros de 2020 e 2021. Excelência da gestão do Prefeito Diego Picucha.

---

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estão aqui comigo o Dr. Diego Picucha,

Prefeito da cidade de Parobé, no Rio Grande do Sul; o Dr. Marcos Vinicius Carniel, advogado e procurador do Município; o Dr. Vinicius Felipe, também advogado; e o Vereador Luiz Heleno da Silva, que representa a bancada do PDT. Todos são liderados pelo Prefeito Diego Picucha, que veio a Brasília lutar pela aprovação da PEC que equilibra a relação dos gastos em educação, com a retirada da obrigatoriedade dos gastos mínimos de 25%. Na pandemia, os Prefeitos gastaram mais na saúde e menos na educação, porque foram abertos hospitais, UTIs, e foram suspensas as aulas nas escolas. Não tinha como cumprir essa meta. A PEC, votada hoje, foi aprovada e o PDT votou a favor. Somos aqui uma equipe do PDT. Nós temos esse compromisso.

Diego Picucha vem fazendo uma grande gestão. É um jovem Prefeito, já reeleito para o segundo mandato, e assumiu um desafio muito grande. Parobé, quem te viu, quem te vê! Ele elevou a autoestima do nosso povo, da nossa gente. Nós temos um orgulho muito grande na parceria que estabelecemos. Temos recursos destinados a Parobé nessa parceria. Ganha Parobé, ganha o seu povo, ganha a nossa gente. Eu tenho orgulho de representar Parobé já por vários mandatos, mas um Prefeito do PDT é a primeira vez que nós temos - obreiro, realizador, com uma equipe que faz a diferença. Nós vamos continuar trabalhando com bons projetos.

O Prefeito veio aqui também em busca de recursos, e não volta de mãos vazias. Aqui o campo não tem porteira, a porta não tem tramele e não se dá ô de casa em tapera.

Sejam bem-vindos!

Muito obrigado.

---

Documento 74/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021 - CD	14:56
Publ.: DCD - 15/12/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, originária do Senado Federal, acerca da permissão aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de descumprimento da obrigatoriedade constitucional de realização de investimentos mínimos na educação. Apoio do PDT à proposição.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa.

Eu venho à tribuna para enfatizar que, na Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos agora pela manhã - em termos de admissibilidade, é verdade - a PEC que isenta de responsabilidade os Prefeitos que não conseguiram gastar os 25% em educação, para que não haja absolutamente nenhum questionamento por conta do Tribunal de Contas do Estado - ou da União, especificamente -, muito menos do Ministério Público, ou seja, dos órgãos de controle, porque, na essência, nós sabemos que estamos vivendo um período de excepcionalidade. Essa PEC prevê que, nos anos de 2020 e 2021, aquele Prefeito que não gastou os 25% mínimos previstos em educação, conforme prevê a Constituição, não terá absolutamente nenhuma penalização.

O PDT votou a favor do projeto, e eu fiz essa defesa. E quem sabe estou aqui vaticinando ao Dr. Diego Picucha que será um dia Deputado no Rio Grande do Sul e, talvez, nesta Casa. Mas, por ora, ele é Prefeito de Parobé, em seu segundo mandato. E os Prefeitos do Rio Grande do Sul, enfim, do Brasil vieram a Brasília para dialogar com os Deputados e fazer ajustes na indicação, para que essa proposta de emenda constitucional seja aprovada.

Isso porque, sim, com a pandemia, nós aumentamos o gasto com a saúde e diminuimos o gasto com a educação, porque tínhamos que abrir hospitais, abrir UTIs. Ao mesmo tempo, fecharam-se transitoriamente salas de aulas e escolas por conta da pandemia, para evitar a aglomeração e a transmissão do vírus. Então, é justo que haja mais gasto na saúde, e é compreensível que diminuam os gastos na educação.

O Prefeito não pode ser penalizado por isso. Como é que o Prefeito vai pagar por um crime que não cometeu? Por algo em que ele teve uma ação correta? O Prefeito que não gastou é porque zelou do dinheiro público. Não tem como ficar gastando a Deus dará, atirando dinheiro para cima, mas tem que respeitar, tem que reconhecer.

Então, nós aprovamos esta PEC. O PDT chamou para si a responsabilidade, e os Prefeitos estão sendo respeitados. Eu não tenho dúvida de que nenhum Prefeito será responsabilizado por isso, porque quem não gastou é porque zelou pelo dinheiro público.

Está aqui o Vice-Prefeito da nossa querida Pinhal, do Rio Grande do Sul, Sr. Claudiomiro, que falaria a mesma coisa. Os Prefeitos foram zelosos, foram respeitosos com o dinheiro público, e, como tal, não podem ser punidos sob nenhum aspecto por Tribunal de Contas, por

nenhum órgão de controle, ou seja, não podem responder por crime de responsabilidade, porque foram efetivamente responsáveis e zelosos com o dinheiro público: gastaram mais em saúde, gastaram menos em educação. E a legislação precisa ser adequada para cumprir com essa realidade.

Então, parabéns aos Prefeitos do Brasil!

Eu fui Prefeito e sei. Eu respeito os Prefeitos, porque Prefeito também fui.

---

Documento 75/118

---

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/12/2021-15:32
Publ.: DCD 15/12/2021 -	- GUSTAVO FRUET-PDT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imprecisão das respostas do Poder Executivo aos requerimentos de informações do orador sobre a questão das vacinas contra a Covid-19; a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira - FAB; e os critérios e a quantificação de dados classificados pelo Governo Federal como sigilosos, secretos e ultrassecretos. Encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União - TCU, das informações prestadas ao Parlamentar pelo Poder Executivo.

---

**O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Sem revisão do orador.)** - Presidente, desde o início da legislatura, respeitando a Constituição e considerando a autonomia parlamentar, apresentei alguns pedidos de informação ao Governo Federal. Alguns, foram respondidos objetivamente, de forma clara, mas muitos deles não foram respondidos de maneira precisa, foram respondidos de forma evasiva. Isso, mais do que uma desconsideração a um pedido de um Parlamentar, é um descuido - uso esse termo para ser educado - em relação à prerrogativa do Parlamento e também a uma exigência que é cada vez mais impositiva, a da transparência.

Cito três casos. O primeiro diz respeito às vacinas, quando começou a pandemia. A resposta se mostrou errada, mentirosa, como se comprovou depois, já no início dos trabalhos da CPI da COVID, no Senado.

O segundo caso refere-se à solicitação por autoridades públicas, em

especial do Poder Executivo, de utilização de aviões da Força Aérea Brasileira. De maneira inédita, o Ministério da Defesa informa que não tem controle sobre a relação das pessoas que viajam nessas aeronaves. Possui tão somente o nome de quem solicitou o uso da aeronave. Transfere a responsabilidade por um controle que, evidentemente, tem que ser realizado.

E o terceiro é relativo ao número, aos critérios e à quantificação de dados classificados neste Governo como sigilosos, secretos e ultrassecretos, seja pela Casa Civil, seja pelo Gabinete de Segurança Institucional, seja pela Controladoria-Geral da União.

Em regra, as informações são imprecisas. Muitas vezes - destaco isso até de forma irônica -, há referência a algum *site*, a algum endereço eletrônico, mas, ao se acessar o *site*, não se encontra nenhuma informação.

Diante disso, encaminhei todas essas informações ao Tribunal de Contas da União. Ontem recebi resposta do Presidente em exercício do Tribunal de Contas, o Vice-Presidente, Ministro Bruno Dantas, que determinou, com base nas informações da Secretaria-Geral de Controle Externo e da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do tribunal, a abertura de novos procedimentos de fiscalização. Devido à proximidade do encerramento das atividades deste ano, serão realizados a partir do ano que vem. Mas destaco que consta das observações da equipe técnica que a situação é preocupante, já que o uso indevido do instrumento da classificação de atos pode comprometer um dos pilares do Estado Democrático de Direito, a transparência dos atos governamentais. E destaco que o tema é abordado considerando-se o objetivo estratégico de controle externo, sendo a transparência fundamental na atuação do Tribunal de Contas da União, cumprindo-se um princípio que é universal e que está disposto na Constituição.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 76/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 15/12/2021 - DELEGADO ANTÔNIO FURTADO-PSL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Deputados de subscrição de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.367, de 2020 sobre a concessão do 14º

salário a aposentados e pensionistas.

---

**O SR. DELEGADO ANTÔNIO FURTADO** (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria solicitar a todos os meus colegas Parlamentares que não se esquecessem de um pleito importante: o 14º salário.

Nós temos no Brasil 35 milhões de aposentados e pensionistas, e eles não tiveram um único benefício concedido pelo Governo. Assim sendo, como o 13º salário já foi adiantado, eu peço que essa matéria seja votada. Quem puder aqui ajudar assine o requerimento de urgência. Os nossos aposentados e pensionistas agradecem, uma vez que 95% deles ganham apenas um salário mínimo. É uma causa importante. Eles ajudaram as suas famílias, durante esse período pandêmico. E é isto o que nós temos que fazer: apoiar aposentados e pensionistas.

Aqui fica o meu apelo: por favor, assinem o requerimento de urgência, para que o projeto possa vir logo ao plenário, ser votado e ser aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 77/118

---

161.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021- CD 19:12	
Publ.: DCD - 15/12/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Elevado índice de desaprovação do Governo Jair Bolsonaro, e preferência do eleitorado brasileiro à candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial, segundo o Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação Digital. Queda da produção industrial brasileira. Cenário de fome e desemprego reinante no País. Prática do crime de genocídio pelo Presidente da República, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Natureza eleiçoeira da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Necessidade da adoção de medidas de redução dos índices inflacionários e dos preços de combustíveis. Submissão da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS aos ditames das grandes companhias internacionais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa

de rejeição da proposta de atualização do Código de Mineração.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu pedi para usar o tempo da Liderança do partido e quero agradecer ao Líder Bohn Gass a cessão do tempo. A bancada do Partido dos Trabalhadores pediu que eu não falasse do título do Clube Atlético Mineiro, glorioso bicampeão nacional e futuro bicampeão da Copa do Brasil. Então, eu vou falar de uma pesquisa novinha, que acaba de ser divulgada, que saiu do forno agora.

É importante falar dessa pesquisa, até para compreendermos o que tem acontecido no Brasil e a situação em que o nosso País se encontra. É uma pesquisa do Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação, o antigo IBOPE, que já foi o principal instituto de pesquisa brasileiro.

Dados do IBOPE mostram que a aprovação do Governo Bolsonaro, Deputado Vicentinho, está em 27%, e a desaprovação do Governo Bolsonaro está em 68%. É o ponto mais alto da desaprovação do Governo, em todo o período do Governo Bolsonaro.

Segundo a pesquisa, 27% do povo brasileiro confiam no Presidente Bolsonaro - acho muito ainda -, e 70% do povo brasileiro não confiam no Presidente. Já 55% do nosso povo acham o Governo do Presidente Jair Bolsonaro ruim ou péssimo, e apenas 19% acham o Governo bom.

O Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação, o antigo IBOPE, ainda consultou a preferência do eleitorado, caso as eleições fossem hoje. E, óbvio, não deu outra: o ex-Presidente Lula aparece com 48% das intenções de voto no primeiro turno; o Presidente Jair Bolsonaro tem apenas 21%; e o ex-Juiz Moro tem 6% das intenções de voto.

Essa pesquisa retrata, é claro, o Brasil atual, retrata aquilo que o povo brasileiro vem assistindo, o que vem acontecendo com o bolso do brasileiro e com o País.

Nós estamos no quinto mês de queda em produção industrial - olhem a incompetência deste Governo -, no terceiro mês de queda em vendas no varejo e no segundo mês de queda em volume dos serviços. Ou seja, não há recuperação econômica. Então, mentiu mais uma vez o Ministro Paulo Guedes.

O índice de desemprego continua altíssimo, com o desemprego atingindo em torno de 14 milhões de brasileiros e brasileiras. A inflação, Deputada Benedita, já está na casa dos dois dígitos e se repete.

Existem no Brasil pessoas com fome, comendo osso. E há um genocídio, pois a pandemia chegou a matar mais de 600 mil pessoas no Brasil. E foi genocídio mesmo, uma vez que o Presidente dizia que se tratava de uma mera "gripezinha" e que todos deveriam continuar indo às ruas, adquirindo o vírus, porque isso iria salvar a economia brasileira. Hoje, temos a economia embicada para baixo e as famílias chorando os mortos.

O que tem isso a ver com esta discussão de hoje da PEC dos Precatórios, ou "PEC do Calote"? Tem tudo a ver com esta discussão, porque a pergunta que se tem que fazer é a seguinte: qual é a proposta econômica do Governo? O que ele tem para combater a fome, para diminuir a inflação, para aumentar o nível de emprego no Brasil, para paralisar a política de genocídio? Qual é a política econômica do Governo? E o Governo responde com a "PEC do Calote", como se isso fosse resolver as questões econômicas e a fome do povo brasileiro - não vai! A "PEC do Calote" é meramente uma jogada eleitoreira, em véspera de eleição, e não levará à geração de emprego e renda.

Nós precisamos combater a inflação, e não se combate a inflação aumentando taxa de juros neste momento da vida política e econômica brasileira. Acontece que a economia já está lá embaixo, e, se você aumenta a taxa de juros, o significado disso é que a economia vai mais para baixo ainda, e nós vamos ter, portanto, não um crescimento econômico, mas uma ainda maior crise de crescimento econômico no Brasil. O aumento da taxa de juros leva a uma queda maior da economia. *"Ah, isso vai melhorar o conteúdo inflacionário brasileiro."* Não! E digo isso porque a inflação brasileira é a inflação dolarizada, é a inflação da gasolina cara, da PETROBRAS colocada a serviço das grandes empresas internacionais e não do povo brasileiro, colocada a serviço dos seus cotistas e a serviço dos bancos internacionais que tem parte hoje do lucro que a PETROBRAS divide através de dividendos. Então, não mais se trata de uma empresa pública que tem o dever do controle inflacionário, que tem o dever de manter um preço de *diesel* e de gasolina condizente com o País, que é um dos grandes produtores de petróleo do mundo e que tem refinarias que podem, através do refino, colocar o Brasil autossuficiente na produção de gasolina e óleo *diesel*.

Por isso, o Presidente Lula disse outro dia que, se fosse o Governo dele - e nós esperamos que o Lula venha a ser Governo de novo -, o preço da gasolina não estaria nas alturas, nem o do óleo *diesel*, nem o da energia elétrica, porque combateríamos a inflação fazendo com que as nossas estatais servissem ao povo brasileiro, e não apenas para dar lucro e gerar dividendos para os grandes acionistas que hoje dominam essas empresas e recebem polpudos dividendos.



Esse, portanto, é o quadro que vivemos no Brasil de hoje. E o Governo apresenta ao povo brasileiro só matérias impopulares. Uma delas é essa "PEC do Calote", que faz, mais uma vez, a educação e o FUNDEF sofrerem e coloca no médio prazo uma verdadeira bomba, uma dinamite que vai estourar em breve em qualquer outro governo que venha aí. Portanto, aprovar a "PEC do Calote" só fará mal ao Brasil e ao povo brasileiro.

O Governo fala também em privatizar, vender tudo, como se isso fosse solução para que o Brasil retomasse o desenvolvimento econômico, e nós sabemos que não é. O Governo fala em PEC 32. Imaginem, Deputados e Deputadas, fazer agora a "privataria" da prestação do serviço público, privatizar os recursos do SUS - Sistema Único de Saúde, privatizar os recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, privatizar os postos de saúde, privatizar as universidades brasileiras, fazendo com que o povo, em vez de ter serviços gratuitos e de boa qualidade na educação e na saúde, passe a ter também que arcar com isso. Imaginem se o povo brasileiro tem condições de, num período desses, de inflação, desemprego, miséria e fome, ainda arcar com o custo da educação, da saúde dos seus filhos, das suas famílias. Privatizar, portanto, através dessa PEC 32, só iria piorar as condições do povo brasileiro. Por isso o povo foi às ruas e derrotou a PEC 32. Amanhã haverá um ato dos servidores públicos aqui em frente para comemorar que o Governo Bolsonaro não conseguiu aprovar a PEC 32 e não tem 308 votos para privatizar a prestação de serviço público de educação e de saúde no Brasil.

Chamo a atenção também do povo brasileiro para o fato de que é preciso ter muito cuidado com esse Código de Mineração que está parado agora num grupo de trabalho aqui na Casa. Ao invés de avançarem aqui na Câmara nas propostas que a CPI de Brumadinho fez para melhorar as condições do meio ambiente e para melhorar as condições daqueles que são atingidos por barragem, querem aprovar um Código de Mineração para facilitar ainda mais a exploração predatória de minério em terras indígenas, no Amazonas, nas montanhas mineiras, colocando em risco tudo aquilo que nós sabemos que a mineração coloca em risco, como comprovam aquelas tragédias criminosas que aconteceram em Brumadinho e Mariana, que sepultaram vidas e sepultaram rios.

Presidente, esta PEC dos Precatórios, a "PEC do Calote", é, portanto, peça de ficção deste Governo, um governo que - eu repito - já está com 68% de rejeição. É o povo brasileiro gritando: "*Fora, Bolsonaro! Ninguém te aguenta mais!*".

---

161.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/12/2021-21:36
Publ.: DCD 15/12/2021 -	CELSON M. MALDANER - MDB - SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevado recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina. Perspectivas não animadoras para o agronegócio em 2022.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSON M. MALDANER.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. O ano anterior foi difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que se previa, atrapalhando muito a economia, tirando empregos e fazendo com que empresas fechassem, além de deixar famílias sem entes queridos seus.

Surgiu essa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, aumento do desemprego e diminuição da renda. A

Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento, que poderiam contribuir no período pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária que analisava a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa, após falta de interesse do próprio Governo. Já a PEC 110/19, que tramitava no Senado e tinha votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam o avanço e prejudicou a credibilidade de empreendedores e investidores.

Quanto à reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e estabelecer um teto para os supersalários, com a emenda antiprivilégios, não teve um aceite.

Como se não bastasse não ter sido feito o tema de casa - a aprovação dessas reformas de que o Brasil precisa -, surgiu o polêmico assunto do orçamento secreto e da compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator. O "toma lá, dá cá" da velha política foi escancarado. É legítimo o pleito de aumento de recursos para programas sociais, usando-se recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, mas a "PEC do Calote" tira direitos de quem tem a receber recursos de precatórios reconhecidos pela Justiça. Felizmente conseguimos manter a regra de ouro com o teto dos gastos, mas aquela medida prejudicou ainda mais a credibilidade perante investidores.

No que se refere ao combate à corrupção, que continua sendo o cupim da República, não temos nada para comemorar. A PEC 199/19, sobre prisão em segunda instância, foi alvo de manobras de políticos do Centrão para se impedir a votação dessa proposta. Um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão da PEC 333/17 na Ordem do Dia, mas, infelizmente, a impunidade alimenta a corrupção, que desvia o dinheiro dos contribuintes e atrasa o desenvolvimento social e econômico do País. Por isso, não é combatida.

No plenário da Casa, a pauta mais importante que andou foi a da autonomia do Banco Central, uma medida necessária para que a circulação da moeda pudesse aumentar.

No que diz respeito a emendas parlamentares, foi mais um ano em que alcançamos aproximadamente 50 milhões de reais em recursos para

os Municípios catarinenses, para as áreas de saúde, agricultura, infraestrutura urbana e turística, obras esportivas e de lazer, segurança e ação social. Em média, 4 milhões de reais ao mês foram pagos. É um saldo para se comemorar. Esse é o resultado de um trabalho de mãos limpas na defesa do municipalismo.

Vamos entrar em 2022 com uma perspectiva não muito boa. Eu sempre quero ser otimista, quero ter entusiasmo, ver as soluções dos problemas, mas, infelizmente, 2021 deixou muito a desejar, e o ano que vem, com a inflação e a taxa SELIC chegando a dois dígitos, será muito difícil. O que tem segurado a nossa economia é o agronegócio, mas há as dificuldades climáticas, como a seca, e os custos de produção aumentaram muito. Isso vai ser muito prejudicial.

Apesar de 2022 ser ano eleitoral, precisamos fazer andar esses temas, que são essenciais para a credibilidade da política e do País. Assim, vamos conseguir amenizar os problemas e retomar o crescimento. A sociedade nos pede isso. Estejamos à altura das nossas responsabilidades com o futuro da Nação.

---

Documento 79/118

---

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/12/2021-10:08
Publ.: DCD 16/12/2021 -	- SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reafirmação do compromisso do orador com o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre o estabelecimento do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Imediata votação pela Casa da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, relativa à instituição do Programa Internet Brasil. Inclusão, no Programa Auxílio Brasil, dos beneficiários inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico.

---

**O SR. SIDNEY LEITE** (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui reafirmar o meu compromisso com o Projeto de Lei nº 3.394, de 2020, que atende um clamor de uma categoria tão importante para o sistema de saúde, que são os enfermeiros. Lá atrás, recebendo uma comissão do meu Estado, eu já havia reafirmado o compromisso. Inclusive, nesta

Comissão havia enfermeiros indígenas, que trabalham dando assistência e levando os programas de saúde à população indígena.

Compreendo e entendo a importância da enfermagem no Sistema Único de Saúde, destacando que são eles que coordenam e executam os programas dentro do SUS. Por isso, quero reafirmar o meu compromisso na luta pelo seu piso salarial, que é uma luta justa, que faz, por parte de nós, Deputados, o reconhecimento para com essa categoria.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de destacar aqui a Medida Provisória nº 1.077, que, para a nossa região, a Amazônia, é de fundamental importância. Eu não acredito em outro instrumento que não seja a educação, não só como oportunidade de melhoria da qualidade de vida individual, mas como avanço coletivo. Garantir a Internet nas escolas - e nesse caso, a Internet 5G - com certeza contribuirá decisivamente para que nós possamos melhorar o processo de ensino e aprendizado, bem como a qualidade da formação dos nossos professores, com formação continuada, e não só isso, que as nossas crianças possam adentrar no mundo virtual. Na Amazônia, a grande maioria das escolas infelizmente não tem acesso à Internet. E eu estou falando de escolas na área urbana, não estou aqui citando as que são desprovidas por um todo, que são escolas na área rural, nas áreas indígenas, e que precisam desse instrumento, para que nós possamos fazer educação na sua plenitude.

Entendo que esta Casa deva se debruçar com urgência no sentido de analisarmos e votarmos a Medida Provisória nº 1.077, de 2021.

Sr. Presidente, eu gostaria também de destacar que entendo que esta Casa não pode se furtar a essa luta para que o programa de renda mínima que substitui o Bolsa Família, o Auxílio Brasil, possa contemplar mais do que uma parte da população que precisa neste momento. Nós sabemos que, em todos os Estados da Federação, existem milhares de pessoas que estão no CADÚNICO esperando para receber um benefício do Governo Federal e que não são contempladas.

Diante disso, quero fazer um apelo ao Líder do Governo para que nós possamos contemplar todos aqueles que estão no CADÚNICO. No meu Estado, são quase 300 mil famílias. Só na cidade de Manaus, mais de 130 mil famílias estão no CADÚNICO esperando para receber um programa de renda mínima.

Sr. Presidente, a fome não espera, por isso é importante que este Parlamento esteja unido, no sentido de atender a todos aqueles brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza, que precisam garantir

alimento para o seu sustento e o sustento da sua família.

Solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer. Meu muito obrigado.

---

Documento 80/118

---

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/12/2021-10:40
Publ.: DCD 16/12/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### *Sumário*

Existência no Brasil de 50 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO. Suspensão, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de contribuições do País para a FAO. Descumprimento, pelo Presidente da República, das medidas de prevenção e combate à epidemia de coronavírus. Cenário de desemprego e miséria reinante no Brasil.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vendo os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, uma respeitada instituição da ONU que combate a fome no mundo. Os dados são aterrorizantes: nós temos mais de 14 milhões de famílias, ou cerca de 50 milhões de pessoas, vivendo em situação de extrema pobreza. Este é o pior patamar de miséria até então já vivido no Brasil.

Não por acaso o Presidente Bolsonaro, assim que assumiu a Presidência, suspendeu o pagamento obrigatório das contribuições do Brasil à FAO. Por que isso? A dívida com a FAO já atinge 300 milhões de reais. A FAO é uma instituição internacional que já teve como Presidente nosso brasileiro Graziano da Silva, uma instituição que tem colaborado no combate à fome e à miséria no mundo. A FAO é uma instituição que reconhece no Brasil de Lula e no Brasil de Dilma um momento de combate à fome no nosso País, um momento de investimentos na agricultura familiar, um momento de combate à miséria.

Até hoje nós não conseguimos que o Governo realmente combatesse a

COVID neste País. Ao contrário, diante desta pandemia, o Governo ainda sabota as vacinas e o uso de máscara.

E o que ele faz para o combate à fome? Ele tira, Deputada Erika Kokay, o prato de comida da mesa do trabalhador e da trabalhadora. A situação do nosso povo é grave. É grande o desespero.

Quero dizer que até mesmo no caso da contribuição generosa que cada um de nós faz ao doar alimentos, as pessoas estão esbarrando numa dificuldade: elas não podem cozinhar o alimento que estão recebendo porque não podem comprar o gás! Isso é muito sério. Nós precisamos ter outro olhar, um olhar de esperança que nós esperamos para 2022, um olhar para mudar esta perspectiva de miséria absoluta e de desemprego.

Por isso, nós esperamos ter em 2022 Luiz Inácio Lula da Silva eleito Presidente do Brasil, para resgatarmos não só os projetos que deram certo no combate à fome e à miséria e projetos de inclusão social, mas também um Brasil de desenvolvimento para todos e todas.

Muito obrigada.

---

Documento 81/118

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/12/2021-11:12
Publ.: DCD 16/12/2021 -	HEITOR SCHUCH-PSB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Avanço da vacinação contra a Covid-19 no País. Valorização do Sistema Único de Saúde - SUS. Destinação de recursos de emendas orçamentárias para hospitais no Estado do Rio Grande do Sul. Ocorrência de fraudes na concessão de empréstimos consignados. Aumento do repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Retirada do art. 115 da Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019, a PEC do Pacto Federativo, destinado à extinção de pequenos municípios. Empenho na aprovação do Projeto de Lei nº 4.367, de 2020, sobre a concessão do 14º salário a aposentados e pensionistas. Desafio de retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Necessidade de redução dos índices inflacionários, das taxas de juros, bem como dos preços de alimentos, de combustíveis e de energia elétrica no País.

---

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e colega Deputado Ricardo Silva, do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, é bom vê-lo à Mesa.

Quero manifestar-me fazendo uma pequena reflexão e uma avaliação deste ano que está findando, o segundo ano da pandemia. O ano de 2021 certamente não foi um ano nada fácil. O avanço da vacinação foi, sem dúvida, a grande vitória: a vitória da ciência e a vitória do Sistema Único de Saúde, que precisa ser valorizado e precisa efetivamente receber mais recursos para ser fortalecido. A saúde, afinal, é prioridade. Sem saúde, ninguém trabalha, ninguém produz. Uma pessoa doente é um problema para o País, para a família, para todo o mundo.

Eu queria registrar que, nesta temática das emendas parlamentares, das emendas da bancada gaúcha, nós sempre temos priorizado o trabalho dos hospitais, dos consórcios, ao destinarmos mais de 50% dos recursos para estas atividades. Bom seria que cada região tivesse um centro médico regional para encurtar as distâncias, para diminuir as horas de viagem e para facilitar a vida das pessoas que porventura precisam.

Diante disso, eu queria registrar que neste ano, nesta Casa, nós nos debruçamos muito fortemente sobre alguns temas que incomodaram nossa gente. Quem é que não se incomoda em sofrer uma fraude no crédito consignado, ou receber um valor sem nunca ter solicitado e ter que fazer um boletim de ocorrência na polícia, entre outros incômodos?

Nós podemos registrar também que conseguimos melhorar o aumento do repasse do FPM - a PEC 188 queria extinguir os 226 Municípios gaúchos, e seu art. 115 foi retirado, não existe mais -, bem como o incentivo à regularização das terras. Nós ainda estamos na luta pelo pagamento do 14º salário aos aposentados e às pensionistas. Ainda estamos na luta por outros tantos temas, como a suplementação dos recursos do Plano Safra.

No entanto, nós não vivemos apenas do que passou. Nós temos que olhar para a frente. O ano de 2022 está próximo. Eu queria concluir dizendo que nosso grande desafio é, sem dúvida, a retomada do desenvolvimento econômico.

A inflação alta, o aumento dos juros, dos preços dos alimentos, dos combustíveis e da energia elétrica têm sido um empecilho. Portanto, os Governos dos Estados, dos Municípios e a União precisam olhar para esta situação.

Muito obrigado.

162.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/12/2021-11:16
Publ.: DCD 16/12/2021 -	- JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

Transcurso do 60º aniversário de fundação do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Amazonas. Luta da entidade contra a privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Revisão da política de preços de combustíveis e do gás de cozinha adotada pela estatal. Necessidade de vacinação do povo amazonense contra a Covid-19. Avanço da gripe Influenza A no Estado do Amazonas.

**O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, queria parabenizar o Sindicato dos Petroleiros do Estado do Amazonas, que completa neste ano 60 anos de atuação e de muita luta em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras petroleiros. Neste momento em que o Governo do Brasil está privatizando ou entregando patrimônio público para interesses privados estrangeiros, é muito importante a luta dos petroleiros em defesa da PETROBRAS, em defesa do Brasil e da soberania, em defesa de investimentos que possam beneficiar a população.

Também neste momento, denunciemos a política da PETROBRAS de reajustes nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha. Aliás, é uma política de morte, uma política que está afetando a população mais pobre. Praticam-se preços internacionais, variando-os conforme o dólar, portanto, onerando a população, que hoje está numa situação dramática, com desemprego, com aumento da pobreza, da fome e da miséria.

Portanto, é importante essa luta do sindicato, que eu parabenizo, em nome de Marcos Ribeiro, atual Presidente, também dos demais presidentes, lideranças e direção, que estão aí com muita determinação. Lembro também o companheiro Acácio Carneiro e todos os que não desistem, perseverantes em defesa contra a entrega da PETROBRAS, a privatização no Amazonas e no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, também trago uma preocupação em relação à vacinação contra a COVID, que, em nível nacional, já está bastante

avançada. Mais de 65% da população já recebeu a segunda dose, mas o Amazonas é um dos Estados com maior atraso na segunda dose da vacinação. Até o dia 13, havias sido alcançados apenas 51% da população. Então, é necessário trabalho ampliado do Estado para atingir os Municípios que hoje estão atrasados. A capital está bastante avançada, com mais de 60%, mas, no todo, o Estado infelizmente está nessa situação. Está na hora de o Governo do Estado agir para ajudar o povo e salvar vidas.

Também há preocupação em relação ao aumento dos casos de influenza A, a gripe, que hoje está assolando o Estado do Amazonas. Os hospitais estão lotados, há muita gente sofrendo e, de novembro para dezembro, aumentaram os casos de forma assustadora. Então, é necessário não só vacinar, mas orientar. É importante as pessoas se cuidarem, evitando aglomeração e usando máscara, que são ações de prevenção para cuidar da saúde. Este é o papel do Estado e do Município: orientar e ajudar. Este é o momento de a Prefeitura e o Governo agirem para orientar a população, atender a população e evitar o pior.

Realmente, é muito preocupante. A Fundação de Vigilância em Saúde fez o alerta para que haja orientações e ações efetivas, porque os hospitais já estão lotados e isso pode causar outros problemas também.

Sr. Presidente, eu gostaria que divulgassem no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso. Obrigada.

---

Documento 83/118

---

162.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2021- CD	13:00
Publ.: DCD - 16/12/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Balanço das ações realizadas pela bancada federal do Estado do Rio Grande do Sul nos últimos 7 anos.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente Carlos Gomes, meu querido amigo, que é nosso também Líder da bancada gaúcha, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer aqui uma prestação de contas do que a bancada gaúcha, os 31 Deputados Federais e 3 Senadores, tem feito pelo Rio Grande do

Sul. Deram-me o privilégio de, há 7 anos, coordenar essa bancada.

As ações começam com a entrega de 800 máquinas no Rio Grande do Sul, Deputado Carlos Gomes. Nós já entregamos 212 milhões de reais em máquinas no Estado. Há poucos dias, entregamos 16 patrulas e 10 pás carregadeiras - a emenda chegou a 43 milhões de reais, valor pago já pelo Ministério da Agricultura.

E nós temos ainda equipamentos para entregar por meio da próxima emenda: caminhões, rolos compactadores, escavadeiras hidráulicas.

Em 2017, nós entregamos, no Rio Grande do Sul, 536 máquinas. Em 2021, nós deveremos entregar 153 equipamentos para a agricultura. E, em 2022, só para a área da agricultura, serão destinados 36 milhões e 600 mil reais.

Na saúde, o que a bancada gaúcha tem feito pelo nosso Rio Grande do Sul e pelo povo gaúcho? Nós já entregamos 300 milhões de reais para custeio da média e alta complexidade e mais 118 milhões de reais para o enfrentamento da pandemia, através de repasses para o Fundo Estadual de Saúde e para os fundos municipais de saúde. Os 300 milhões de reais para custeio da média e alta complexidade estão assim divididos: 68 milhões de reais pagos para 120 Municípios e 136 APAEs; em 2020, 74 milhões de reais pagos, atendendo 101 Municípios; em 2021, serão pagos 66 milhões de reais, em atendimento a 150 hospitais e 10 APAEs, contemplando 127 Municípios; e, em 2022, nós temos 91 milhões de reais para entregar para MAC - média e alta complexidade e para APAEs. E, ainda, em 2022, para o combate à COVID, serão destinados 118 milhões de reais.

Voltando para 2020, nós fizemos vários remanejamentos. Inclusive, a bancada gaúcha colocou recursos para vacinas, que não foram necessárias, porque o Governo Federal as adquiriu. Então, o dinheiro foi remanejado para outra área.

Na área de escolas agrícolas, algo inédito ocorreu. Nenhuma bancada desta Casa havia colocado recursos, até hoje, para escolas agrícolas, lembrando-se daquele jovem que se forma numa dessas escolas, como eu - quando tinha 15 anos de idade, eu saí de casa para ir para o internato da Escola Estadual Técnica de Agricultura de Viamão, a ETA, a 300 quilômetros de casa. Nós colocamos mais de 30 milhões de reais para as escolas agrícolas, para os nossos alunos das escolas agrícolas, custeando em torno de 56 equipamentos: tratores, carretas, caminhões, carros, ensiladeiras, grades, arados, computadores, aparelhos de ar-condicionado, televisores. Foram beneficiadas 29 escolas agrícolas pela bancada gaúcha do Rio Grande do Sul.



Na segurança pública, nós fizemos a maior entrega de viaturas da história do Rio Grande do Sul - 419 viaturas, 17 motocicletas - e ainda temos mais viaturas para entregar. Para a Polícia Civil, foram entregues 229 viaturas, além de diversos armamentos e equipamentos de inteligência, de comunicação e de cercamento eletrônico. Inclusive, na grande Porto Alegre, o cercamento eletrônico foi feito com recursos da bancada gaúcha. Então, segurança pública tem sido uma grande prioridade. Os primeiros veículos semiblindados que o Rio Grande do Sul recebeu foram obtidos graças aos recursos da bancada gaúcha que foram distribuídos e entregues no nosso Estado. Ainda temos em torno de 20 milhões de reais para entregar à área da segurança pública no Rio Grande do Sul.

Só a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre recebeu da bancada gaúcha 165 milhões de reais. De uma destinação de 150 milhões de reais, já foram pagos cerca de 25 milhões. E, anteriormente, foram destinados 15 milhões de reais, que já foram executados pela Santa Casa.

Vamos às demais emendas impositivas que nós apresentamos para 2021. Foram pedidos 5 bilhões de reais, em 85 emendas, e nós tínhamos 17 emendas e 212 milhões de reais. Então, vamos entregar para a estrada entre Gramado e Santa Maria do Herval 10 milhões de reais; para a rodovia de Crissiumal a Horizontina, 6 milhões e 100 mil reais; para o acesso ao Parque Aparados da Serra, 5 milhões e 300 mil reais; para a UERGS, 4 milhões e 480 mil reais.

Quanto às emendas impositivas para 2022, a Polícia Rodoviária Federal localizada em São Leopoldo e Eldorado do Sul vai receber, para a construção de uma nova unidade da Polícia Rodoviária Federal, 4 milhões e 100 mil reais. A construção de um posto de saúde na Vila Mário Quintana, no loteamento Irmãos Maristas, em Porto Alegre, vai receber 2 milhões e 44 mil reais; o Projeto Estrada Caminho das Neves, de Nova Petrópolis, vai receber 2 milhões e 800 mil reais, para o trecho entre Bom Jesus e a divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul; a Estrada Caminho do Meio de Porto Alegre a Viamão receberá emenda no valor de 4 milhões de reais; a pavimentação do novo polo industrial em Cruz Alta receberá o valor de 8 milhões e 350 mil reais; o Projeto Ponte São Jerônimo, em Triunfo, 13 milhões e 200 mil reais; a Ponte Tramandaí-Imbé, um sonho do litoral gaúcho, 7 milhões e 700 mil reais; a Ponte Barra do Guarita, sobre o Rio Uruguai, ligando Barra do Guarita e Itapiranga, em Santa Catarina, na rodovia RSC-163, 5 milhões e 500 mil reais; a ponte sobre o Rio Ibicuí, na BR-472, entre Itaqui e Uruguaiana, 2 milhões e 700 mil reais; a Ponte de Porto Xavier, 8 milhões e 673 mil reais; a BR-153, Rodovia Transbrasiliana, que liga Passo Fundo a Erechim, 5 milhões e 800 mil reais; a ligação de Campinas do Sul a Ronda Alta pela RS-211, 9 milhões e 550 mil reais; o projeto de ampliação da BR-448 até o

Município de Portão, 5 milhões e 800 mil reais; a UERGS, 6 milhões e 500 mil reais; e os institutos federais, 7 milhões e 800 mil reais.

São essas as ações da bancada gaúcha nos últimos 7 anos, período no qual tive o privilégio, junto com o Deputado Carlos Gomes, de coordená-la. Na verdade, essa é uma entrega que a bancada faz, sem briga, sem diferenças político-partidárias, porque, na bancada gaúcha, juntos, nós somos fortes e, unidos, somos imbatíveis. As nossas diferenças estão aqui neste plenário, mas na bancada gaúcha não há diferença, porque o povo gaúcho merece a nossa unidade.

Muito obrigado.

---

Documento 84/118

---

162.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/12/2021- CD	15:40
Publ.: DCD - 16/12/2021 - DANILO FORTE-PSDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Associação ao discurso proferido pelo Deputado Capitão Wagner, a respeito da arrogância e irregularidades praticadas pela família Ferreira Gomes no Estado do Ceará.

---

**O SR. DANILO FORTE** (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero constatar esse fato lamentável que aconteceu no Estado do Ceará, num momento em que a política traz tanta preocupação e muitas vezes tantas desesperanças.

Esse lamentável quadro aqui narrado pelo Deputado Capitão Wagner realmente transtorna toda uma visibilidade que existia no Estado do Ceará. Está sendo desnudada toda uma história política com a qual o Estado se acostumou a conviver. O Ceará já foi muito humilhado pela arrogância e pela pretensão de uma família oligárquica, que se sente dona do Estado do Ceará, e que desmorona exatamente diante de uma avalanche de malfeitos, que não é só esse.

Durante a pandemia da COVID, desapareceram mais de 100 milhões de reais destinados ao hospital de campanha no Estádio Presidente Vargas e ao hospital de campanha no Bairro Vila União, hospital este que nunca funcionou. Enfim, inúmeras e inúmeras obras sempre com o mesmo portfólio, sempre com a mesma repetição de operação, sempre com as mesmas pessoas.

Esse é um quadro lamentável de tristeza para a política cearense. Eu não gosto de tergiversar sobre o azar dos outros, mas é importante ter a transparência dos fatos. E dessa vez, tudo está devidamente calçado por um devido processo legal, já que a determinação de toda a operação foi feita pelo Juiz Federal Danilo Dias, que teve a coragem de fazer esse enfrentamento, que inclusive é até difícil de ser feito no Ceará.

Mas ele o fez e deu ao povo do Ceará exatamente o conhecimento de tanta coisa obscura que ainda há de vir e que vai, com certeza, quebrar toda áurea daqueles que se sentem arautos da moralidade, da honestidade, dos bons costumes e que agora estão sendo desnudados exatamente pelos fatos. E os fatos estão aí narrados, infelizmente, no meu Estado do Ceará.

É importante que a população tome conhecimento porque novos embates virão e muito ainda há de acontecer para colocar as coisas no seu devido lugar.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 85/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD 09:32
Publ.: DCD - 17/12/2021 - VITOR HUGO-PSL -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Perda de receitas pelo Estado de Goiás em face da determinação, pelo Governador Ronaldo Caiado, de fechamento do comércio e isolamento social para combate ao coronavírus. Não exploração de potencialidades de Goiás pelo gestor estadual. Repúdio à administração do Governador Ronaldo Caiado.

---

**O SR. VITOR HUGO** (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna neste dia para falar sobre um assunto muito voltado para o meu querido Estado de Goiás.

Fiquei muito triste ao tomar conhecimento de um relatório, de um estudo feito pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás que deu publicidade àquela política que o Presidente Bolsonaro tanto critica do "*Fique em casa, a economia a gente vê depois*". Isso gerou um resultado muito ruim para o Estado de Goiás.

Se compararmos as receitas de 2020 com aquelas de 2019, veremos que Goiás perdeu meio bilhão de reais. Quinhentos milhões de reais foram perdidos na arrecadação do Estado de Goiás em função da política do Governador Ronaldo Caiado, que fechou o Estado e impôs que Prefeitos também o fizessem. Isso gerou perda de empregos, diminuição de rendas e, logicamente, contribuiu para a deterioração da economia no nosso País. E Goiás foi penalizado com 500 milhões de reais a menos na receita do Estado.

Só para se ter uma ideia sobre a arrecadação e as transferências, o total de receitas do Estado de Goiás é em torno de 32 bilhões de reais anualmente, e só sobra mais ou menos, por ano, em torno de 1 bilhão de reais. No ano passado, foram 800 milhões de reais. Em função dessas políticas do Governo do Estado que atingiram, no coração da economia, o setor produtivo, o Estado de Goiás perdeu 500 milhões de reais. Essa política equivocada atingiu o setor produtivo do Brasil e, em particular, do nosso Estado de Goiás.

Então, fica aqui o registro de repúdio a essas atitudes adotadas pelos Governadores e também pelo Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que, aliás, não tem conseguido explorar os potenciais do Estado.

Nós estamos falando aqui de Goiás, que possui quatro programas estratégicos das Forças Armadas que levam bilhões e bilhões de reais para o nosso Estado. Estou falando, por exemplo, do novo caça da Força Aérea, o Gripen, que estará baseado em Anápolis, do KC-390, o novo cargueiro da Força Aérea, também baseado em Anápolis. E nós não aproveitamos todo o potencial logístico da cidade.

A existência desses projetos estratégicos poderiam levar para o Estado de Goiás muitas empresas, gerar muitos empregos, possibilitar a arrecadação de impostos vultosos, de maneira a propiciar ao nosso Estado a aplicação de recursos na saúde, na educação e em tantas outras áreas importantes.

Temos, ainda, o projeto estratégico importantíssimo do Exército Brasileiro na nossa Capital goiana, o Comando de Operações Especiais, onde eu servi por mais de 10 anos - a elite da elite do Exército Brasileiro. Temos, em Formosa, no entorno de Brasília, artilharia de mísseis e foguetes, outro projeto bilionário. E onde está o desenvolvimento da indústria de defesa em Goiás? Onde estão os incentivos? Onde está a política pública que o Governador deveria ter feito para explorar essa decisão das Forças Armadas de levar projetos estratégicos para Goiás? Se formos para o campo turístico, onde está o investimento do Estado em Terra Ronca, no norte do Estado de Goiás, para possibilitar o desenvolvimento da infraestrutura turística, para trazer investimentos privados?



Vou falar de algo muito específico - já quase terminando aqui, Presidente. O Estado de Alagoas, o Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Amapá, fruto da nossa aprovação do novo Marco Legal do Saneamento, iniciativa do Presidente Bolsonaro, sancionado por ele, conseguiram atrair bilhões de reais de investimento privado para desenvolver a infraestrutura de saneamento. Isso tem a ver com saúde, tem a ver com tratamento de esgoto, acesso à água potável. Os três leilões que Alagoas conseguiu fazer atraíram 9 bilhões de reais. Em um desses leilões, o ágio foi de 37.000%. Esperavam-se poucos milhões para outorga, mas a empresa que ganhou, com medo de perder, ofereceu um ágio bilionário. Ao todo, 9 bilhões de reais serão investidos nos próximos anos, atingindo mais de 70 cidades. Mais de 1 milhão de alagoanos serão beneficiados.

E o que o Governador Ronaldo Caiado fez em Goiás? Nada. Aliás, pressionou este Plenário, pressionou a Comissão Especial para que os Deputados goianos votassem contrariamente a essa pauta, que é uma pauta importante para o Governo Federal, importante para o Brasil. Na verdade, quem está conduzindo esses leilões são os Governadores.

E o que foi feito em Goiás nesse tempo? Nada. A SANEAGO não consegue suprir, não consegue universalizar os serviços de esgoto e de água no Estado de Goiás. E o que acontece? O Governador nada fez. Então, se você, amigo goiano, está neste momento sem esgoto e sem água, posso lhe dizer que o Governador nada fez para resolver essa situação, como não fez em várias outras realidades do nosso Estado, que precisam ser abordadas.

Podemos falar, por exemplo, do agronegócio. Tenho andado pelo Estado de Goiás. Somente neste ano, andei 70 mil quilômetros em Goiás, Presidente. Fui a 66 Municípios goianos somente este ano. Ouvei os produtores rurais, que se decepcionaram com o Governador, que é do agro; esperavam muito mais. Ouvei os médicos -- inclusive, ele é médico. Quais foram as políticas públicas voltadas para a saúde que melhoraram a vida do povo goiano? Não fez nada. Aliás, criticou o Governo Federal, afastou-se do Presidente voluntariamente.

O Presidente Bolsonaro jamais atacou, no auge da pandemia, o Governador Caiado, mas este fez questão de fazê-lo diversas vezes. Levou o então Ministro Mandetta para dentro do Palácio das Esmeraldas para dar entrevista para o *Fantástico*, uma séria provocação para o Governo Federal, uma provocação para o Presidente. Disse que as ordens do Presidente quanto à COVID-19 não adentrariam as fronteiras goianas. Chamou o Presidente de ignorante e disse: "*Na vida e na política, a ignorância não é virtude*". Digo a você, Ronaldo Caiado, que, na vida e na política, a ingratidão não é virtude. O Presidente Bolsonaro mandou bilhões e bilhões de reais para o Estado de Goiás, para a saúde, para a

infraestrutura, para a educação. O senhor deveria ser grato ao Presidente que fez isso.

Nosso Estado, infelizmente, vive uma situação fiscal herdada de outros Governos muito ruim, mas recebeu bilhões e bilhões de reais de ajuda. E, ao invés de o Governador ser grato ao Presidente, grato ao Governo Federal, faz críticas.

Há menos de 1 mês, no programa do Bial, de novo na *Globo*, ele disse que o Presidente só governa tensionando, fez críticas e se posicionou como se fosse o sabe-tudo da política. O povo goiano está cansado da arrogância, está cansado da prepotência dele. Ele falou, no meio de uma manifestação, Sr. Presidente, que não precisava do voto dos goianos. Então, é importante que isso seja lembrado. Eu espero que em 2022, no ano que vem, por ocasião das eleições, o povo goiano se lembre de que ele estava com o dedo em riste apontado para a população e dizendo que não precisa do voto dos goianos. Tenho recebido isso nas minhas redes sociais, sobre essa prepotência.

Eu acho que é chegado um novo tempo para Goiás, um tempo de novas ideias, em que nós vamos conseguir explorar todo o potencial do Estado.

Sr. Presidente, de acordo com a minha promessa, que foi feita no começo deste pronunciamento, a de não utilizar todo o tempo de que dispunha, vou ficar por aqui, desejando para o nosso querido Estado um futuro melhor do que este momento que nós estamos vivendo, com esta administração.

Muito obrigado.

---

Documento 86/118

---

163.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/12/2021-09:40
Publ.: DCD 17/12/2021 -	DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Gravidade da oferta de telemedicina pela rede de supermercados Carrefour. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre a liberação, em caráter emergencial, da prática de telemedicina durante a crise provocada pelo coronavírus.



**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos.

Obrigada, nobre Deputado Eduardo Bolsonaro. É uma honra ser presidida por V.Exa.

Bom dia a todos os Parlamentares e a todos os que nos assistem.

Amigos, eu venho aqui para chamar a atenção da população brasileira para um caso muito grave que aconteceu no Estado de São Paulo e em todos os lugares do Brasil onde existe a rede Carrefour. Sabem o que estava sendo oferecido nas farmácias da rede? Atendimento médico, através da telemedicina, em ambiente não adequado, nas farmácias. Sabem para quê? Para aumentar a venda de medicações e produtos comercializados na sua rede. Isso é muito grave. Isso coloca o atendimento médico à população brasileira em estágio que não admitimos. Eles degradam a função nobre do médico e também denigrem a imagem da medicina no Brasil.

O CREMESP - Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo já acionou o responsável por essa rede. Também o PROCON já foi acionado, assim como o Ministério Público.

Nesta Casa tramita o Projeto de Lei nº 696, de 2020, do qual eu sou uma das autoras, assim como a Deputada Adriana Ventura e vários Deputados desta Casa, que dispõe sobre a regulamentação da telemedicina no Brasil, que já existe - pasmem - há mais de 15 anos neste País, à margem da lei.

Nós queremos regulamentar a telemedicina, para que não ocorra esse tipo de atrocidade, de uma rede de supermercados oferecer serviço de telemedicina com atendimento em farmácia. Isso é inadmissível para nós brasileiros, para nós médicos que tanto zelamos pela nossa classe, pela nossa profissão.

Por isso vim aqui deixar o meu protesto e pedir, encarecidamente, ao Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, que paute o nosso projeto, que já tem as assinaturas necessárias, dos Líderes, para tramitar em regime de urgência neste plenário.

Presidente Arthur Lira, lembre-se do nosso Projeto de Lei nº 696, de 2020, que tem como autores vários Deputados desta Casa. Não podemos mais admitir isso. Temos que dar dignidade aos médicos, à própria medicina, e temos que ter respeito pela saúde da população brasileira. Não podemos admitir que uma rede de supermercados, o Carrefour, ofereça atendimento médico em farmácia, para aumentar a

venda dos seus produtos.

Conselho Federal de Medicina, aja!

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo já agiu. Agora nós queremos uma posição do Conselho Federal de Medicina.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu discurso fosse incluído no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 87/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	10:12
Publ.: DCD - 17/12/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reunião de dirigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA com representantes da farmacêutica Pfizer, para debate da vacinação de crianças a partir dos 5 anos de idade contra a Covid-19. Realização, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de reunião com técnicos da ANVISA para discussão do assunto.

---

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção de toda a população brasileira, porque hoje, sexta-feira, haverá uma reunião importante da ANVISA junto com a farmacêutica Pfizer, para estudar a possibilidade de se vacinar crianças a partir de 5 anos. E quero lembrar a toda a população brasileira que a vacina da Pfizer, de RNA mensageiro, é sintética, e ainda não há estudos robustos a respeito dos efeitos dessa vacina nas crianças.

Ontem, na Comissão de Seguridade Social e Família, tivemos uma reunião com a ANVISA e seus representantes. Chamamos a atenção para as nossas preocupações a respeito disso. Sabemos que a vacina tem baixos efeitos nas crianças. Então, isso muito nos preocupa.

Sr. Presidente, gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 88/118

---

163.2021                      Sessão                      Deliberativa 16/12/2021-10:16  
Extraordinária - CD

Publ.:                      DCD                      - EDUARDO BOLSONARO-PSL -SP  
17/12/2021 -

CÂMARA                      DOS                      BREVES  
DEPUTADOS                      BREVES COMUNICAÇÕES                      COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apreensão do orador ante a vacinação de crianças contra a Covid-19 com imunizantes em estágio experimental. Formatura de novos policiais federais. Relevância da atuação da Polícia Federal durante a epidemia de coronavírus, bem como no combate à corrupção. Desvio, por Governadores Estaduais, de recursos federais destinados ao combate à Covid-19. Contrariedade à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência, bem como do mérito do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a garantia de ações emergenciais ao setor cultural (a chamada Lei Paulo Gustavo)

---

**O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Sem revisão do orador.) -** Parabéns, Deputada Dra. Soraya Manato. Certamente, não estamos confortáveis com a aplicação de uma vacina ainda em estágio experimental em nossas crianças. Acredito que essa luta pela liberdade ainda vá longe.

Presidente, venho aqui porque, há alguns minutos, Deputado Jorielson, houve a formatura de 670 agentes de Polícia Federal. Por que a população aplaude a Polícia Federal? Porque essa é uma das instituições que mais combate a corrupção no País. Tenho a satisfação de também fazer parte do Departamento de Polícia Federal, que teve um papel muito importante nesta pandemia, nas operações que ficaram popularmente conhecidas como "Covidão".

O Governo Federal, impossibilitado, por uma decisão de Alexandre de Moraes, de determinar a abertura do comércio - foram praticamente deixadas de lado durante a pandemia suas medidas de abertura de comércio etc. -, repassou bilhões, bilhões e bilhões para os Estados. Como o corrupto não vira honesto da noite para o dia, o que aconteceu? Meteram a mão no dinheiro no povo e diversos Secretários de Estado foram presos. Alguns Governadores, inclusive, tiveram a prisão pedida, mas infelizmente alguns tribunais julgaram que não era pertinente a prisão de Governadores. Seguiu-se, então, esse lamaçal com dinheiro público, mesmo em tempos de pandemia.

Por que estou falando isso aqui, Sr. Presidente? É porque agora

querem aprovar nesta Casa, na data de hoje, a urgência da Lei Paulo Gustavo, que nada mais é do que o repeteco do que ocorreu na pandemia. Vão transformar a Secretaria de Cultura em um caixa eletrônico, em que o Governo Federal não vai ter possibilidade de fazer qualquer análise, sequer jurídica, dos projetos. É dinheiro do pagador de impostos para criança viada, para *Queermuseu*, que tem quadro em que homem ejacula no olho de outro homem. Estou falando de fatos. Não estou nem expressando minha opinião ainda. Para quem acha que isso é prioridade para o dinheiro público, mesmo em tempos de pandemia, vote a favor. Quem acha que não é essa a prioridade, como eu, votemos contra. Agora V.Exas. sabem quem propõe essa lei? Os Senadores do PT, os mesmos que mais se lambuzaram durante a Lei Rouanet, quando foram repassados mais de 13 bilhões de reais, sem qualquer tipo de auditoria.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo para que os Deputados votem contra essa matéria. Lamento que ela leve o nome de um artista como Paulo Gustavo, que, em que pese ser crítico do Presidente Bolsonaro, não merece ter o nome vinculado a um projeto de lei que amanhã vai se transformar no "Covidão" da cultura. Peço desculpas aos familiares do Paulo Gustavo. Não sei se eles tiveram participação nisso, mas acredito que não. A própria mãe do Paulo Gustavo se recusou a ir à CPI da Pandemia, porque ela não tem o mesmo estômago de Randolfe Rodrigues para, num dia, dizer que Renan Calheiros é um ladrão e, no outro dia, estar de mãos dadas com ele; ou de Ciro Gomes, que, num dia, diz que Lula é o maior corrupto do mundo e, no outro dia, diz que apoia o candidato do PT.

Em um mundo normal, essa lei sequer estaria sendo pautada. Peço o apoio dos pares para que votemos contra a matéria, não permitamos que a emoção fale mais alto do que a razão e sigamos adiante com uma pauta em que as prioridades sejam saúde, educação, segurança, entre outras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 89/118

---

163.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/12/2021-10:20
Publ.: DCD 17/12/2021 -	BENES LEOCÁDIO-REPUBLICANOS -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

*Sumário*



Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, a respeito da concessão, pela União, de auxílio financeiro emergencial às Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, participantes de forma complementar no Sistema Único de Saúde - SUS no exercício de 2021. Regozijo com a aprovação, pelo Senado Federal, da Medida Provisória nº 1.064, de 2021, relativa à instituição do Programa de Venda em Balcão, com vista à promoção do acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho. Transcurso do centenário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

---

**O SR. BENES LEOCÁDIO** (REPUBLICANOS - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus caros colegas, Deputados e Deputadas, venho à tribuna hoje reforçar um pedido de todos aqueles que conhecem e fazem a defesa das Santas Casas do nosso País, dos hospitais filantrópicos, dessas instituições que prestam serviços de qualidade ao Sistema Único de Saúde e ao Brasil. Elas pleiteiam, com toda a razão, a aprovação do Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, já colocado na pauta de ontem, na de anteontem. Possivelmente entrará em votação hoje. Espero que possamos aprová-lo. Tenho certeza de que, assim, estaremos cumprindo a nossa obrigação com um setor que presta relevantes serviços aos usuários do SUS do nosso Brasil.

Digo isso porque conheço de perto, no Rio Grande do Norte, o hospital Liga contra o Câncer, em Natal; a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Mossoró - APAMIM e a Maternidade Almeida Castro, em Mossoró; o Hospital Varela Santiago, em Natal; os hospitais maternidades Joaquina Queiroz e Guiomar Fernandes, em Alexandria; o Hospital Maternidade Aluizio Alves, em Lajes, na região central do meu Estado, que atende toda aquela microrregião.

Defendo a aprovação já do PL 1.417. Agradeço o empenho da minha colega Deputada Carmen Zanotto, do Deputado Antonio Brito, Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas. Espero que possamos aprovar hoje esse PL, que é tão importante para o SUS e o Brasil. Dispõe sobre auxílio emergencial para essas entidades, em razão da crise decorrente da pandemia, que elevou muito os custos dessas unidades de prestação de serviços de saúde.

Abordo agora outro assunto, Sr. Presidente. Registro com alegria a aprovação, pelo Senado, da Medida Provisória nº 1.064, de 2021, a MP do Milho, que possibilita que os pequenos agricultores do Brasil, principalmente os do meu Nordeste, acessem o produto no balcão da CONAB, o que estava impedido por causa da necessidade de apresentação de DAP, a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e de outras exigências.

Graças a Deus, o nosso relatório aqui na Câmara foi aprovado por unanimidade. Lá no Senado o projeto também foi aprovado. Agora aguarda sanção presidencial. Tenho certeza de que essa foi uma vitória do agro do Brasil, do Nordeste, do Norte, ainda mais com a inclusão dos insumos do farelo de soja e do caroço de algodão, o que vai ajudar muito os produtores de leite que ainda lutam, pelem para se manter na atividade, em função das grandes dificuldades que enfrentam até hoje.

Por último, Sr. Presidente, registro o centenário de criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na minha querida cidade de Lajes, que governei por cinco oportunidades. Estive lá, no último dia 8 de dezembro, e participei das festividades em comemoração desses 100 anos, na presença do nosso Arcebispo D. Jaime Vieira Rocha, do pároco da nossa comunidade, o Padre Renato, das autoridades locais, das lideranças, enfim, de todos nós paroquianos e seguidores da história da fundação da paróquia na nossa querida cidade de Lajes, através do saudoso Monsenhor Vicente, que fez história como padre da nossa comunidade.

Parabéns a toda a comunidade paroquiana de Nossa Senhora da Conceição!

---

Documento 90/118

163.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/12/2021-11:12
Publ.: DCD 17/12/2021 -	MARCELO NILO-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Votos de feliz Natal e próspero Ano-Novo aos Parlamentares e aos funcionários do Congresso Nacional. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, na parte concernente ao reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

---

**O SR. MARCELO NILO** (PSB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Ivan Valente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de desejar um feliz Natal e um próspero ano-novo a todos os Parlamentares, a todos os funcionários,

que contribuíram com o Congresso Nacional neste ano tão difícil na área econômica e social, ano de pandemia.

Sr. Presidente, várias classes foram importantes no combate à pandemia: os médicos, os enfermeiros, os assistentes sociais, os auxiliares, os fisioterapeutas, enfim, todos os funcionários da área de saúde. Mas existe um profissional muito importante que é o agente comunitário de saúde. Durante a pandemia, ele ajudou muito no combate, colocou sua vida em risco, deu atenção e proteção a todos aqueles que necessitavam, principalmente na zona rural do Nordeste brasileiro.

Portanto, eu vim aqui dar o meu apoio ao agente comunitário de saúde. Peço a cada Parlamentar, a cada companheiro e companheira que derrubemos o Veto 44, para que possamos melhorar o salário desses profissionais que necessitam urgentemente de um apoio político.

Eu, Deputado Marcelo Nilo, quero dizer alto e bom som: é necessário que esta Casa pense nos mais necessitados. Fico pasmo quando vejo se sentarem com empresários que só falam em milhão, em bilhão. Quando se senta com o agente comunitário, com o homem simples, com o trabalhador, eles pedem que melhore o seu salário, porque estão ganhando praticamente um salário mínimo.

Eu venho aqui em meu nome, um Deputado de 32 anos como Parlamentar, para dizer alto e bom som: nós precisamos olhar os mais necessitados. Temos de olhar o agente comunitário de saúde, que precisa ter pelo menos um salário digno, para que possa trabalhar e deixar a família bem atendida, pelo menos nesse momento de grandes dificuldades por que todos nós estamos passando.

Então, é importante que o Congresso, que é a Casa do contraditório, que é a Casa das Leis, que é a Casa do Povo, vote a favor da derrubada do Veto 44, feito pelo Presidente Bolsonaro. Aliás, Bolsonaro não tem sensibilidade com o mais humilde. Aliás, Bolsonaro não tem sensibilidade com a vida, e a vida é muito importante. O agente comunitário foi decisivo no combate à COVID-19 durante o nosso período mais triste, que foi o da pandemia.

Muito obrigado.

---

Documento 91/118

163.2021

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 16/12/2021-11:16

Publ.: DCD  
17/12/2021 -

CELSONO MALDANER-MDB -SC

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

---

### *Sumário*

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevados recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. Viemos de um ano anterior difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que o previsto, atrapalhando muito a economia, tirando empregos, fazendo empresas fecharem, além de deixar famílias sem os seus entes queridos.

Apesar dessa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, com desemprego e baixa renda, a Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento que poderiam ser concluídas neste pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária, da PEC 45/19, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa após a falta de interesse do próprio Governo.

Já a PEC 110, que tramitava no Senado com votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam um

avanço, prejudicando a credibilidade dos empreendedores e investidores.

Na reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e da aplicação de um teto para supersalários com a emenda antiprivilégios não teve um aceite.

E como se não bastasse não ter feito o tema de casa, com a aprovação dessas reformas de que o Brasil precisa, o polêmico assunto do orçamento secreto e a compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator, o "toma lá, dá cá" da velha política, foi escancarado, e o legítimo pleito de aumentar recursos para programas sociais, usando recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, tirou direitos de quem tem dívidas a receber reconhecidas pela Justiça com a "PEC do Calote".

Felizmente conseguimos manter a regra de ouro, com o teto dos gastos, mas isso prejudicou ainda mais a credibilidade dos investidores no combate à corrupção, Sr. Presidente, que continua sendo o cupim da República.

Não temos nada para comemorar, nada. A PEC 199, da prisão em segunda instância, sofreu manobras de políticos do Centrão para impedir a votação - um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 333, de 2017, mas infelizmente a impunidade alimenta a corrupção que desvia o dinheiro dos contribuintes e atravanca o desenvolvimento social e econômico do País. Por isso, não é combatida.

No plenário, a pauta mais importante que andou foi a autonomia do Banco Central.

Em emendas parlamentares, aqui vai um ponto positivo. Graças a Deus, já conseguimos praticamente o pagamento de em torno de 50 milhões de reais em emendas, beneficiando muitos Municípios catarinenses.

Gostaria que o meu discurso fosse divulgado nos veículos de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

---

### *Sumário*

Pedido ao Presidente Arthur Lira de criação de Comissão Especial para apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 275, de 2016, sobre a inclusão das guardas municipais entre os órgãos da segurança pública, e a equiparação do regime de previdência da categoria com o dos policiais civis e militares. Regozijo com a extinção dos efeitos da Lei Complementar nº 173, de 2020, sobre o estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, e a alteração da Lei Complementar nº 101, de 2000.

---

**O SR. JONES MOURA** (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, a PEC 275/16 é a PEC que esclarece para os cidadãos, os munícipes das nossas cidades do Brasil, as funções, a atribuição e a identidade real dos guardas municipais que atuam no policiamento das cidades.

A PEC 275 não somente trata de uma aposentadoria justa e digna para o agente que tem atividade de natureza policial, como também esclarece inseguranças jurídicas, para que, quando as atividades de guardas municipais forem exercidas, os tribunais não tenham dúvidas sobre como agir. O guarda municipal, muitas das vezes, tem que se utilizar da sua arma de fogo, das suas algemas, do uso progressivo da força. Ele prende e, para se defender e defender o cidadão, muitas das vezes, acaba tendo combate, com tiroteios, com bandidos.

São muitas ações investidas, e é preciso que os tribunais entendam. E isso se dará através desta Casa, através da PEC 275/16. Precisamos legislar com urgência, a fim de que a Constituição Federal esclareça tudo isso, para o bem principalmente do cidadão, dos munícipes do Brasil.

Por isso, mais uma vez, eu rogo ao Presidente Arthur Lira permissão. Já preparamos e enviamos o nosso requerimento para a abertura da Comissão Especial que tratará dessa PEC tão importante para o Brasil. O requerimento já foi protocolado, está indo na direção do Presidente, para que se abra essa Comissão Especial. Essa é a última etapa a ser cumprida, pois a matéria já passou pela CCJ, para que venha para o plenário desta Casa e possamos aqui votar essa PEC, que resolve insegurança jurídica e entrega para os cidadãos, os munícipes das nossas cidades, o papel real e claro da atuação dos guardas municipais do nosso Brasil.

Presidente, peço somente mais uns 30 segundos para poder fechar um assunto importante. Trata-se da comemoração do fim dos efeitos da

Lei Complementar nº 173, que usurpou direitos dos servidores públicos congelando seus reajustes de todas as maneiras.

Eu, servidor público há 25 anos, concursado da Guarda Municipal, comemoro essa conquista juntamente com nossa militância em defesa dos direitos dos servidores. É o fim dessa maldita lei. E agora vamos continuar batalhando para que haja os reajustes dos Prefeitos aos servidores.

Obrigado.

---

Documento 93/118

---

163.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/12/2021-13:24
Publ.: DCD 17/12/2021 -	-	ADRIANA VENTURA-NOVO -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aprovação, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, do parecer oferecido ao Projeto de Lei nº 4.783, de 2020, sobre a criação do Código de Defesa do Empreendedor. Defesa de aprovação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre a liberação, em caráter emergencial, da prática de telemedicina no País durante a crise gerada pela Covid-19.

---

**A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)**  
- Muito obrigada, Presidente Dra. Soraya Manato.

Subo a esta tribuna hoje para dar uma boa notícia a todos os empreendedores deste País: aprovamos nesta semana na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP o Código de Defesa do Empreendedor.

É com muita alegria que falo isso, não só porque sou professora de empreendedorismo, mas também porque sou empreendedora, então sei a dor de cada empreendedor, com todos os entraves burocráticos, econômicos, trabalhistas, todas as dificuldades que temos. O Código de Defesa do Empreendedor tenta facilitar a vida do empreendedor, tenta trazer segurança jurídica, dispensá-lo de uma burocracia inútil e de exigências absurdas, num primeiro momento.

Existe um estudo feito pelo Ministério da Economia que compara os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico - OCDE e o Brasil. Esse estudo afirma que o Brasil gasta 1,5 trilhão de reais a mais que os outros países. Isso quer dizer que o Brasil não consegue ser competitivo. Isso representa 20% do PIB, que nós estamos perdendo.

Houve um impacto positivo para os empreendedores. Eu estava ouvindo a Deputada Lídice da Mata contando do prêmio do chocolateiro. Essas pessoas tiveram a coragem de empreender, a coragem de participar de um concurso, e venceram o terceiro lugar de Melhor Chocolateiro do Mundo.

O objetivo desse Código de Defesa do Empreendedor é retirar a excessiva interferência do Estado e oferecer segurança, desburocratização e desenvolvimento das atividades produtivas. Vamos lembrar que as pequenas e médias empresas do nosso País são responsáveis por 55% dos empregos de carteira assinada. Então, nós precisamos cuidar dos empreendedores e de todos que geram riqueza e emprego neste País.

Sra. Presidente, fazendo outro aparte, eu gostaria de fazer um apelo a este Plenário. Esta Câmara dos Deputados, que foi tão pioneira em aprovar, logo no início da pandemia, o projeto que autoriza o uso da telemedicina em todo o território nacional para que as pessoas pudessem fazer consultas, está atrasando o *timing* para regulamentá-lo de forma definitiva. Os Municípios e os Estados já estão fazendo isso, e nós precisamos dar uma resposta. A pandemia vai acabar, e precisamos dar segurança jurídica para todos os hospitais, médicos e profissionais de saúde, para que continuem a desenvolver suas atividades a distância.

Por isso, eu faço um apelo - a Deputada Dra. Soraya Manato, o Deputado Pedro Westphalen e vários outros Deputados da Comissão de Saúde estão aqui - para que possamos trazer o nosso projeto de lei para o Plenário, para aprová-lo de forma definitiva e regulamentarmos a telemedicina no Brasil.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

---

Documento 94/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	13:36
Publ.: DCD - 17/12/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

*Sumário*

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre a liberação, em caráter emergencial, da prática de telemedicina no País durante a crise gerada pela Covid-19.

---

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Deputada, nossa Presidente Adriana Ventura.

Deputada Adriana Ventura, hoje mais cedo subi a esta tribuna para falar sobre a telemedicina. Falei inclusive sobre o Projeto de Lei nº 696, de 2020, que tenta colocar a margem da lei na telemedicina. Esta já existe neste País há mais de 15 anos, mas à margem da lei. Eu sou uma das autoras, assim como a Deputada Adriana Ventura e vários Deputados, desse projeto nesta Casa de Leis. A grande preocupação nossa é justamente, em primeiro lugar, proteger e preservar os pacientes; e, em segundo lugar, proteger e preservar os médicos.

Não podemos admitir que isso continue do jeito que temos visto ocorrer por este Brasil afora. Então, esse projeto tem das melhores intenções. O que nós vemos neste grande País, que é o Brasil? Pessoas de outras profissões adentrando nas especialidades da medicina. São dentistas fazendo procedimentos invasivos, esteticistas fazendo procedimentos invasivos, levando a complicações.

Então, com a telemedicina cria-se a possibilidade de que um paciente que está nos lugares mais longínquos, por exemplo, do Amazonas, se consulte com o Deputado Dr. Zacharias Calil, por exemplo, que é uma referência mundial em separação de gêmeos siameses. E mais, quando o Deputado Dr. Zacharias Calil atender esse paciente, ele vai ter uma remuneração digna. A primeira ou a segunda consulta serão feitas remotamente e, quando necessário, o médico vai falar: *"Precisamos da sua presença física para fazer um exame mais completo, para fazer uma biópsia, para fazer um procedimento invasivo"*. É isso o que queremos com a regulamentação da telemedicina. Nós queremos evitar que profissionais que não são médicos façam procedimentos, façam consultas, façam intervenções e coloquem em risco a vida dos brasileiros. Com a telemedicina isso vai melhorar e muito, porque ela já é uma realidade no nosso País. Nós só queremos trazê-la e regulamentá-la à margem da lei. Nós a queremos à luz da lei.

Hoje eu falei sobre o problema do Carrefour, que tem colocado nas suas redes de farmácia consulta por profissionais que não são médicos, para incentivar a venda de remédios e outros produtos que são vendidos nessas redes de farmácia. Por isso convoquei aqui o Conselho Federal de Medicina para que se posicione - já que o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo já se

posicionou -, o PROCON, assim como o Ministério Público.

Queremos mais respeito com a saúde e a integridade física da população brasileira. "Sim" ao Projeto de Lei nº 696, de 2020.

Presidente Adriana Ventura, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 95/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	13:56
Publ.: DCD - 17/12/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Matérias Neste momento escolas devem ficar fechadas na maioria dos Estados do Brasil, diz um grupo de pesquisadores, e Deixar crianças longe da escola foi um crime, publicadas pelo jornal O Globo, respectivamente, em março e dezembro de 2021. Acerto do posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, favorável à retomada das aulas presenciais observados os protocolos de segurança. Prejuízos causados aos estudantes brasileiros pelo fechamento das escolas no País.

---

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, querida Deputada Adriana Ventura, nossa Presidente em exercício.

Neste momento, eu quero falar, desta tribuna, sobre uma postagem que nosso Ministro da Educação, Milton Ribeiro, fez nas redes sociais nesta semana. Trata-se de duas matérias divulgadas pelo jornal *O Globo*: uma, de março de 2021; a outra, de dezembro de 2021. A matéria de março de 2021 traz, entre aspas: "*Neste momento, escolas devem ficar fechadas na maioria dos Estados do Brasil, diz um grupo de pesquisadores*". A outra, de 2 de dezembro deste ano, diz, também entre aspas: "*Deixar crianças longe da escola foi um crime*".

Pois bem, em menos de 1 ano, o grupo Globo viu que a mentira que eles queriam pregar junto com os comunistas de plantão não colou. Isso só mostra quanto o Governo Bolsonaro sempre esteve certo, ao orientar a população para a importância do retorno presencial às aulas, observando-se todos os protocolos de segurança.

Nossos jovens tiveram um prejuízo na educação que vai demorar 10 anos para ser recomposto. Nossas crianças e jovens também foram submetidos a todo tipo de maus-tratos: maus-tratos físicos, maus-tratos sexuais, além da fome. A muitas crianças só é dado o direito à alimentação quando elas estão na escola. Essas crianças, apesar de os pais terem voltado a trabalhar - apenas as aulas não foram retomadas; os pais tiveram que voltar a trabalhar para manter o sustento da família -, foram largadas à própria sorte, ficaram sozinhas em casa ou nas mãos de vizinhos ou de pessoas às vezes desconhecidas. Aí, ocorreram os abusos, os maus-tratos, as agressões físicas e a fome.

Minha gente, nossa preocupação, este sempre foi nosso discurso, era que as crianças e os jovens voltassem às aulas com todas as precauções, como o Governo Bolsonaro sempre falou desde o início. Agora, o jornal *O Globo* chegou à conclusão de que isso foi um crime. Desde o início, nosso discurso realmente foi este: a volta às aulas.

A Universidade Federal do Estado do Espírito Santo começou a abrir as portas e voltar às aulas - pasmem V.Exas. - no fim de novembro e no início de dezembro, e agora entra em recesso. Na Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, todos os professores estão vacinados, mas eles não voltaram.

Trata-se de um descaso com a educação do Brasil, um descaso com a população brasileira. Nós estamos aqui para protestar. Desde o início da pandemia, no fim de março de 2020, nós estamos batendo na mesma tecla. O Brasil foi um dos países que mais demorou a voltar às aulas. Está aí a conclusão de que isso foi um crime com nossas crianças e nossos jovens.

Presidente, eu gostaria que meu discurso fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 96/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	15:00
Publ.: DCD - 17/12/2021 - CAROLINE DE TONI-PSL -SC		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.126, de 2021, para sustação da decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de

Descumprimento de Preceito Fundamental nº 913, de 2021, a respeito da exigência de comprovante de vacinação para acesso ao território nacional.

---

**A SRA. CAROLINE DE TONI** (PSL - SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros colegas, estamos usando agora o tempo da Liderança do PSL porque não poderíamos deixar passar em branco um fato muito importante que aconteceu esta semana.

Um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 913, no último sábado, dia 11, determinou, mediante decisão liminar, que os brasileiros que não apresentarem comprovante de vacinação não poderão retornar ao Brasil.

Ora, Presidente Lira, a Constituição da República diz, no seu art. 5º, que um brasileiro nato, em nenhuma hipótese, pode ser extraditado e que não haverá pena de banimento no Brasil. A partir do momento em que se proíbe o retorno dos nacionais ao território brasileiro, sob qualquer pretexto, está se adotando medida equivalente à medida de banimento.

Mesmo que tenha havido uma nova decisão no dia 14, a pedido da AGU, para esclarecimentos acerca da decisão, o Ministro em questão só disse: *"A partir desta decisão para trás, quem estiver no exterior toma as medidas que eram exigidas antes. Mas, a partir de agora, os brasileiros que quiserem retornar para o Brasil vão ter que apresentar comprovante de vacinação"*.

Ora, o art. 5º, inciso LI, é claro ao dizer que mesmo que um brasileiro nato cometa crime, mesmo que mate o seu pai, a sua mãe, mesmo que ele tenha uma doença, por mais contagiosa que seja, não se poderá impedi-lo de retornar ao território nacional. A regra é a mesma em relação ao banimento. Mesmo que a pessoa tenha a doença mais contagiosa, mesmo que tenha cometido o crime mais horrendo, não se pode banir um brasileiro.

Então, na prática, essa medida dos Ministros do Supremo, que está sendo tomada por maioria do Plenário do Supremo Tribunal Federal, está violando uma cláusula pétrea da Constituição que está no art. 5º, incisos LI e XLVII, alínea "d".

Em toda a história do Brasil, Presidente Lira, em todos os Governos que tivemos, desde a Monarquia até a República, em todos os Governos, sejam os de direita, sejam os de esquerda, jamais - jamais! - se tomou a decisão de banir um brasileiro do território nacional ou de impedir um brasileiro de voltar ao território nacional.

Isso é uma heresia jurídica! Isso é uma afronta à Constituição! Isso é um absurdo! Jamais esperaríamos que o Supremo, que é o guardião da Constituição, o guardião do art. 5º da Constituição, fosse tomar medidas de distinguir brasileiros e de exigir comprovante de vacinação para poder entrar no território nacional.

É por isso, Presidente Lira, que protocolei, na tarde de hoje, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.126, de 2021, para sustar essa decisão do Supremo Tribunal Federal que viola o art. 5º da Constituição.

Também estamos providenciando a apresentação de um projeto de lei para regulamentar o art. 49, inciso XI, da Constituição, para que o Poder Judiciário não afronte a autoridade legislativa da Constituição e muito menos do Congresso Nacional.

Jamais poderemos proibir que os nacionais voltem ao nosso território - jamais! Por isso, queremos marcar posição, dizendo que nós estamos vigilantes no Congresso Nacional e que não permitiremos a violação a cláusulas pétreas.

É por isso que eu peço, Presidente, que V.Exa. pautе o PDL 1.126, para que possamos garantir aos brasileiros os seus direitos fundamentais.

Muito obrigada.

---

Documento 97/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	15:24
Publ.: DCD - 17/12/2021 - MARCO BERTAIOLLI-PSD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, sobre a instituição do Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional - RELP.

---

**O SR. MARCO BERTAIOLLI** (PSD - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, muito boa tarde.

Colocamos em discussão o projeto do REFIS específico das pequenas e microempresas do nosso Brasil, empresas que foram as mais sacrificadas nos últimos 2 anos, durante a pandemia que ceifou mais

de 617 mil vidas no Brasil. As pequenas e microempresas estiveram fechadas durante esse período e não tiveram agilidade nem temporária nem financeira para migração para o comércio digital, como fizeram as grandes empresas e os magazines do nosso Brasil.

É fundamental que possamos defender a capacidade contributiva da pequena empresa brasileira, que é a maior geradora de empregos do nosso Brasil. Fundamentalmente, nós precisamos, Sr. Presidente Marcelo Ramos, entrar 2022 promovendo a geração de empregos e oportunidades de trabalho para 15% da nossa população economicamente ativa, que se encontra desempregada, subempregada ou à procura de uma colocação.

Por isso, vem em boa hora o PLP 46, que recebeu o nome de RELP no Senado. E aqui vai uma orientação muito especial ao nosso Plenário: nós optamos por manter exatamente o texto do Senado, para que nós pudéssemos ter celeridade nesta decisão e pudéssemos aprovar nesta tarde este parcelamento de débitos fiscais das pequenas e microempresas brasileiras, para que este projeto possa entrar em vigência já no início de 2022, sem a necessidade de regressar ao Senado para uma nova votação.

Mesmo que nós tenhamos aqui algumas observações, optamos pelo bem maior que é aprovar o projeto nesta tarde. Quero aqui dizer também muito claramente que o Ministério da Economia do Governo Federal deu o seu o.k. para este projeto ser votado hoje. O Ministério da Economia, em contato com este Relator, deu parecer favorável a este projeto.

Sr. Presidente, passo ao voto deste Relator.

"II - Voto do Relator

II.1 - Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD (art. 53, inc. II), compete à Comissão de Finanças e Tributação, em sede de admissibilidade, pronunciar-se mediante parecer terminativo sobre a compatibilidade financeira e orçamentária da matéria em discussão.

(...) ladeado por norma interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT), define que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio de análise da conformidade da proposição com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. Entre tais normas citam-se, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020).

Dito isso, vale lembrar que, de acordo com os dados analisados pelo Senado Federal, aderiram ao Programa de Recuperação Tributária lançado em 2017 mais de 740 mil contribuintes, dos quais 443 mil são pessoas jurídicas.

Estima-se que a arrecadação extraordinária gerada por esse programa, acumulada entre 2017 e 2020, seja de mais de R\$ 63 bilhões.

Da análise da matéria, verifica-se que a reabertura do prazo de adesão ao programa irá injetar, em período curto, recursos nos cofres públicos, decorrentes da adesão dos devedores. Por isso, ao invés de impactar negativamente o orçamento público, o parcelamento dará ensejo a um aumento imediato da arrecadação. Na medida em que estabelece condições mais adequadas para a liquidação de débitos de difícil recuperação, a proposição tem o condão de possibilitar o ingresso imediato de recursos públicos, em especial diante da exigência do pagamento de entrada, ainda este ano, em algumas modalidades de extinção de débitos.

Com efeito, esses recursos adicionais poderão ser utilizados para fazer frente às despesas exigidas para controle e mitigação dos efeitos da pandemia, inclusive sob a perspectiva econômica, contribuindo para amenizar a situação fiscal do País e a carência de verbas provocada pela retração econômica em diversos setores.

Diante do exposto, conclui-se pela adequação orçamentário-financeira da matéria e de seus apensados.

## II.2 - Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é da competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se, em parecer terminativo, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa contidos nas proposições.

Inicialmente, cumpre registrar que se encontram atendidas as formalidades relativas à competência e iniciativa legislativas. As matérias aqui versadas integram o rol de competências legislativas da União. A iniciativa de leis sobre tais assuntos está a cargo de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, de acordo com a Carta Magna e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Os projetos estão em conformidade com os requisitos formais previstos na Lei Maior para a veiculação das matérias e, sob o ponto de vista

material, não há impedimentos para a aprovação da matéria, porque não viola qualquer dispositivo da Carta Magna nem princípio do Direito.

Não há, desse modo, óbices à aprovação das matérias aqui relatadas quanto à constitucionalidade, boa técnica legislativa e juridicidade.

Temos apenas pequenas ressalvas quanto à técnica legislativa. No *caput* do art. 3º e em outras passagens do texto da proposição principal, foi fixada uma data no Senado Federal para adesão ao novo regime. Ocorre que a data ali fixada, qual seja 30 de setembro de 2021, já expirou.

Fica bastante claro que o intuito dos Senadores era o de que o prazo para adesão fosse o último dia útil do mês subsequente ao da publicação da Lei, e o pagamento das parcelas se desse nos 8 meses subsequentes. Isso porque o relatório foi apresentado em agosto de 2021, de modo que 30 de setembro seria o fim do mês seguinte. Desse modo, estamos propondo emenda de redação para adequar essas datas de modo a que o texto legal tenha aplicabilidade.

Por fim, queremos mencionar que na previsão de 'redução de faturamento' está logicamente inserta a situação em que a microempresa ou empresa de pequeno porte passou à inatividade, de modo que seria impróprio falar-se em redução de faturamento quando, por exemplo, o faturamento foi igual a zero, lembrando que zero no quociente corresponde matematicamente ao infinito, e não a um número percentual. Em virtude desse fato, estamos corrigindo a redação do *caput* e do inciso VI do art. 5º.

### II.3 - Exame de mérito

Não restam dúvidas de que o projeto é meritório, cabendo nossa aprovação, uma vez que seu objetivo é o de atenuar os imensos impactos da crise econômica e sanitária que, há quase 2 anos, atinge devastadoramente o País.

Consideramos fundamental adotar medidas legislativas que auxiliem não só famílias em situação de vulnerabilidade, mas também empresas em risco de encerramento de atividades, especialmente diante do panorama recentemente enfrentado de recrudescimento da pandemia, bem como das medidas de distanciamento social determinadas pelos Governos subnacionais e cujos reflexos ainda persistem nas relações empresariais e de consumo.

### II.4 - Conclusão do voto

Por todo o exposto, somos:

I - pela Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária de todas as proposições, inclusive do substitutivo aprovado pela CDEICS, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, e rejeição das demais proposições apensadas e do substitutivo aprovado pela CDEICS; e

II - pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as proposições e do substitutivo aprovado pela CDEICS, com a adoção da emenda de redação em anexo para o Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021."

Faço aqui, Sr. Presidente, uma menção especial ao Deputado André Fufuca, que está relatando a Lei do PERT, a nova inclusão e abertura para o Programa Especial de Regularização Tributária do SIMPLES Nacional das empresas de grande porte.

Fizemos, eu e o Deputado Fufuca, um trabalho absolutamente em consonância para que os efeitos do REFIS, tanto para as empresas de grande porte quanto para as pequenas e microempresas, sejam rapidamente colocados em disponibilidade no nosso Brasil. Lembro que os temas estão em projetos separados por uma obrigatoriedade constitucional, visto que as pequenas e microempresas dependem de um projeto de lei complementar.

Mais uma vez, parablenzo os Líderes e agradeço ao Líder do MDB, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., por gentilmente ter-me concedido a oportunidade de relatar esta matéria. Da mesma forma, deixo o meu agradecimento ao Deputado Antonio Brito, Líder do PSD, o meu partido.

Sr. Presidente Marcelo Ramos, muito obrigado pela oportunidade. Está proferido o nosso voto.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO MARCO BERTAIOLLI.**



Publ.: DCD - 17/12/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Empenho na aprovação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (a chamada Lei Paulo Gustavo), sobre o repasse, pela União, de recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para aplicação em ações emergenciais no setor cultural.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos dialogando com a Deputada Bia e com outras Lideranças no plenário, para ver se votamos a urgência do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021.

Não está concluído ainda o processo. Nós estamos dialogando para ver se fazemos um acordo, dada a importância e dado o impacto que o setor cultural do Brasil espera dessa lei que foi aprovada no Senado. É matéria muito importante para a cultura brasileira, é uma lei emergencial.

Há ainda o projeto de lei da Deputada Jandira Feghali, que também foi aprovado na Comissão de Cultura.

Então, o apelo que faço é que avancemos no diálogo político, necessário para aprovarmos essa que é uma das leis mais importantes do País: a Lei Paulo Gustavo. Essa lei homenageia esse grande brasileiro que não está mais entre nós, mas que é referência para o mundo da cultura, para o mundo das artes, para o mundo da democracia.

Eu vou relatar esse PLP 73, e o diálogo que estamos fazendo com Lideranças do Governo é para que avancemos e, nesta tarde, possamos votar esse projeto que veio do Senado Federal.

É fundamental nós votarmos ainda este ano esta urgência, para que o setor cultural do Brasil possa partilhar desses recursos, no fortalecimento da economia criativa, no fortalecimento de todas as áreas que hoje compõem esse mosaico cultural do Brasil, que é tão bem representado por essas figuras do mundo da cultura que brilham e que têm um carinho muito grande por aquilo que nós já fizemos quando aprovamos a Lei Aldir Blanc aqui nesta Casa.

Nós construímos um grau de unidade muito grande lá atrás, mesmo no início da pandemia, e o País espera neste momento, Presidente Marcelo Ramos, que avancemos no diálogo. Eu estou dialogando com

a Deputada Bia para ver se votamos por consenso.

---

Documento 99/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	16:12
Publ.: DCD - 17/12/2021 - TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDAD -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Construção de texto consensual em torno do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre a instituição de regras para o teletrabalho de empregadas gestantes, afastadas do serviço presencial em decorrência da epidemia de coronavírus.

---

**O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Algumas dúvidas surgiram porque eu mencionei o Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, que foi aprovado no Senado hoje e já está retornando aqui para a Câmara para avaliarmos as modificações.

A Deputada Paula Belmonte é a Relatora desse PL, que modifica a Lei nº 14.151, disciplinando o afastamento da empregada gestante durante esse período de pandemia.

Então, vamos buscar construir um texto de acordo, de consenso, para que tenhamos uma votação hoje ainda, Sr. Presidente.

---

Documento 100/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	16:40
Publ.: DCD - 17/12/2021 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### *Sumário*

Emissão de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG.** Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - "No que tange à análise a ser emitida pelas três Comissões designadas (Trabalho, de Administração e Serviço

Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania), passa-se, neste ponto, a proferir um único relatório, que servirá como razão de decidir para todas.

Com mais de 600 mil óbitos confirmados no Brasil pela COVID-19, nosso País vive, no segundo semestre de 2021, a sua pior crise epidemiológica e hospitalar de todos os tempos. Nesse contexto, para preservação da incolumidade pública, algumas categorias profissionais destacaram-se no protagonismo do combate ao coronavírus, muitas vezes, com sacrifício da própria integridade física, no que se destacam os profissionais da saúde e da segurança pública.

Ocorre, contudo, que, o PLP 173/20, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, restringiu, em seu inciso IX, do art. 8º, o cômputo de períodos aquisitivos de anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio, indistintamente, a todos os servidores públicos. Noutros termos, desprezou o sacrifício perpetrado por categorias que tiveram que se expor muito mais que outras, como os profissionais da saúde e da segurança pública, deixando de excepcioná-los, ao menos, quanto à contagem do tempo para fins de percepção futura dos benefícios a que fazem jus.

Não se olvida que, em face dos reflexos econômicos substanciais causados pela pandemia, a edição da Lei Complementar nº 173, de 2020, era medida necessária, sobretudo para manter a saúde fiscal-financeira dos entes federados. Contudo, nessa inteligência, parece extremamente razoável a proposta do PLP 150/20, ora em análise, no sentido de preservar, para as categorias retromencionadas, o direito de computar o tempo para aquisição de direitos a que já fazem jus (anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes), proibindo, contudo, o pagamento desses novos direitos adquiridos no período de decretação da pandemia até 31 de dezembro de 2020 (data estipulada como término do Programa de Enfrentamento ao COVID).

*Mutatis mutandis*, a ideia primacial é computar o período aquisitivo dos direitos elencados, sem que haja o correspondente pagamento, até o fim do plano nacional de austeridade fiscal. Sendo a teleologia da norma gerar forte economia para os entes estatais que disciplina, proibir tão somente o pagamento nesse período para essas categorias que combatem de frente a pandemia parece atender perfeitamente à finalidade da Lei Complementar nº 173/20.

Não menos importante, é louvável a pretensão do autor de prever que os novos blocos aquisitivos, dos direitos acima especificados, não gerarão direito ao pagamento retroativo de atrasados, o que garante que, de fato, não haverá nenhum prejuízo econômico aos entes estatais pela continuação da contagem do tempo de serviço para todos

os fins.

Pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, por entender que a proposta é oportuna e meritória, especialmente por resguardar direitos aos profissionais da saúde e da segurança pública, seja porque estes servidores mantiveram-se e mantêm-se no exercício de suas funções, sacrificando a própria saúde em prol do bem comum, seja porque a vedação da contagem afeta seus planos de carreira, influenciando, inclusive, no tempo de pedido de aposentadoria.

Pela Comissão de Finanças e Tributação.

O art. 1º, § 1º, da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) define como compatível *'a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor'* e como adequada *'a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual'*.

Da análise do PLP 150/20, observa-se que a matéria neles tratada não tem repercussão direta no Orçamento da União ou de qualquer dos entes federativos, especialmente porque apenas garante o cômputo do tempo de serviço para fins de aquisição de direitos a que já fariam jus se não houvesse pandemia, sem qualquer repercussão financeira enquanto perdurar o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pelo PLP 173/20, bem como sem direito a pagamento retroativo desse período.

Nesse sentido, subsome-se ao caso o art. 32, X, 'h', do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *'importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública'* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária; e ao art. 9º da NI/CFT, que determina que, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, se deve *'concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não'*. Incabível, por conseguinte, pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da proposição.

Ainda pela presente Comissão, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em análise preambular de constitucionalidade, destaca-se que o



princípio da repartição de competência constitucional é um dos alicerces do pacto federativo, sendo dessa axiologia que se depreendem os limites da produção legislativa em nosso sistema jurídico. É nessa lógica que a presente produção legiferante, que almeja a chancela de constitucionalidade, obedece aos requisitos temáticos de repartição de competência estabelecidos pelo inciso I do *caput* do art. 21 da Constituição Federal e do art. 61, *caput*, da mesma Carta de Direitos.

Na mesma inteligência, quanto à iniciativa, não havendo previsão constitucional de reserva a outros poderes ou autoridades para tratar sobre normas gerais aplicáveis a categorias profissionais, o projeto de lei adequa-se aos parâmetros constitucionais, não padecendo de vício formal de constitucionalidade nessa vertente analítica.

Assim, a presente proposta se mostra constitucional, visto que não afronta norma de caráter material constante na Constituição de 1988, assim como os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico.

No que diz respeito à juridicidade, consubstancia-se o projeto em análise em espécie normativa adequada, inovando no ordenamento jurídico, sem contrariar os princípios gerais do direito.

Acerca da técnica legislativa, o projeto atende aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020.

Na Comissão de Finanças e Tributação, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública da União, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020.

Por fim, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, e, no mérito, pela aprovação da proposição."

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

Eu aproveito para cumprimentar o autor desse projeto, o Deputado Guilherme Derrite, grande liderança dos policiais e bombeiros militares do Estado de São Paulo, que trouxe a esta Casa essa análise e essa sensibilidade pelos profissionais dessas duas categorias, que não

tiveram direito ao *home office*. Este é o corte: esses profissionais não tiveram direito ao *home office*. Tiveram que enfrentar no dia a dia toda a exposição que a pandemia lhes impôs. Essas categorias salvaram muitas vidas, mas também perderam muitas vidas. Quero cumprimentar o Deputado Federal Guilherme Derrite, de São Paulo, pela sua liderança e pela sua sensibilidade ao apresentar esse projeto.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA.**

---

Documento 101/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	16:56
Publ.: DCD - 17/12/2021 - HÉLIO COSTA-REPUBLICANOS -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

***Sumário***

Apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

---

**O SR. HÉLIO COSTA (REPUBLICANOS - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Presidente, não é só porque aconteceu a pandemia que o policial militar, o policial civil e os bombeiros ou os professores são heróis. Não, não são heróis, não o pessoal da saúde. Eles sempre foram heróis, mas não se reconhecia isso nacionalmente. Agora eles são heróis, mas, quando eu cheguei a esta Casa, não eram heróis. Por isso, eu acho este projeto do Deputado Derrite muito bom, muito bom mesmo. Eles não eram heróis. Faziam de tudo. Eu, como jornalista, vi pessoas, principalmente mulheres, morrerem dentro das emergências dos hospitais por terem contraído AIDS. As mulheres eram mais fáceis de se contaminar, porque tiravam cutículas e não tinham equipamento individual de segurança para trabalhar. Eles sempre foram heróis, mas sempre foram esquecidos pelos Governos Federais, pelos Governos Estaduais. Este projeto de lei, o PLP 150, do Deputado Guilherme Derrite, é adequado, vem valorizar essas categorias, principalmente a da polícia, que está lá na ponta de lança,

lá no problema que os governos criam, para buscar uma solução.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 102/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	17:04
Publ.: DCD - 17/12/2021 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### *Sumário*

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou direto ao voto.

"Após amplo diálogo, decidimos acatar na íntegra o projeto em sua forma original.

Foram apresentadas duas emendas de Plenário ao projeto.

A Emenda nº 1, do Deputado Bohn Gass, busca incluir, além dos servidores da área de saúde e da segurança pública, os servidores da assistência social.

A Emenda nº 2, do Deputado Bohn Gass, busca incluir, além dos servidores da área de saúde e da segurança pública, os servidores da educação.

Entendemos que as Emendas nºs 1 e 2, embora meritórias, dificultariam a aprovação da proposição, vez que abririam margem para contemplar outras classes igualmente relevantes.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, somos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2. Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 1 e 2 ,e, no mérito, pela rejeição."

Ambas as emendas foram rejeitadas no mérito.

---

Documento 103/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	17:16
Publ.: DCD - 17/12/2021 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19), ressaltados os destaques. Elevado índice de contaminação dos policiais e bombeiros militares do Estado de Minas Gerais pela Covid-19.

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero reafirmar a orientação "sim" do PDT e aproveitar este momento para prestar minha homenagem aos policiais e bombeiros militares do Brasil, especialmente os de Minas Gerais, que tiveram índice de contaminação 15 vezes maior do que o da média da população. Se houve uma tragédia com a população de modo geral, entre os policiais militares e bombeiros militares, que não tiveram direito a *home office*, que tiveram que ir para a rua em todas as circunstâncias para prestar socorro, para fazer o socorrimento, o transporte, a contaminação foi 15 vezes maior.

Quero dizer que, em nome daqueles que não resistiram ao vírus, que foram muitos, nós continuaremos a nossa luta. Teremos que enfrentar em Minas Gerais um desafio extremamente grande: a defasagem imposta pela inflação à remuneração dos profissionais, a falta de recursos no sistema de saúde que o Governador Zema nos impôs. Portanto, nós que sobrevivemos a esta pandemia haveremos de honrar aqueles que não tiveram a mesma sorte fazendo esse enfrentamento, para defender a dignidade da nossa classe, a dos policiais e bombeiros militares, e de seus familiares.

Por isso, com muita convicção, nós orientamos o voto "sim" a esta matéria.

---

Documento 104/118

---

163.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021-  
CD 17:28

Publ.: DCD - 17/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Injustiça praticada contra os servidores públicos pelo Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, veja: estamos falando aqui do servidor que trabalhou, do servidor que tem direito ao triênio, ao quinquênio ou à licença-prêmio. Grande parte dos servidores já perderam esse direito. Nós não estamos falando que esse servidor vai receber esse processo, estamos falando que o tempo que ele trabalhou será considerado.

Como é possível? Isso é uma fraude, é um roubo! O servidor trabalha, mas aquele tempo não é considerado para efeito dos benefícios. Aí eu me pergunto: se isso é injusto, é injusto para os servidores da segurança, é injusto para os servidores da saúde e é injusto para qualquer servidor. Se os servidores trabalharam, esse período tem que ser considerado, senão é um roubo do tempo...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 105/118

163.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021-17:28  
CD

Publ.: DCD - 17/12/2021 CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -  
- AM

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, hoje é um dia para comemorar, é um dia de alegria aqui na Câmara dos Deputados, pelo reconhecimento aos profissionais da segurança pública e aos profissionais da saúde, que, nesta guerra, nesta pandemia, foram os nossos soldados.

Os nossos soldados estavam nas ruas acabando com aglomerações e dentro dos hospitais. Os nossos militares, os nossos policiais, os do meu Estado, onde faltou oxigênio, carregaram cilindros para dentro dos hospitais. Nada mais justo do que terminar este ano com um projeto que vai homenagear, que vai corrigir um erro, que vai reconhecer os valores dos profissionais de segurança pública, os valores dos profissionais da saúde.

Nós estamos reconhecendo quem estava na linha de frente da pandemia, quem perdeu a sua vida cuidando da nossa cidade, cuidando da nossa gente, quem arriscou a sua vida. É um verdadeiro reconhecimento a esses profissionais terminar o ano de 2021 com a aprovação deste projeto.

---

Documento 106/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD 17:56
Publ.: DCD - 17/12/2021 - GUILHERME DERRITE-PP -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do termo educação, contido na Emenda de Plenário nº 2, com vista à inclusão no § 7º, art. 8º, da Lei Complementar nº 173, de 2020, na redação dada pelo art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da referida lei, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

---

**O SR. GUILHERME DERRITE** (PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a orientação do PSL e do bloco do Governo é "não" à emenda.

Mas eu quero deixar claro aqui o reconhecimento deste autor do PLP a todos os funcionários públicos, inclusive aos professores. Conforme foi tratado tanto no projeto quanto no relatório, a questão é aqueles profissionais que, pela própria funcionalidade do serviço, não puderam

realizar o seu serviço em *home office*.

Só no Estado de São Paulo, prezado Deputado, foram 105 policiais militares da ativa que faleceram de COVID-19 e mais de 900 veteranos também faleceram.

Deixo consignado o nosso respeito a todos os funcionários públicos, aos professores, assistentes sociais.

Até por uma questão de construção de acordo, o Progressistas e o bloco dos partidos do Governo orientam "não" à emenda.

Muito obrigado.

---

Documento 107/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021 - CD	18:00
Publ.: DCD - 17/12/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do termo educação, contido na Emenda de Plenário nº 2, com vista à inclusão no § 7º, art. 8º, da Lei Complementar nº 173, de 2020, na redação dada pelo art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2020, sobre a alteração da referida lei, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, agora os Deputados vão colocar aqui o seu voto nominal.

Os professores, os educadores deste País vão perceber hoje se só os profissionais da segurança pública e da saúde foram impactados pela pandemia. Vamos ver aqui se a educação é prioridade no voto nominal de cada Deputado desta Casa.

Centenas de professores também morreram de COVID-19, colegas meus, como o Aluísio, e tantos outros morreram, porque se expuseram. Uma viúva nos dizia: "*O meu marido não queria ir para a escola, porque não tinha ainda se vacinado. Foi para a escola com medo, contraiu COVID-19 e morreu*".

Em nome dos mortos da COVID-19, em nome dos educadores do

nosso País, em nome do reconhecimento da educação como prioridade, a nossa bancada vota "sim".

---

Documento 108/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	21:36
Publ.: DCD - 17/12/2021 - ANDRÉ FUFUCA-PP -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

---

### *Sumário*

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 4.728, de 2020, acerca da reabertura do prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

---

**O SR. ANDRÉ FUFUCA** (PP - MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente da Câmara Federal Arthur Lira, Sras. e Srs. Deputados, o mundo vem mudando, e mudam também alguns aspectos que até então eram impensáveis no passado. Nós vivemos hoje um momento singular na história da humanidade, momento em que fomos afetados por uma guerra sanitária que deixou sequelas nos corações, nas mentes e, acima de tudo, nos lares em todo o mundo.

Essa guerra sanitária provocou um efeito tardio, que se prolonga até o dia de hoje, uma verdadeira guerra financeira e econômica. Essa guerra afetou a todos os países do mundo, especialmente os subdesenvolvidos. No nosso País, não seria diferente: a população foi afetada em sua ampla maioria. E lhes digo: não há quem tenha sido mais afetado, nessa guerra financeira, do que os empreendedores, os comerciantes, aqueles que têm uma ideia e a vontade de trabalhar, mas enfrentam uma das maiores cargas tributárias do mundo, o que muitas vezes faz o Estado engolir os sonhos e a perspectiva de crescimento dessas pessoas.

Hoje, quando olho para esse projeto que estamos votando, tenho a tranquilidade para dizer que, além de darmos uma saída para milhões de famílias no Brasil, estamos dando uma esperança de futuro para elas.

No dia de ontem, votamos em segundo turno a PEC dos Precatórios nesta Casa. O que é a PEC dos Precatórios? Quem mais recolhe imposto no Brasil é o Governo Federal, e o Governo Federal disse que não teria condições de pagar um meteoro de dívidas, Deputado Cleber Verde. Por isso, procurou uma forma de flexibilizar esse pagamento. Se o Governo Federal, que tanto arrecada, não tem condições de

pagar seus precatórios, imagine aquele comerciante, aquele empresário, aquele industrial, Deputado Cleber Verde! Como ele vai pagar a carga tributária tão grande e tão alta que nós temos em nosso País?

Eu costumo acreditar que grande parte dos que não pagaram seus impostos não tiveram má vontade, mas não puderam fazê-lo. Nós temos que ter sensibilidade social, sim. Temos que ter sensibilidade com quem padeceu nessa pandemia, com aqueles que fecharam suas portas. Foram milhões, por que não dizer? Uma enorme quantidade de pessoas transformaram seus comércios e suas lojas em desertos, perderam seu trabalho, seu ganha-pão, sua geração de emprego e renda durante a pandemia. Eu costumo dizer, Deputado Gastão Vieira, que ao fim da guerra nós cuidamos dos feridos. Se não cuidarmos desses feridos, a pandemia vai ter vencido. E vai ter vencido porque terminará de matar financeiramente essas pessoas.

Quero passar agora à leitura desse relatório, relatório que ficará marcado na história da nossa República por ter dado a mão no momento que o País mais precisava. Vivemos um fato singular, que nunca aconteceu na história da humanidade: 80% do comércio mundial foi fechado. Nem na 1ª Guerra nem na 2ª Guerra Mundial isso aconteceu!

O PIB do Brasil caiu 4%. Isso só aconteceu há mais de 30 anos.

Portanto, é em cima desses parâmetros, é em cima da necessidade de darmos uma resposta efetiva à Nação brasileira, que eu passo à leitura do meu relatório e do voto.

Espero contar com o apoio da ampla maioria dos amigos e daqueles que, assim como eu, comungam que temos que dar a mão, que temos que ajudar a quem mais precisa, os empresários, os comerciantes, quem gera emprego e renda no nosso País, na nossa Nação.

Passo à leitura do relatório, Sr. Presidente.

"I - Relatório

Submete-se a apreciação o Projeto de Lei nº 4.728, de 2020, de autoria do Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco, o qual foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal na forma de substitutivo de relatoria do Exmo. Sr. Senador Fernando Bezerra Coelho.

Conforme o autor da proposição, a pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 agravou e consolidou a crise econômica iniciada em 2015 e comprometeu ainda mais a capacidade de as pessoas jurídicas pagarem os tributos devidos à Secretaria Especial da

Receita Federal (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Foram inúmeras as medidas de isolamento social impostas pelos Governos subnacionais, as quais obrigaram, por meses, à paralisação ou à redução drástica das atividades de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços considerados não essenciais, impedindo-os de auferir receitas para adimplir suas obrigações e custos fixos.

Tendo em vista esse cenário, considerou aquela Casa do Congresso Nacional urgente a necessidade de reabertura da possibilidade de ingresso no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, cujo termo final de adesão transcorreu em outubro de 2017.

Da mesma forma, buscaram os nobres Senadores aprimorar a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a fim de possibilitar a transação tributária de modo mais adequado.

É o Relatório.

## II - Voto do Relator

### II.1 - Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD (...), compete à Comissão de Finanças e Tributação, em sede de admissibilidade, pronunciar-se mediante parecer terminativo sobre a compatibilidade financeira e orçamentária da matéria submetida à discussão.

O RICD (...), ladeado por Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação - NI/CFT, define que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e à despesa públicas. Entre tais normas, citam-se, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Dito isso, vale lembrar que, de acordo com os dados analisados pelo Senado Federal, aderiram ao Programa de Recuperação Tributária lançado em 2017 mais de 740 mil contribuintes, dos quais 443 mil são pessoas jurídicas. Estima-se que a arrecadação extraordinária gerada por esse programa, acumulada entre 2017 e 2020, seja de mais de 63 bilhões de reais.



Da análise da matéria, verifica-se que a reabertura do prazo de adesão ao programa irá injetar, em período curto, recursos nos cofres públicos decorrentes da adesão dos devedores. Por isso, ao invés de impactar negativamente o Orçamento público, o PERT dará ensejo a um aumento imediato da arrecadação. Na medida em que estabelece condições mais adequadas para a liquidação de débitos de difícil recuperação, o PL tem o condão de possibilitar o ingresso imediato de recursos públicos, em especial diante da exigência do pagamento de entrada, ainda este ano, em algumas modalidades de extinção de débitos.

Com efeito, esses recursos adicionais poderão ser utilizados para fazer frente às despesas exigidas para controle e mitigação dos efeitos da pandemia, inclusive sob a perspectiva econômica, contribuindo para amenizar a situação fiscal do País e a carência de verbas provocada pela retração econômica em diversos setores.

Registre-se, ainda, que, conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 174, de 5 de agosto de 2020, a transação resolutive de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública não caracteriza renúncia de receita, o que afasta a necessidade de observância das regras do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ao contrário, os aprimoramentos na legislação da transação, juntamente com a modificação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a fim de autorizar que a PGFN possa realizar acordos relativos a processos em fase de cumprimento de sentença, ampliam a capacidade de arrecadação de recursos públicos, muitos dos quais jamais seriam arrecadados não fosse a regulação desses importantes instrumentos de recuperação do crédito tributário. Os benefícios, sobretudo se considerado o excesso de ações de execução, em trâmite no Poder Judiciário, com baixa probabilidade de êxito, superaram os custos associados aos eventuais descontos concedidos para o encerramento de litígios.

Diante do exposto, conclui-se pela adequação orçamentário-financeira da matéria.

## II.2 - Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é da competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se, em parecer terminativo, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa contidos nas proposições.

Inicialmente, cumpre registrar que se encontram atendidas as

formalidades relativas à competência e iniciativa legislativas. As matérias aqui versadas integram o rol de competências legislativas da União. A iniciativa de leis sobre tais assuntos está a cargo de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, de acordo com a Carta Magna e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O projeto está em conformidade com os requisitos formais previstos na Lei Maior para a veiculação das matérias e, sob o ponto de vista material, não há impedimentos para a aprovação da matéria, porque não viola qualquer dispositivo da Carta Magna nem princípio do Direito.

Impende assinalar, além disso, que o projeto não merece reparos quanto à técnica legislativa, pois se conforma com as boas práticas e não viola nenhuma das regras contidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de dezembro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Não há, desse modo, óbices à aprovação da matéria aqui relatada quanto à constitucionalidade, boa técnica legislativa e juridicidade.

### II.3 - Exame de mérito

Não restam dúvidas de que o projeto é meritório, merecendo nossa aprovação.

O Brasil resente os imensos impactos da inédita crise econômica e sanitária que, nos últimos meses, atinge devastadoramente o País. Apesar da melhoria dos números de vacinação e da redução das médias de novos casos e vidas perdidas, a pandemia da COVID-19 ainda impõe incertezas acerca da recuperação econômica do País no curto prazo. De fato, o ritmo da retomada não se encontra num patamar satisfatório e os segmentos mais diretamente afetados pelo distanciamento social continuam bastante deprimidos, a despeito da recomposição de renda gerada por programas governamentais, a exemplo do Auxílio Emergencial. Os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho também não desapareceram. Com isso, o desemprego, a subocupação e o desalento seguem em alta.

Sob a perspectiva da sobrevivência da atividade econômica, é fundamental adotar medidas legislativas que auxiliem não só famílias em situação de vulnerabilidade, (...) bem como das medidas de distanciamento social, determinadas pelos Governos subnacionais e cujos reflexos ainda persistem nas relações empresariais e de consumo.

A reabertura do PERT, com os demais avanços na legislação tributária (...), são essenciais para aliviar as pressões sobre o caixa dos

contribuintes, criando condições mais favoráveis para que possam manter empregos e quitar no tempo próprio obrigações vincendas - inclusive tributárias - e para que sigam gerando efeitos positivos sobre a economia nacional. Enfim, para que possam sobreviver às circunstâncias excepcionais por que passa o País.

Nada obstante, o projeto pode ser aprimorado. Para tanto, acatamos, no substitutivo anexo, diversas sugestões que recebemos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, em um amplo processo de diálogo e de debate que tivemos acerca do tema com todas as correntes políticas, partidos políticos, Frentes Parlamentares e Parlamentares desta instituição.

#### II.4 - Conclusão do voto

Por todo o exposto, somos:

- a) em relação à Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.728, de 2020, e, no mérito, por sua aprovação, na forma do substitutivo em anexo;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.728, de 2020, e do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação."

Esse é o meu voto, Presidente.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA.**

---

Documento 109/118

---

163.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2021- CD	22:48
Publ.: DCD - 17/12/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

#### *Sumário*

Agradecimento à bancada do PT, ao ensejo do encerramento da gestão do orador à frente da Liderança do partido na Casa. Saudações aos membros da



Minoria e da Oposição na Câmara dos Deputados. Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro e a superação da casa de 600 mil óbitos pela Covid-19. Constatação, pela CPI da Covid, da prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Congelamento do salário mínimo e perda de empregos pelos trabalhadores brasileiros. Elevação dos preços de combustíveis, do gás de cozinha, de alimentos e energia elétrica no País. Protesto contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Falta de perspectivas da juventude brasileira. Ameaça à democracia pelo Presidente Jair Bolsonaro. Vexame causado ao Brasil no exterior pelo Presidente Jair Bolsonaro. Prejuízos causados ao País pelas reformas promovidas pelo Governo Federal. Resistência da Oposição a iniciativas governamentais contrárias aos interesses do povo brasileiro. Parcialidade de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caráter estadista do ex-Presidente da República. Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro. Confiança na reconstrução do País com o retorno do líder petista ao poder.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente General Peternelli, colegas Deputados e Deputadas, uso a tribuna neste momento, na última sessão desta Casa em 2021, para, como Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, agradecer à querida bancada do Partido dos Trabalhadores, que me deu a honra de liderá-la neste ano.

Saúdo os nossos Parlamentares, os partidos da Minoria, da Oposição, com os quais compartilhamos neste ano a resistência contra este Governo genocida. Saúdo os colegas Parlamentares pelos debates que fizemos aqui.

Neste momento, carrego dois sentimentos: um sentimento de profunda tristeza e um sentimento de esperança. Tenho um sentimento de tristeza porque o Brasil poderia ter evitado a morte de mais de 600 mil pessoas. Poderia ter havido mais oxigênio, poderia ter havido mais vacinas, mas houve uma ação deliberada do Presidente da República, negacionista, para permitir que pessoas morressem neste País.

Praticamente, de cada família brasileira, uma pessoa ficou com sequelas ou não está mais no nosso meio por causa dessa ação deliberada do Presidente da República! E a CPI mostrou que, além do genocídio, ele formou, dentro do Ministério da Saúde e do Governo, uma verdadeira quadrilha para assaltar os cofres públicos por meio de propina e superfaturamento, e o argumento foi o de que estava em busca de vacina para salvar vidas.

Eu estou triste porque, no Brasil, há fatos como este. Antes, quando

uma criança, ao final do ano, mandava uma cartinha para o Papai Noel, ela pedia uma bicicleta, pedia um tênis novo, pedia um celular. Agora, no período do Governo Bolsonaro, sabem o que uma criança pede por uma cartinha para o Papai Noel? Ela pede um pedaço de carne, para ter isso no Natal. Sim, o Brasil, que tinha saído do Mapa da Fome, nos Governos de Lula e Dilma, nos Governos do PT, voltou para o Mapa da Fome. Pessoas, para sentirem um gostinho de carne, têm que ir ao açougue e comprar ossos.

Eu estou triste porque vejo milhões de brasileiros que poderiam ter emprego. Mas esse Governo impôs uma reforma trabalhista, e as pessoas têm um trabalho intermitente ou precarizado, num congelamento do salário mínimo que não recupera mais seu poder aquisitivo.

Eu estou triste porque, atualmente, os combustíveis, a gasolina, o *diesel*, o gás de cozinha, a energia e a comida estão muito caros, como nunca estiveram! Pessoas não estão tendo mais condições, poder aquisitivo para adquiri-los.

Eu estou triste porque, no meu País, os Correios, a ELETROBRAS, a PETROBRAS, que são referências, estruturas para ajudar o desenvolvimento do Brasil, foram entregues. A quem? A poucos ricos, para enriquecerem, e a conta é o povo brasileiro que está pagando!

Eu estou triste porque jovens também estão sendo atingidos. Antes, jovens iam para o exterior como participantes do Ciência sem Fronteiras. Filho de trabalhador tinha acesso à educação, fazia faculdade, virava doutor. Mas, depois que foi dado o golpe que tirou injustamente do cargo a Presidenta Dilma, tanto Temer como Bolsonaro afastaram o sonho do jovem de cursar a faculdade.

Eu estou triste porque a democracia neste Brasil está sendo ameaçada. Queriam o voto impresso, queriam o distritão, agora querem estabelecer o semipresidencialismo para impedir que o povo possa eleger um Presidente que governe em defesa da soberania.

Eu estou triste porque o Brasil virou um pária internacional, passa vergonha no exterior quando é representado pelo Presidente da República. Isso empobrece a política e apequena o nosso País, tão grande e tão rico.

Tenho um sentimento de tristeza quando este Parlamento se ajoelha diante de reformas do Governo que prejudicam a soberania do nosso País. Isso me dá tristeza.

Mas tenho um sentimento de esperança quando vejo o caminho de resistência que nós construímos aqui. Dissemos que o valor da renda

básica para a população tinha que ser de 600 reais; dissemos que não podiam destruir o Bolsa Família; dissemos que não podiam privatizar, dismantelar e destruir as nossas refinarias País afora; dissemos "não" à PEC 32, que seria o coroamento da destruição do serviço público, tiraria a estabilidade do servidor, para não termos serviço de qualidade nas áreas de educação, segurança, saúde, em prejuízo da nossa população.

O que a resistência da bancada do PT, que tive a honra de presidir aqui neste ano, como Líder da bancada, fez foi dizer: "*O Brasil pertence aos brasileiros! Nós temos que ter soberania, temos que ter dignidade, temos que ter acesso ao consumo, temos que ter renda, temos que ter emprego!*" Foi isso o que nós dissemos.

Tenho sentimento de tristeza porque não quero que pessoas passem fome, vivam desempregadas, haja aumento da presença de pessoas nas sinaleiras. Em vários lugares das cidades, pessoas dormem na rua. Não! Nós queremos outro País.

Fizemos resistência aqui. Houve ação popular, das entidades que foram muito prejudicadas com as reformas que foram feitas aqui. Há um povo que não se aposenta mais ou se aposenta tardiamente, por causa das reformas que foram feitas aqui. Houve submissão desta Casa aos ditames do bolsonarismo.

Nós começamos este ano com uma injusta acusação contra o nosso líder, Luiz Inácio Lula da Silva, que ficou preso injustamente por 580 dias. Ele foi acusado injusta e parcialmente. Podemos dizer que todos os acusadores de Lula, principalmente Moro, Deltan Dallagnol, foram parciais. Nesses julgamentos de que participaram, eles praticaram atos parciais, fora da lei. Lula está livre, Lula é inocente, Lula é elegível. Isso preocupa muitas pessoas. Lula, quando vai a qualquer lugar, quando vai à Europa, quando vai à Argentina, como aconteceu nos últimos dias, é respeitado e recebido como estadista. É alguém que é respeitado porque respeita, é alguém que defende a soberania do seu Brasil e não é hipócrita, não fala em pátria e, em seguida, bate continência para a bandeira dos Estados Unidos, rasga a bandeira, em que o verde, que representa também a Amazônia, está sendo destruído e o brilho do azul está sendo encoberto pela fumaça das queimadas que estão sendo feitas.

Nós sentimos tristeza, mas temos esperança. A vitória de Lula este ano vai repor exatamente a verdade. Ele disse que não negocia a sua dignidade e ia provar a sua inocência. Hoje podemos dizer que há, sim, sinais de esperança. O povo está querendo reconstruir o Brasil, contra aqueles que queriam destruir a Esquerda, o vermelho, os movimentos sociais, sindicais, a diversidade que existe na sociedade, diziam que isso não prestava, que isso tinha que ser destruído. "*Nós temos que*

*destruir essa raça", era isso que odiosamente diziam.*

Ao final desta minha fala como Líder da bancada do PT, digo isto: queriam nos destruir, e não conseguiram, estão, sim, destruindo o Brasil.

Meu querido povo brasileiro, nós vamos reconstruir este País. Este País merece dignidade. Este País não merece aplaudir mortes. Nós vamos comemorar vidas. O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva para a política nacional dá, sim, esperança.

Quero agradecer muito por podermos chegar ao final deste ano tão importante e desafiador. Antes se pregava o "passar a 'boiada' e destruir tudo". Hoje podemos dizer que há sim esperança de reconstrução, e Luiz Inácio Lula da Silva representa isso para todos nós.

Um grande abraço!

Muito obrigado.

---

Documento 110/118

---

33.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/12/2021-12:32
Publ.: DCD 18/12/2021 -	BOSCO COSTA-PL -SE		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 23, 27, 28, 36 e 44, de 2021; e dos Vetos Totais de nºs 51 e 64, de 2021, com acordo pela rejeição.

---

**O SR. BOSCO COSTA** (PL - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PL orienta o voto "não", Presidente, pelo acordo, entendendo da importância, principalmente, do Veto nº 28, que é a continuidade da Medida Provisória nº 1.016, que está completando um ano de chegada na Casa. Ela vai beneficiar 400 mil pequenos produtores do Nordeste e comerciantes também, que foram prejudicados com a pandemia no ano passado.

O PL orienta "não", Presidente.

33.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/12/2021-12:48
Publ.: DCD 18/12/2021 -	VIVI REIS-PSOL -PA		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de n°s 23, 27, 28, 36 e 44, de 2021; e dos Vetos Totais de n°s 51 e 64, de 2021, com acordo pela rejeição.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "não". Nós queremos derrubar estes vetos. Quero aqui destacar alguns que são muito importantes para a bancada do PSOL.

Primeiramente, é preciso garantir o reajuste do piso salarial de ACS e ACEs. Não é de hoje que nós vimos lado a lado nesta luta. Não é de hoje que vimos construindo politicamente e mostrando o nosso apoio a essa causa.

Podem ter certeza de que eu e o PSOL estamos com vocês. Nós estamos aqui fazendo sempre a defesa da saúde pública. E não se pode falar em saúde pública e em defesa do SUS sem se levar em consideração a importância de ACS e ACEs.

Queria destacar também que, em Belém, no Pará, foi dado um abono de mil reais para os trabalhadores ACS e ACEs pela nossa Prefeitura, por iniciativa do querido ex-Deputado Edmilson Rodrigues, agora Prefeito de Belém.

Eu aproveito para destacar aqui a atuação da Prefeitura de Belém, porque todos aqui têm um carinho imenso pelo ex-Deputado Edmilson Rodrigues. Lá foi dado um abono salarial para ACS e ACEs neste final de ano.

Queria também saudar os trabalhadores da segurança pública. Eu apresentei, esta semana, um projeto de lei que fala sobre os direitos de trabalhadores da segurança pública. Nós da Esquerda também estamos conectados com esta luta.

Queria falar da importância aqui da derrubada do Veto n° 27, sobre a

assistência à saúde de policiais civis do DF.

Muito obrigada.

---

Documento 112/118

33.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/12/2021-12:52
Publ.: DCD 18/12/2021 -	- CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

---

***Sumário***

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 23, 27, 28, 36 e 44, de 2021; e dos Vetos Totais de nºs 51 e 64, de 2021, com acordo pela rejeição.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Cidadania orienta "não" a este conjunto de vetos que foi aqui apresentado.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer a V.Exa. a sensibilidade com relação à retomada do Veto nº 44, incluído neste bloco de vetos.

Os agentes comunitários de saúde, assim como os demais profissionais da saúde, trabalharam intensamente nesta pandemia. Por isso também aproveito, na condição de enfermeira e integrante desta Casa, para fazer um apelo. Conquistamos o direito ao reajuste dos agentes comunitários de saúde. Precisamos também conquistar o piso salarial da enfermagem - do enfermeiro, do técnico e do auxiliar. E é só com a unidade desta Casa, é só com alocação de mais recursos no orçamento que nós vamos conseguir isso.

Precisamos garantir o piso salarial da enfermagem.

---

Documento 113/118

33.2021.N	Sessão Deliberativa CD	Extraordinária	- 17/12/2021- 12:56
Publ.: DCD - 18/12/2021 -	BOSCO COSTA-PL -SE		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO	

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 23, 27, 28, 36 e 44, de 2021; e dos Vetos Totais de nºs 51 e 64, de 2021, com acordo pela rejeição.

---

**O SR. BOSCO COSTA** (PL - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente desta sessão, Deputado Marcelo Ramos, quero apenas registrar no dia de hoje, para que conste nos Anais da Câmara dos Deputados, a alegria de poder contribuir para os agentes comunitários de saúde do Brasil, principalmente os do meu Estado, Sergipe. Como falei agora há pouco, fui o primeiro Prefeito do Município de Moita Bonita, em Sergipe, a criar o programa de agentes comunitários de saúde.

Sr. Presidente, eu gostaria de usar o tempo de Liderança do PL.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço que se agregue o tempo de Líder do PL ao tempo de orientação do Deputado Bosco Costa.

**O SR. BOSCO COSTA** (PL - SE) - O Veto nº 28, Presidente, é referente à Medida Provisória nº 1.016, de 2020. Hoje está completando 1 ano a chegada dessa medida provisória à Câmara dos Deputados. Trabalhamos durante 12 meses. Acompanhei de perto o relatório preciso do nobre Deputado Júlio, do PSD do Piauí, um relatório que foi discutido. Acompanhei passo a passo esse trabalho e sei da importância da derrubada desse veto para o Nordeste brasileiro, o norte do Espírito Santo e o norte de Minas. São mais de 400 mil os pequenos agricultores endividados em virtude de 3 anos consecutivos de seca, de 2014 a 2017. Muitos deles estão com seus imóveis prontos para ir a leilão, com débitos de 10 mil, 20 mil, 30 mil reais.

Eu quero aqui parabenizar todos os Deputados, principalmente os do Nordeste, todos os partidos, independentemente de sigla partidária.

A derrubada do Veto nº 28 vai beneficiar aqueles pequenos comerciantes que perderam os seus recursos principalmente nestes 2 anos de pandemia. Eles vão poder fazer a renegociação e voltar ao mercado de trabalho. Sabemos perfeitamente que esses recursos não impactam nas contas do Governo. São recursos do FNE, do FCO e do FNO, que já estão em prejuízo. Então, nada é mais justo do que a Câmara dos Deputados, nesta manhã de hoje, derrubar esse veto.

Quero fazer um apelo aos Srs. Senadores do Nordeste - são 27 -, porque a matéria ainda vai para o Senado. Tenho certeza de que o Senado também vai reconhecer a necessidade da derrubada do Veto

nº 28, com a qual quem ganha são os agricultores, que, em sua maioria, são pequenos agricultores da agricultura familiar que trabalham dia e noite, principalmente no Nordeste brasileiro, enfrentando seca.

Mais uma vez, quero aqui, Presidente, agradecer e dizer que tenho a oportunidade...

Quero fazer também o registro de que o meu Líder, o Líder do PL, o Deputado Wellington Roberto, que está sentado na galeria, se esforçou muito, trabalhou muito em defesa da derrubada desse veto, porque ele sabe perfeitamente a necessidade e conhece o sofrimento de seus conterrâneos paraibanos, que dependem da agricultura familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que Deus nos proteja! Que possamos, cada dia mais, defender aqueles que mais precisam, que são os pequenos, aqueles que não tiveram oportunidade de conseguir capital, mas que trabalham diuturnamente em defesa das suas famílias.

Parabéns aos agentes de saúde! Mais uma vez, deixo um abraço. Que Deus nos abençoe! É muito mais fácil cuidar da saúde preventiva do que cuidar da saúde curativa. Parabéns para vocês! Parabéns para o Brasil!

---

Documento 114/118

33.2021.N	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/12/2021-13:00
Publ.: DCD 18/12/2021 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 23, 27, 28, 36 e 44, de 2021; e dos Vetos Totais de nºs 51 e 64, de 2021, com acordo pela rejeição.

---

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Em nome do nosso Líder da Maioria, o Deputado Diego Andrade, oriento "não".

Sr. Presidente, quero fazer uma observação sobre a derrubada de dois vetos.

A primeira é a do Veto nº 51, que trata do incentivo à agricultura familiar do Brasil. Em Santa Catarina, a agricultura familiar é muito forte, é muito organizada. Aí, eu tenho que fazer justiça e registrar o trabalho e a luta do Deputado Pedro Uczai, do meu Estado de Santa Catarina, defensor exímio, profundo, há muitos anos, na sua vida pública, da agricultura familiar e da produção de alimentos. Eu também me envolvo nesse tema, porque sou técnico agrícola, e uma das minhas agendas nesta Casa é a produção de alimentos.

Sr. Presidente, quero fazer uma observação também sobre o Veto nº 44, que trata dos agentes comunitários, que, a cavalo, a pé, de bicicleta, levam saúde para o nosso povo e para a nossa gente.

Deixo um abraço ao meu Líder, o Deputado Antonio Brito, que foi reconduzido à Liderança do PSD e, com muito trabalho, com muita garra e com muita sensibilidade, vem atendendo a todos.

Parabéns, Deputado Brito!

---

Documento 115/118

---

33.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/12/2021- CD	14:28
Publ.: DCD - 18/12/2021	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Agradecimento à bancada do PSOL e seus assessores pelo apoio prestado à oradora no exercício do cargo de Líder do partido. Despedida da Parlamentar da Liderança do PSOL. Cenário de fome e desemprego reinante no País. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela crise sanitária e pelos óbitos decorrentes da Covid-19 no Brasil. Ataques do Presidente da República ao meio ambiente e aos povos tradicionais. Protesto contra a flexibilização da compra e porte de armas de fogo e munições no País. Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros. Empenho do PSOL no afastamento do Prsidente Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu peço licença para tratar de um assunto que não tem nada a ver com o debate sobre o Fundo Partidário - depois, até queria falar sobre isso. Provavelmente esta sessão é a última em que estou na Liderança do meu partido.

Quero então agradecer a confiança da minha bancada neste ano tão

dramático, em que estive à frente do Partido Socialismo e Liberdade. Quero agradecer à nossa assessoria, que é fundamental para o trabalho da nossa combativa bancada, trabalho que se soma ao dos servidores e também dos terceirizados desta Casa, que fazem com que a vida neste plenário aconteça.

Está sendo um ano muito duro para os brasileiros, um ano em que a fome, infelizmente, volta como algo central no Brasil. Há 20 milhões de famintos no País, metade da população está vivendo sob insegurança alimentar. Há mais de 14 milhões de desempregados, fora aqueles que não têm mais dinheiro para pegar um ônibus para arranjar emprego. E a maior crise sanitária que já vivemos foi enfrentada pelo Governo Bolsonaro com negacionismo, com ataques à ciência. Lamentavelmente, minimizou a morte de mais de 600 mil brasileiros.

Este Governo, infelizmente, é um destruidor da natureza, e teve apoio dentro desta Casa, que, aliás, tem sido neste ano o principal instrumento de sustentação de Bolsonaro e do bolsonarismo. Ela aprovou aqui a matéria sobre licenciamento ambiental, o PL da Grilagem, pautas que, lamentavelmente, atacam os povos e comunidades tradicionais.

Este foi um ano desafiador! Foi um ano, Deputados e Deputadas, em que a lógica golpista, a lógica de destruição dos direitos e, ao mesmo tempo, de alargamento do Estado penal e policial, prevaleceu. Mais de 30 atos normativos foram estabelecidos para liberar armas e para haver menos controle sobre munições.

O cenário é muito duro! Mas a nossa bancada - tenho muito orgulho de fazer parte dessa bancada e de tê-la liderado neste ano - é composta, em sua maioria, por mulheres, por pessoas negras, cujo percentual é de quase 50%, por socialistas que entendem que este lugar é de fortalecimento da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Não tenho dúvida de que a situação está dura, está dramática! Mais do que Parlamentares, somos militantes desta vida e temos o sonho de mudar o sistema. Entendemos que o capitalismo é duro para o nosso povo, que sofre em decorrência da austeridade, das políticas econômicas que desmontaram a Previdência, que desmontaram o direito ao trabalho, mas sabemos que estamos fazendo a travessia.

Eu queria concluir dizendo isto. A realidade está dura, está dramática, existem milhares de mães brasileiras na fila para conseguir uma carcaça de frango, existem corpos negros que são vítimas de balas de fuzil do Estado, existem vítimas da fome, pessoas ficaram desesperadas, na fila do SUS, para conseguir oxigênio durante a

pandemia, mas não tenho dúvida de que estamos fazendo a travessia.

Ano que vem é um ano em que o Partido Socialismo e Liberdade vai se somar a uma série de outros companheiros e companheiras para derrubar Bolsonaro, para encerrar esse ciclo de morte, destruição, de dor que está chegando às famílias brasileiras. Estamos virando o jogo, e ali na frente, logo ali na esquina, junto com trabalhadoras e trabalhadores, nós vamos reconstruir o Brasil. É do povo que vai vir o enfrentamento à fome, à tragédia que está chegando às famílias brasileiras.

A nossa bancada e o nosso partido, que eu tenho muito orgulho de construir - e concluo, Deputado Guimarães -, vão estar ao lado do povo para derrubar Bolsonaro e para devolver o Brasil para as maiorias.

---

Documento 116/118

---

33.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 17/12/2021-
	CD	19:20
Publ.: DCD - 18/12/2021	FELIPE CARRERAS-PSB -PE	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 19, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a respeito das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; da instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC. Importância do apoio do Parlamento brasileiro ao setor de eventos.

---

**O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE.** Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e todos os que estão assistindo à sessão de forma virtual, eu estou Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Produção Cultural e Entretenimento, um desafio que nos foi colocado por todo esse setor no Brasil, que inclui o turismo.

Este Congresso Nacional, que hoje realiza esta sessão, aprovou por ampla maioria, praticamente por unanimidade, o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Infelizmente, nós não teremos a derrubada do veto sobre este tema. São impressionantes os acordos feitos! Simplesmente nós não teremos a derrubada deste veto, tão esperada pelo setor que indiscutivelmente foi e está sendo o mais penalizado no Brasil.

Eu quero demonstrar minha insatisfação com essa grande injustiça, em nome de todos os produtores e de todas as produtoras de eventos, em nome de toda a classe artística brasileira, em nome de todo o *trade* turístico brasileiro, porque o Governo virou as costas para esse setor. Eu tenho certeza de que, se for cumprido o compromisso, no início de fevereiro, Deputado Aguinaldo Ribeiro, nós teremos a derrubada desse veto. Este Congresso não vai virar as costas para esse setor.

Quero, aqui na tribuna do Congresso Nacional, também em nome dos produtores e das produtoras de eventos do Brasil, fazer um agradecimento a uma grande guerreira, a Senadora Daniella Ribeiro. Ela tem sido uma guerreira, uma grande defensora de todo o setor no Senado Federal.

Quero mandar um abraço ao Doreni Caramori, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - ABRAPE, e parabenizá-lo pelo associativismo desse setor, que na pandemia demonstrou sua grande união em prol de temas importantes, para fazer justiça.

Quero fazer um apelo neste momento em que estamos terminando o ano: que esse setor não seja esquecido. Esse setor é tratado, muitas vezes, com hipocrisia. Em muitos Estados, os produtores não vão conseguir fazer festa de *réveillon*. No carnaval, não se sabe o que está proibido, não se sabe se as pessoas vão poder trabalhar em eventos privados com controle, respeitando a vacinação, em eventos só para vacinados. Muita gente não sabe se vai haver eventos. Isso é um grande desrespeito.

Aqui da tribuna da Casa do Povo eu lhes digo: saibam que vocês terão voz aqui no Congresso Nacional.

Um grande abraço! Um bom Natal! Que Deus os abençoe!

---

Documento 117/118

---

33.2021.N	Sessão Deliberativa Extraordinária	-17/12/2021-
	CD	19:24
Publ.: DCD - 18/12/2021	AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB	
-		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de votação e rejeição do Veto Parcial nº 19, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a respeito das ações emergenciais e temporárias

destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à Covid-19; da instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, e do Programa de Garantia aos Setores Críticos - PGSC. Votos de feliz Natal e próspero Ano-Novo aos Parlamentares.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (PP - PB. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Rapidamente, eu quero só aproveitar a fala do nosso eminente Deputado Felipe Carreras e também consignar, inclusive como Líder da Maioria no Congresso Nacional, que ontem, na reunião, representando a Maioria, ela se expressou de forma muito contundente na defesa da apreciação deste veto que trata do PERSE, que é exatamente a que se referiu o Deputado Felipe Carreras.

Nós colocamos a nossa posição: não dá mais para não apreciar esta matéria, até porque estamos vendo que, pelo cenário que se avizinha, várias cidades já cancelaram eventos. Então, essa realidade vai se agravar, não vai melhorar a curto prazo.

Por isso, é importante que este veto seja enfrentado logo na primeira sessão de fevereiro, pois foi o compromisso que fizemos, Presidente, com a maioria dos Líderes e com o Líder do Governo no Congresso, o Senador Eduardo Gomes. E isso foi acordado também com o Presidente Rodrigo Pacheco e com o Presidente Marcelo Ramos, que inclusive reafirmou no Senado Federal, mais cedo, exatamente a questão da retomada dos vetos.

Então, eu queria só fazer esse registro, Presidente Marcelo Ramos, e agradecer aos Líderes, a V.Exa. pela condução dos trabalhos, aos nossos Presidentes Rodrigo Pacheco e Arthur Lira e, sobretudo, a todos os Líderes que, junto às suas bancadas, construíram um acordo para chegarmos nesta noite - e muitas pessoas duvidavam disso - e votarmos o que foi deliberado na tarde de hoje.

Assim, queria felicitar V.Exa. pelo equilíbrio, pela serenidade e também pela firmeza na condução dos trabalhos.

Quero aproveitar para desejar - como todos já o fizeram, neste clima natalino - um feliz Natal a todos! E o feliz ano novo nós deixamos para desejar na segunda-feira, quando ainda teremos sessão.

---

### *Sumário*

Pedido ao Ministério da Saúde, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e às autoridades aeroportuárias, pela Presidência, de informações sobre a apresentação do certificado digital de vacinação para saída do País, tendo em vista à dificuldade de acesso ao Conecte SUS após a invasão do aplicativo por hackers.

---

**O SR. MOSES RODRIGUES** (MDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu trago aqui uma preocupação dos brasileiros que estão querendo viajar para o exterior. Na semana passada, o aplicativo do Ministério da Saúde, o Conecte SUS, foi hackeado. Para poderem viajar para o exterior, os brasileiros têm que apresentar o certificado digital de vacinação.

Eu queria que a Mesa solicitasse informações às autoridades aeroportuárias, ao Ministério da Saúde e à ANVISA, para que os brasileiros que não estão conseguindo acessar o certificado pelo Conecte SUS, por conta dessa invasão de *hackers*, tenham alternativa para que possam embarcar.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria que aqui ficasse registrado o pedido à Mesa para que tome providências no sentido de solicitar informações a esses órgãos competentes, para que seja esclarecido ao brasileiro como ele deve fazer para sair do País, já que o Conecte SUS não está funcionando, e, portanto, não está havendo possibilidade de acesso ao certificado digital pelo aplicativo.

Obrigado.

---